

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE - CCA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO  
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGCASA**

**ETNOGRAFIA DA CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO  
AGROEXTRATIVISTA DA ILHA DO BAIXIO**

**CLAUDIONEY DA SILVA GUIMARÃES**

**MANAUS - AM**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE - CCA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO**  
**AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGCASA**

**CLAUDIONEY DA SILVA GUIMARÃES**

**ETNOGRAFIA DA CRIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO**  
**AGROEXTRATIVISTA DA ILHA DO BAIXIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGCASA/UFAM como requisito necessário para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

**Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt**

**MANAUS - AM**

**2013**

[Ficha Catalográfica]  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

G963e

Guimarães, Claudionei da Silva

Etnografia da criação do projeto de assentamento agroextrativista da  
Ilha do Baixo / Claudionei da Silva Guimarães. - Manaus: UFAM, 2013.

150 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da  
Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

1. Assentamentos agroextrativistas – Iranduba (AM) 2. Mudança social  
– Iranduba (AM) 3. Posse da terra – Aspectos sociais – Iranduba (AM) 4.  
Política ambiental I. Schweickardt, Kátia Helena Serafina Cruz (Orient.)  
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (2007): 711.3(811.3)(043.3)

**Claudioneu da Silva Guimarães**

**Etnografia da criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha  
do Baixo**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - PPGCASA/UFAM, como requisito necessário para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia.*

Aprovado por:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt  
. (Orientadora)

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski  
(membro)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Albejamere Pereira de Castro  
(membro)

## **Dedico**

À Nazaré, minha mãe  
Aos meus irmãos e sobrinhos  
Ao meu pai (in memoriam)

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é retribuir a fé e a confiança, é renovar laços e fortalecer sentimentos, por isso agradeço inicialmente a Deus, por ter me guiado nesse processo.

À minha família, em especial minha mãe Nazaré e minhas irmãs, pelo apoio sempre presente.

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (UFAM); ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) na pessoa do professor Henrique dos Santos Pereira pela dedicação e apoio na coordenação do programa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa de pesquisa que possibilitou minha dedicação integral ao curso e à pesquisa.

Aos camponeses da Ilha do Baixio, pela receptividade e pelas contribuições no trabalho de campo, mais do que interlocutores se tornaram verdadeiros amigos.

À minha orientadora e grande incentivadora, professora Dr.<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, estendendo esse agradecimento à sua família, professor Júlio César Schweickardt e seus filhos.

Aos amigos e amigas do grupo de pesquisa “mulheres da floresta: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas”, Ana Gouvêa Bocchini, Cleonice Andrade, Diego Oliveira, Gilberlene Souza, Rebeca Barroso, Rosa Bautista, Karina Sanchez, pelos momentos de estudo e trabalho compartilhado. Aos colegas Álvaro Jardel, Frederico Cesarino, Thais Helena Medeiros, companheiros de orientação.

Aos colegas que deram sua contribuição ao desenvolvimento de atividades de extensão na Ilha do Baixio, Kika Gouvea, Jozane Santiago e Victor Lamarão.

À professora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, pelo incentivo, apoio, e dicas nas disciplinas e na aula de qualificação, estendendo esse agradecimento à equipe do NUSEC, que colaborou com algumas atividades de extensão na Ilha do Baixio, em especial professora Jozane Santiago.

Aos colegas da turma de mestrado, em especial Jaqueline Araújo, Daniel Ferreira, Cleber Damasceno, Lionilde Gonzaga e Gilmara Aroucha, com os quais muito conversei sobre aos rumos de nossas pesquisas e as aflições naturais ao nosso processo de formação.

À professora Elenise Faria Scherer pelas dicas na aula de qualificação; ao Professor Antônio Carlos Witkoski e à professora Albejamere Pereira de Castro pela análise e contribuições na fase final do trabalho.

Aos professores das disciplinas do programa de mestrado que nos forneceram elementos teóricos que me ajudaram a compor o projeto de pesquisa, em especial o professor Manuel de Jesus Masulo.

Aos funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Sr. Raul, Sr. Ronaldo e Sr. André; ao Sr. Agenor, funcionário da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Aos funcionários do PPGCASA, em especial ao Tijolo (Carlos), Sr. Joaquim, Maíra, Fernanda e Clausewyckson pela disposição e paciência em nos atender.

Ao amigo Carlos Trinidad; à Dona Aparecida chefe de gabinete da SEMMAS; à professora Graça Passos do IFAM/CMZL e ao professor André Melo da UEA pelo apoio e incentivo; à Professora Wilma, por algumas conversas informais que foram bastante esclarecedoras.

Sou grato a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho e que continuam incentivando e colaborando com a construção de novos caminhos.

Obrigado.

O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas, é quem faz as verdadeiras perguntas.

Claude Lévi-Strauss

## RESUMO

O presente trabalho descreve e analisa o processo de implementação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) na Ilha do Baixio, em Iranduba no Estado do Amazonas. Este assentamento foi criado em uma ilha de várzea e traz consigo elementos que dão conta de um processo de significação e ressignificação do território local, pois com sua criação ocorrem mudanças no uso do território e uma reorganização política em torno de sua implementação. Sua criação também serve como pano de fundo para a compreensão das mudanças na forma de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela execução das políticas de reforma agrária no Brasil, e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), responsável pela administração do patrimônio público da União, estas instituições passam a adotar o discurso socioambiental em programas e projetos, a exemplo dos projetos de regularização fundiária e de reforma agrária na várzea. Busca-se mostrar este processo a partir do chamado processo de ambientalização das instituições e a compreensão das mudanças socioambientais ocorridas na ilha a partir da percepção dos camponeses. Os resultados foram obtidos a partir de uma experiência etnográfica substanciada na observação participante, nas conversas informais, nas entrevistas semi-estruturadas e na pesquisa documental. Este trabalho não se resume a uma mera reprodução de discursos dos atores envolvidos, e sim a interpretação das diversas categorias e elementos envolvidas neste processo.

### PALAVRAS-CHAVES:

INCRA, SPU, PAE, território, várzea, camponês, processo de ambientalização.

## **ABSTRACT**

This paper describes and analyzes the process of implementing a Agroextractive Settlement Project (PAE) in the island of Baixio in Iranduba in Amazonas state. This settlement was established on an island and floodplain brings elements that realize a process of signification and redefinition of the local territory, since its creation occur with changes in land use policy and a reorganization around its implementation. Its creation also serves as a backdrop for understanding the changes in the way of action of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), responsible for implementing the policies of agrarian reform in Brazil, and the Department of Heritage (SPU) responsible for the administration of public property of the Union, these institutions are to adopt the discourse on environmental programs and projects, like the project tenure and land reform in the floodplain. Attempts to demonstrate this process from the calling process of greening of institutions and understanding of environmental changes occurring on the island from the perception of the peasants. The results were obtained from an ethnographic experience substantiated on participant observation, in informal conversations, semi-structured interviews and documentary research. This work is not just a mere reproduction of discourses of the actors involved, but the interpretation of the various categories and elements involved in this process.

### **KEYWORDS:**

INCRA, SPU, PAE, territory, floodplain, peasant, process environmentalization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupo de mulheres desenvolvendo atividade de pintura em juta.....	26
Figura 2. Desenho criado para ilustrar bolsas e tapetes produzidos pelo grupo de mulheres da Ilha do Baixo. ....	26
Figura 3. Logomarca criada para o grupo Mulheres Unidas da Ilha do Baixo. ....	26
Figura 4. Painel de aproximadamente 3x2 metros produzido para representar a orla de Manaus. ....	27
Figura 5. Maquete representando os dois lados do Rio Negro e a ponte, que segundo relato dos camponeses tende a facilitar o escoamento da produção.....	27
Figura 6. Personagem construído com hortaliças .....	27
Figura 7. Jacaré construído com hortaliças .....	27
Figura 8. Na imagem podemos conferir a faixa produzida para a VI Festa das Hortaliças, também é possível notar a maquete montada para a atração cultural. ....	28
Figura 9. Logomarca criada para a Escola de Santa Luzia da Ilha do Baixo.....	28
Figura 10. A calha alargada do rio, característica jurídica da várzea. ....	54
Figura 11. Esquema familiar do Sr. João Lula e da Sra. Maria da Glória, e sua relação com a família de José Lula e Maria Jardelina, e a família do Sr. Santiago e da Sr. Vita.....	66
Figura 12. Esquema familiar do Sr. José Lula e da Sra. Jardelina, e sua relação com a família do Sr. João Lula e da Sra. Maria da Glória e a família do Sr. Santiago e da Sr. Vita. ....	67
Figura 13. Esquema familiar do Sr. Santiago e da Sr. Vita, e sua relação com a família de João Lula e Maria da Glória e a família do Sr. José Lula e da Sr. Jardelina. ....	68
Figura 14. Casa do Sr. José Lula, local de encontros e celebrações religiosas. ....	69
Figura 15. Maquete representando a comunidade de Santa Luzia nos anos de 1940.....	70
Figura 16. Maquete representando a comunidade de Santa Luzia nos anos de 1940.....	71
Figura 17. Atual sede da Igreja de Santa Luzia da Ilha do Baixo .....	77
Figura 18. Igreja de Santa Luzia parcialmente inundada durante a época da cheia. ....	78
Figura 19. Placa do caminhão da Associação de Produtores Rurais de Santa Luzia indicando uma identidade simbólica da Ilha do Baixo. ....	82
Figura 20. Público presente na VI Festa das Hortaliças.....	84
Figura 21. Candidatas a Rainha das Hortaliças de 2011.....	84
Figura 22. Banca de Exposição do grupo Mulheres Unidas da Ilha do Baixo. ....	85

Figura 23. Presença de patrocinadores e personalidades políticas do município e do Estado na V Festa das Hortaliças, que aproveitam o momento para falarem de seus projetos. ....	85
Figura 24. Grupo de homens trabalhando com peças de madeira que darão suporte a estruturas da Festa das Hortaliças. ....	86
Figura 25. Grupo de homens carregando mesas e cadeiras que serão utilizadas na Festa das Hortaliças Fonte: Guimarães, 2011. ....	86
Figura 26. Mulheres preparando alimentação para a Festa das Hortaliças. ....	87
Figura 27. Mulher preparando Hortaliças para exposição na V Festa das Hortaliças. ....	87
Figura 28. Equipe produzindo as peças decorativas. ....	88
Figura 29. Equipe organizando preparando a ornamentação do lugar da festa. ....	88
Figura 30. Caminho que leva à ilha enfeitado com os objetos decorativos. ....	88
Figura 31. Impacto visual noturno do caminho ornamentado. ....	88
Figura 32. Alunos preparando as peças que serão utilizadas na montagem das maquetes. ....	89
Figura 33. Equipe montando as maquetes. ....	89
Figura 34. Os camponeses da Ilha do Baixio participam de diversos grupos organizados e interagem entre si em busca de objetivos comuns ao seu modo de vida. ....	92
Figura 35. Uma de algumas reuniões em que foi possível observar a presença de conflitos internos. ....	93
Figura 36. Oficina de desenho e pintura. ....	97
Figura 37. Oficina de produção de pão caseiro. ....	97
Figura 38. Oficina sobre manipulação de alimentos. ....	97
Figura 39. Oficina de produção de doces e compotas. ....	97
Figura 40. Visita do grupo Mulheres Unidas da Ilha do Baixio à Manaus. ....	98
Figura 41. Mapa participativo produzido junto aos camponeses da Ilha do Baixio. ....	101
Figura 42. Localização da Ilha do Baixio. ....	103
Figura 43. Reunião entre INCRA e camponês da Ilha do Baixio. ....	104
Figura 44. Casas do INCRA, uma das primeiras impressões sobre o PAE da Ilha do Baixio. ....	119
Figura 45. Casas do INCRA. ....	120
Figura 46. Na imagem a linha vermelha delimita a altura do barrote e a amarela o limite do esteio (se houvesse). ....	121
Figura 47. Dona Marleide e sua "casa do INCRA". ....	122
Figura 48. Casa danificada pela cheia do rio. ....	123
Figura 49. Caixa d'água abandonada. ....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ACAR Amazonas** - Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas

**APP** – Área de Preservação Permanente

**Ates** - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

**CDRU** - Concessão de Direito Real de Uso

**CNPJ** - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CNUMAD/ECO-92** – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente

**DAP** – Documento de Aptidão ao PRONAF

**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

**DNOS** - Departamento Nacional de Obras de Saneamento

**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas

**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

**FBCN** - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

**FIOCRUZ – AM** - Fundação Oswaldo Cruz do Amazonas

**FLD** - Fundação Luterana de Diaconia

**FVS** - Fundação de Vigilância Sanitária

**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

**IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

**IMAZON** - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização

**INDA** - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

**INPA** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

**ISA** – Instituto Socioambiental

**IUCN** - União Mundial para a Conservação

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MEB** – Movimento de Educação de Base

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**MOPG** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**ODS** - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PAE** - Projeto de Assentamento Agroextrativista

**PAF** - Projeto Agroflorestal

**PAS** - Plano Amazônia Sustentável

**PDS** - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

**PNAP** - Plano Nacional de Áreas Protegidas

**PNAP** - Plano Nacional de Áreas Protegidas

**PNGPU** - Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União

**PNGPU** - Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União

**PNMA** - Política Nacional de Meio Ambiente

**Pro Várzea** – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

**PRONAF** – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**RDS** – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

**RESEX** - Reserva Extrativista

**RESEX** - Reservas Extrativistas

**SEMA** - Secretaria Especial do Meio Ambiente

**SEMMAS** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus

**SEP** - Serviço Especial de Saúde Pública

**SEPROR** - Secretaria do Estado de Produção Rural

**SISNAMA** - Sistema Nacional de Meio Ambiente

**SPU** - Secretaria de Patrimônio da União

**SUDAM** - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**SUPRA** - Superintendência da Reforma Agrária

**TAUS** - Termo de Autorização de Uso Sustentável

**TIs** - Territórios Indígenas

**UFAM** - Universidade Federal do Amazonas

**UPAN** - União Protetora do Ambiente Natural

**WWF** - Fundo Mundial para Natureza

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
OBJETIVOS.....	21
METODOLOGIA.....	22
CAPÍTULO I.....	29
AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS E O PROCESSO DE AMBIENTALIZAÇÃO DO INCRA .....	29
1.1. Políticas socioambientais no Brasil– caminhos para uma nova política agrária.....	29
1.2. Políticas socioambientais - consequências da modernidade.....	34
1.3. Movimento socioambiental e a ambientalização das instituições públicas .....	37
1.4. A ambientalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).....	44
1.5. A ambientalização da secretaria de patrimônio da união – SPU .....	49
1.6. A natureza jurídica das terras de várzea e a regularização fundiária de camponeses ribeirinhos na Amazônia.....	52
CAPÍTULO II.....	58
SANTA LUZIA DA ILHA DO BAIXIO – MODO DE VIDA E CAMPESINATO NA VÁRZEA DO BAIXIO.....	58
2.1. Memória, Identidade e Campesinato na Várzea da Ilha do Baixo .....	58
2.2. “E vi um lugar bonito e me animei né, pra trabalhar [...]” .....	60
2.3. “A comunidade foi se formando né, como te falei... igreja, time de futebol [...]” .....	74
2.4. “Ai eles faziam a novena nas casas, nas casas deles mesmo [...]” .....	76
2.5. “No tempo da malva e juta era dentro da água [...]” .....	78
2.6. “Então vamos fazer... Pra quê? Pra divulgar o que nós temos [...]”.....	83
2.7. Organização social e redes de sociabilidade em Santa Luzia da Ilha do Baixo.....	91
2.8. Conflitos socioambientais .....	99
CAPÍTULO III .....	100

AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADAS PELA TRANSFORMAÇÃO DA ILHA EM UM PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA – PAE .....	100
3.1. O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio .....	102
3.2. Diferentes pontos de Vista.....	106
3.3. As características do PAE da Ilha do Baixio .....	108
3.4. A comissão específica .....	111
3.5. O termo de concessão de uso e a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP).....	114
3.6. Crédito alimentação e fomento a produção .....	116
3.7. Crédito habitação e a casa do INCRA.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	128
REFERÊNCIAS .....	130
ANEXOS.....	141

## INTRODUÇÃO

As terras existentes no ecossistema de várzea pertencem ao Governo Brasileiro e a emissão de títulos definitivos aos seus ocupantes não é algo possível. Essa realidade tornava o reconhecimento de seus históricos moradores um verdadeiro paradigma, já que muitas comunidades de camponeses formaram territórios específicos em regiões de várzea, convivendo com a sazonalidade enchente/cheia e vazante/seca dos rios, retirando seu sustento da agricultura, da caça e da pesca, marcando a utilização desses espaços através da construção de territórios e identidades específicas.

A gestão das áreas de várzea é de competência da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e a possibilidade de regularização fundiária e de desenvolvimento de projetos de assentamentos, que até então não eram implementados, começou a se desenhar a partir do ano de 2003, quando esta Secretaria passou a atender a função socioambiental da propriedade pública.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também passava por mudanças em sua forma de atuação. Este instituto já adotava o discurso socioambiental desde a década de 1980, quando por influência do movimento dos seringueiros, passou a configurar novos modelos de assentamento, como o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Agroflorestal (PAF).

Dessa forma, se estruturavam as bases para a regularização fundiária e a reforma agrária nas terras de várzea, a SPU atendendo a função social dos bens públicos abria um precedente para conceder o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) aos camponeses ribeirinhos, e o INCRA através de seus modelos de Reforma Agrária possuía elementos para colaborar com esse processo através de pacotes de insumos de incentivo à habitação e produção.

Assim, em 2003, no estado do Pará, um programa coordenado pelo INCRA e pela SPU/PA buscou o reconhecimento da posse de aproximadamente 500 ilhas, exploradas secularmente por populações tradicionais ribeirinhas que viviam basicamente da pesca e do extrativismo.

Em janeiro de 2005, o Pro Várzea/IBAMA apresentou ao INCRA e à SPU uma proposta de regularização fundiária na várzea, por meio do estabelecimento de contratos de concessão de uso coletivo do território com as associações de moradores. A terra continuaria sendo da

União, mas a SPU repassaria ao INCRA a competência para reconhecer a posse das populações locais e proceder com a criação de projetos de assentamentos.

A partir de então se cria um Acordo de Cooperação Técnica entre a SPU e o INCRA, e posteriormente uma diversidade de instrumentos jurídicos que passaram a orientar essa nova visão institucional.

Com esse acordo, o INCRA começa a pensar em modelos sustentáveis para a várzea, e estabelece o Projeto de Assentamento Agroextrativista, criado em 1987, como o modelo apropriado para regularização dos tradicionais moradores de várzea. Seria o início do que mais tarde veio a dar origem ao Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio (PAE do Baixio), criado em 2007 na Ilha do Baixio em Iranduba - Amazonas.

Essas ações possibilitaram aos camponeses ribeirinhos que ocupam essas regiões, a possibilidade de consolidação oficial de seus territórios abrindo precedentes para a compreensão e análise de diversos elementos envolvidos neste processo.

Primeiro a possibilidade de entender as mudanças ocorridas na forma de gestão de projetos pelo INCRA e pela SPU, entendendo tal processo a partir da influência do pensamento socioambiental que surge e passa a se intensificar na modernidade, compreendendo essa mudança institucional como um processo de ambientalização, quando essas instituições passam a rever suas formas de atuação e começam a utilizar o discurso socioambiental em seus programas e projetos.

Segundo, a necessidade de entender as mudanças e a influência dos projetos de regularização fundiária e de reforma agrária implementados na Ilha do Baixio sobre o modo de vida local, a partir da compreensão das dinâmicas sociais presentes na memória e no cotidiano dos camponeses residentes na ilha.

Terceiro, entender o processo de Territorialização local, a fim de compreender os processos de Desterritorialização e Reterritorialização do espaço-lugar presentes na Ilha do Baixio, tomando esta análise desde a chegada dos primeiros moradores que deram origem a comunidade de Santa Luzia da Ilha do Baixio até o recente processo de implementação do PAE.

Seguindo essas proposições, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, discute-se a ascensão de novas práticas socioambientais como consequência da modernidade provenientes de um recorrente processo de ambientalização. Também se discute a dominialidade da várzea bem como o processo de regularização fundiária e a criação de assentamentos agroextrativistas neste ecossistema, a exemplo característica do PAE da Ilha do Baixio.

No segundo capítulo através de uma imersão *in situ*, busca-se na memória social, nos argumentos e na história oral dos camponeses, os elementos que perfazem a construção do cotidiano e da história social na Ilha do Baixio. Busca-se desvendar a construção da identidade local camponesa e as formas de organização local a fim de compreender como os camponeses da Ilha do Baixio tecem uma rede social bastante densa imbricada.

O terceiro e último capítulo está voltado para a compreensão das mudanças socioambientais ocorridas na Ilha do Baixio a partir da compreensão dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do espaço-lugar e a interpretação de como estes processos se estabelecem no PAE da Ilha do Baixio, além disso também aborda a forma como os camponeses e suas organizações locais passam a dialogar com as instituições envolvidas com a criação do PAE.

O trabalho é finalizado com algumas considerações sobre os resultados observados.

## **OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender e descrever os processos e estratégias de regularização fundiária na várzea Amazônica, especialmente do PAE da Ilha do Baixio (Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio), a partir do processo de ambientalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e os impactos de sua criação a partir da percepção dos camponeses residentes na Ilha do Baixio, compreendendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do espaço-lugar.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Entender a criação do modelo PAE e sua relação com a dominialidade da várzea a partir do processo de ambientalização do INCRA e da SPU;
- Descrever a história, o modo de vida e as redes de sociabilidade existentes na Ilha do Baixio, a partir dos estudos de memória social e da história oral dos camponeses da Ilha do Baixio;
- Compreender e descrever no discurso dos atores envolvidos, as mudanças ocorridas na Ilha do Baixio a partir dos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização do espaço-lugar, especialmente após a implementação do PAE da Ilha do Baixio.

## METODOLOGIA

Os dados do presente trabalho foram obtidos através de uma pesquisa etnográfica, a descrição densa descrita por Geertz (1989), que informa que devemos nos desvencilhar do ímpeto do panorama intelectual que se volta para solucionar problemas a partir de generalizações e derivativos, e propõe um aprofundamento da investigação sobre o objeto de pesquisa.

Geertz afirma que praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, etc. O que caracteriza o empreendimento etnográfico é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa, “uma descrição de uma hierarquia estratificada de estruturas significantes” (GEERTZ, 1989: 4 -5).

O resultado são descrições das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem e do que entendem do objeto investigado. O processo de construção da etnografia seria ler no escuro um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendencioso, escritos não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado (GEERTZ, 1989).

Na etnografia o pesquisador “inscreve o discurso social: ele o anota. E ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (GEERTZ, 1989:14). Na etnografia, o importante não é o acontecimento de falar, mas o que foi dito. É o significado do falar, não o acontecimento em si, portanto o etnógrafo deve observar, interpretar e analisar. Segundo Oliveira (2000), o pesquisador deve estar atento ao olhar, ouvir e escrever.

A primeira experiência consiste na domesticação do olhar, pois esse funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração, assim toda teoria precisaria ser instrumentalizada pelo olhar, o olhar etnográfico (OLIVEIRA, 2000).

Através do ouvir é possível obter explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada, permitindo obter aquilo que os antropólogos chamam de “modelo-nativo”, ou matéria-prima para o entendimento antropológico. O ouvir e o falar complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas.

O escrever está relacionado a configuração final do trabalho, e é onde a questão do conhecimento torna-se mais crítica, é um discurso que se funda em uma atitude toda particular que poderíamos definir como antropológica ou sociológica (OLIVEIRA, 2000).

O relato abaixo é de uma das anotações de meu caderno de campo, o trecho nos dá uma dimensão de como esse método foi sendo instrumentalizado, revelando pontos chaves para esta pesquisa:

As visitas à Ilha do Baixio sempre me deixam surpreso, as descobertas e as interpretações que surgem sempre dão conta de um novo deslumbramento. O estudo etnográfico constantemente me deixa encantado. Os laços de parentesco, as atitudes e as relações sociais assim desvendadas vem me fazendo perceber a magnitude de cores que se unem em um belo e magnífico retrato vivo, heterogêneo e dinâmico, como um filme em que os moradores da ilha revelam-se como verdadeiros protagonistas.[...] Os escritores de contos, ou de roteiros cinematográficos, certamente se encantariam com as pessoas que aqui vivem e dão vida às personalidades locais. São inúmeras faces e inúmeras as atitudes. Acompanhar o dia a dia de algumas famílias me tem revelado a essência dessas personalidades, as formas como se relacionam e dão sentido a vida. Interessante notar que há relações que estão acima das relações consanguíneas, são inúmeros os pontos de vistas e os sentimentos (Trecho de anotação em caderno de campo, Claudioney Guimarães – 27/10/2012 ).

O que caracteriza o empreendimento etnográfico é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, “uma descrição de uma hierarquia estratificada de estruturas significantes” (GEERTZ, 1989: 4 -5).

O resultado são descrições das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem e do que entendem do objeto investigado. O objetivo da etnografia estaria relacionado ao alargamento do universo do discurso do homem (GEERTZ, 1989). O processo de construção da etnografia seria tentar ler no escuro um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado.

Na etnografia o pesquisador “inscreve o discurso social: ele o anota. E ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente”

(GEERTZ, 1989:14). Na etnografia, o importante não é o acontecimento de falar, mas o que foi dito. É o significado do falar não o acontecimento em si, portanto o etnógrafo deve observar, interpretar e analisar.

Geertz afirma que além de observar e interpretar o pesquisador deve ainda utilizar uma abordagem microscópica, onde possa ir fundo na investigação do objeto em análise. Neste sentido, a etnografia busca levantar o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” de tal forma a fixá-lo em formas pesquisáveis, pois o pesquisador deve utilizar-se de “interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos” (GEERTZ, 1989:15).

Segundo Da Matta (1978), a prática da etnografia “depende essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os outros ingredientes de pessoa e contato humano”. Para o autor, vestir a capa do etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: a) transformar o exótico em familiar e/ou b) transformar o familiar em exótico. Em outras palavras o pesquisador deve desvencilhar-se de pré-noções não transformando sua pesquisa em exercícios subjetivos e em militância político-ideológicos (GONDIN, 1999). Esse esforço depende, portanto de uma ruptura com o próprio universo social do pesquisador e uma com senso comum (GONDIN, 2010).

Assim, foi de essencial importância colaborar com as atividades desenvolvidas na Ilha do Baixio, bem como as conversas informais, as entrevistas semi-estruturadas, a participação nos eventos cotidianos, as atividades de mapeamento participativo, a atuação junto aos grupos locais, a consulta às instituições envolvidas, as fotografias, a pesquisa bibliográfica e as anotações do diário de campo.

A aproximação com a Ilha do Baixio ocorreu em junho de 2011 através de contato com a professora Dr.<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, a qual já executava o projeto de pesquisa “Mulheres da floresta: memória, territórios e políticas públicas nas várzeas do Amazonas” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o projeto de extensão chamado “Mulheres Unidas da Ilha do Baixio: gênero e sustentabilidade na Amazônia” financiado pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD).

O projeto de pesquisa teve como objetivo principal analisar o impacto social, político e econômico da criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE da Ilha do Baixio e das demais políticas públicas dele decorrentes no modo de vida e nos processos de territorialização a partir da percepção das mulheres. Já o projeto de extensão buscou possibilitar às mulheres da PAE, seus familiares e vizinhos, o fortalecimento de suas

organizações sociais, por meio da reflexão em torno das questões de gênero, saúde e produção agroextrativista, além de ter proporcionado assessoria técnica voltada para a consciência ambiental e para construção de alternativas de geração de renda.

Após a compreensão dos objetivos iniciais dos dois primeiros projetos, muitas leituras e de inserção em campo, construiu-se um projeto de pesquisa complementar ao projeto maior cujos resultados configuram-se no presente trabalho. As visitas à Ilha do Baixio se intensificaram em uma periodicidade constante, desta forma o acesso à informação sobre a dinâmica social e o modo de vida na Ilha do Baixio ganharam maiores proporções.

A observação participante se intensificou com o convite para aniversários, celebrações religiosas e festas culturais. O contanto com os camponeses da ilha foi se desenhando aos poucos e foi bastante produtivo. A primeira visita à Ilha do Baixio ocorreu no dia 07 de julho de 2011, através de uma visita que teve como objetivo inicial a elaboração de um estatuto para o grupo de mulheres, o desenvolvimento de uma oficina de sabão ecológico, a realização de entrevistas e a apresentação do projeto de desenvolvimento local aprovado pela Federação Luterana de Diaconia (FLD) a ser executado pelo grupo de mulheres; nesta visita, também colaborou-se com o escopo do projeto de realização da V Festa das Hortaliças.

O contanto inicial foi extremamente fascinante, permitindo uma aproximação substancial com os camponeses da Ilha do Baixio. Desde essa primeira visita, ocorrida em julho de 2011 até abril de 2013, foram realizadas diversas visitas com atividades que colaboraram com o fortalecimento do diálogo com os camponeses.

As principais atividades que fortaleceram essa aproximação foram: as práticas extensionistas junto ao grupo das Mulheres Unidas da Ilha do Baixio, ao qual até o momento colabora-se com a produção e distribuição de bolsas; a participação na organização da V e VI Festa das Hortaliças; a construção de um projeto para a captação de recursos para a reforma e a ampliação da Igreja de Santa Luzia da Ilha do Baixio; a elaboração de uma logomarca para Escola de Santa Luzia da Ilha do Baixio.

O apoio ao grupo de mulheres da ilha iniciou-se por estas serem o principal foco do projeto de pesquisa ao qual o projeto de dissertação esteve vinculado. Desta forma, de janeiro de 2011 até janeiro de 2013 foram desenvolvidas oficinas de produção de doces e compotas, produção de sabão ecológico, produção de pão integral, oficinas de higiene e segurança alimentar, oficinas de pintura em tecido e juta, e produção de tapetes e bolsas (figura 1).



Figura 1 - Grupo de mulheres desenvolvendo atividade de pintura em juta.  
Fonte: Guimarães, 2012.



Figura 2. Desenho criado para ilustrar bolsas e tapetes produzidos pelo grupo de mulheres da Ilha do Baixo.  
Fonte: Guimarães, 2012

Junto ao grupo também se produziu diversas ilustrações para tapetes e bolsas artesanais e a logomarca do grupo (figura 2 e 3).



Figura 3. Logomarca criada para o grupo Mulheres Unidas da Ilha do Baixo.  
Fonte: Guimarães, 2012.

Na V festa das hortaliças, realizada em novembro de 2011, pintou-se um painel de aproximadamente 3x2 metros, no qual foi representada a cidade Manaus. A confecção do painel foi pensada para compor uma maquete que representou os dois lados do Rio Negro e a ponte que liga as duas margens do rio e acabara de ser inaugurada (figuras 4 e 5), pois segundo os camponeses da ilha, a ponte facilitaria o escoamento da produção de hortaliças, melhorando a logística de trabalho, estes esperavam inclusive maior público na festa, o que foi confirmado.



Figura 4. Painel de aproximadamente 3x2 metros produzido para representar a orla de Manaus.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 5. Maquete representando os dois lados do Rio Negro e a ponte, que segundo relato dos camponeses tende a facilitar o escoamento da produção.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Na VI das hortaliças, realizada em novembro de 2012 colaborou-se na confecção de uma maquete que representou a conformação territorial de uma propriedade na ilha utilizando-se hortaliças na composição dos personagens e demais elementos da maquete (figura 6 e 7).



Figura 6. Personagem construído com hortaliças  
Fonte: Guimarães, 2012.



Figura 7. Jacaré construído com hortaliças  
Fonte: Guimarães, 2012.

Além da contribuição com a montagem de personagens, também trabalhou-se na pintura de um painel para a VI Festa das Hortaliças (figura 8).



Figura 8. Na imagem podemos conferir a faixa produzida para a VI Festa das Hortaliças, também é possível notar a maquete montada para a atração cultural.  
Fonte: Guimarães, 2012.

Também é importante destacar a elaboração de um projeto para a captação de recursos para a reforma e a ampliação da Igreja de Santa Luzia da Ilha do Baixio, a colaboração com a criação de uma logomarca para Escola de Santa Luzia da Ilha do Baixio (figura 9).



Figura 9. Logomarca criada para a Escola de Santa Luzia da Ilha do Baixio.  
Fonte: Guimarães, 2012.

O contato com os camponeses foi bastante produtivo, tanto do ponto de vista científico como de contribuição social para estes, pois na medida em que se compreendiam as partes mais identificáveis e até certo ponto acessíveis do universo social da Ilha do Baixio, as atividades desenvolvidas com os camponeses representaram mudança no cotidiano destes, especialmente para o grupo das mulheres unidas.

## CAPÍTULO I

### AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS E O PROCESSO DE AMBIENTALIZAÇÃO DO INCRA

#### 1.1. Políticas socioambientais no Brasil– caminhos para uma nova política agrária

As pesquisas e discussões sobre a temática socioambiental passaram a se intensificar a partir dos anos 1960 tendo como principal força motriz as preocupações da sociedade quanto às consequentes tragédias socioambientais ocorridas por causa do crescimento descontrolado da população humana e de suas atividades sobre os ecossistemas terrestres. A descoberta de novas tecnologias que se intensificou a partir da revolução industrial elevando a produção e o consumo a patamares que crescem em ritmo desenfreado também passou a gerar muitas preocupações.

A velocidade com que a indústria produz hoje é proporcional a produção de lixo e demais resíduos gerados desde o processamento de matérias primas até o descarte dos produtos finais. Além disso, há os fatores sociais, como a desigualdade social e a alta carga de trabalho que se intensifica com a produção de riquezas.

Dessa forma, não foi e não tem sido em vão que uma parcela da sociedade esteja envolvida e interessada em discutir e criar políticas e programas socioambientais em nível global e local. O Dia da Terra de 1970 é considerado como o dia que representou o nascimento do movimento ambiental moderno. Esse movimento começou como uma proposta modesta para uma discussão nacional sobre educação ambiental e acabou crescendo para um evento de milhões de participantes (HANNIGAN, 2009). Este encontro acabou por intensificar o debate mundial em torno de questões socioambientais.

Segundo Thomé (2011), a visão utilitarista dos recursos naturais prevaleceu em todo o planeta até meados dos anos 1970, quando algumas medidas começaram a se intensificar por meio das reivindicações e ações de movimentos populares no Japão, Europa e Estados

Unidos, e posteriormente outros países. Seriam os primeiros passos para se pensar na utilização racional dos recursos naturais.

Moumdjian (2008) afirma que essa época iniciou-se uma efetiva e real preocupação com o meio ambiente e o destino da humanidade. Foi a partir desta época que inúmeros encontros foram realizados para tratar a questão socioambiental em níveis globais, como a Conferência de Estocolmo Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano, em 1972; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CNUMAD (ECO-92) ocorrida em 1992; e a Cúpula Mundial Sobre desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, ocorrida em 2002 e a Conferência Rio+20, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 2012.

A Conferência de Estocolmo Sobre o Meio Ambiente pretendeu marcar a inserção do Estado no âmbito de um debate global sobre o ambiente no mundo, contribuindo para a própria redefinição do conceito de desenvolvimento, e ainda para que se firmasse a Declaração sobre Meio Ambiente, cujos seus princípios passaram a integrar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, abrindo caminho para a inclusão de questões socioambientais na Constituição Federal de muitos países, como a do próprio Brasil (THOMÉ, 2011).

Já a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CNUMAD (ECO-92) também conhecida como Estocolmo + 20, Cimeira da Terra, Rio 92, e ECO 92, além de reafirmar a Declaração de Estocolmo, contribuiu para o aperfeiçoamento de instrumentos de conservação e proteção ambiental, e ainda para fortalecer a inclusão da temática socioambiental na agenda global, iniciada em Estocolmo.

Essa conferência definiu o papel dos países como responsáveis pela conservação, proteção e recuperação da saúde e integridade dos ecossistemas do planeta, estabelecendo inclusive critérios de diferenciação quanto à responsabilidade ambiental.

Durante o evento foram elaborados diversos instrumentos norteadores, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção do Clima (que deu origem ao protocolo de Kyoto), a Declaração de Princípios sobre o uso das Florestas, a Declaração do Rio e a Agenda 21.

A Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, ocorrida em 2002, também chamada de Rio+10 e II Cúpula da Terra, teve a finalidade de avaliar a implementação da Agenda 21 e dos acordos estabelecidos na primeira Cúpula da Terra. Este encontro gerou a Declaração de Johannesburgo e Desenvolvimento Sustentável, com diversos desafios relacionados ao Desenvolvimento Sustentável, e o Plano de Implementação (PI), com algumas metas mundiais, como a erradicação da pobreza, alteração no padrão de consumo e

de produção e proteção aos recursos naturais. Em resumo, Thomé (2011) destaca as principais conquistas dessas três principais conferências mundiais sobre meio ambiente:

Considerando as principais conferências e tratados internacionais sobre proteção ambiental, pode-se afirmar, em apertada síntese, que em Estocolmo (1972), chegou-se ao consenso sobre a necessidade urgente de reagir ao problema da deterioração ambiental e que na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro vinte anos mais tarde, concluiu-se que a proteção do meio ambiente e desenvolvimento social e econômico são fundamentais para a implementação do desenvolvimento sustentável, adotando-se programas globais como a Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em Johannesburgo (2002) reforçou-se o compromisso de aceleração do cumprimento das metas socioeconômicas e ambientais elaboradas nos encontros anteriores (THOMÉ, 2001, p. 48).

Como forma de intensificar o debate socioambiental e avaliar propostas de encontros anteriores, aconteceu em 2012 na cidade de Rio de Janeiro, no Brasil, a Conferência Rio+20 novamente com a presença de grandes potências mundiais.

A Conferência foi realizada com o objetivo de promover um amplo debate sobre o estado do mundo e os rumos atuais de nossa civilização. Buscou articular objetivos de diferentes atores sociais através de acordos e diretrizes consensuais e possíveis afim de avançar na construção de uma sociedade justa, economicamente próspera e ambientalmente sustentável.

As discussões no âmbito da ONU e dos governos foram voltadas para as questões fundamentais para a sociedade, como a justiça social, os direitos humanos, a criação e distribuição de riqueza e renda, o uso e governança dos bens comuns, o acesso à informação e à tecnologia e seu uso, a participação democrática e cidadã, entre outras (Radar Rio, 2013). Logo na abertura do evento, o secretário geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, informou que não houve grandes avanços desde a Eco-92:

Há vinte anos, a Cúpula da Terra nos deu um plano para o desenvolvimento sustentável. Desde então, o progresso tem sido muito lento. Nós não percorremos o suficiente do caminho

mapeado em 1992. Agora temos uma segunda chance. Estou satisfeito que as negociações chegaram a uma conclusão bem sucedida, e elogio a Presidência do Brasil por facilitar esse resultado. Estamos agora diante de um acordo histórico. Não desperdicemos esta oportunidade. O mundo está assistindo para ver se palavras se traduzirão em ação, como sabemos que devem. Rio+20 não é um fim, mas um começo. É hora de todos nós pensarmos globalmente e a longo prazo. Começando aqui, agora, no Rio. Porque o tempo não está do nosso lado (Ban Ki-moon, secretário Geral da ONU, disponível em <http://www.onu.org.br/secretario-geral-da-onu-abre-a-rio20-no-riocentro/>, acesso em 13/01/2013).

Guimarães e Fontoura (2012) avaliaram os discursos proferidos na Conferência Rio +20 bem como o documento final chamado de “O Futuro que Queremos” como de pouco avanço, afirmando que o documento efetivamente não apresentou propostas concretas e efetivas para algumas temas discutidos.

Os autores relatam, por exemplo, que em relação a segurança alimentar, apenas se reconheceu a importância e a necessidade de se repensar em um sistema que tenha como base uma agricultura sustentável, que garanta a qualidade do ecossistema marinho, o direito universal à alimentação, da importância da gestão de riscos de forma a evitar a alta volatilidade dos preços dos alimentos, da adoção de estratégias que sejam internacionais, regionais e locais, do importante papel da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Por fim, reafirmou-se a necessidade de se estabelecer um sistema de comércio multilateral mais equitativo, não discriminatório com regras bem definidas que vise promover a agricultura em países em desenvolvimento.

O verdadeiro avanço observado na Conferência Rio+20 foi o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Colômbia e Guatemala (GUIMARÃES E FONTOURA, 2012).

A Cúpula dos Povos, evento realizado pelo terceiro setor e sociedade civil global paralelo a Conferência Rio+20 e não pertencente à ONU, defendeu temas relativos à justiça social refletindo questionamentos ao modo de produção capitalista, tecendo severas críticas ao atual modelo de produção e aos discursos proferidos desde a Rio 92:

Há vinte anos, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) e o ciclo social de

conferências das Nações Unidas que a ela se seguiu discutiram os problemas globais que afetam a humanidade e pactuaram uma série de propostas para enfrentá-los (as Convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban, entre outras). Mas aquilo que deveria ter sido o início da reversão das situações de miséria, injustiça social e degradação ambiental frustrou boa parte das esperanças depositadas nesse processo. Sete bilhões de seres humanos vivem hoje as sequelas da maior crise capitalista desde a de 1929. Vivem o aumento gigantesco da desigualdade social e da pobreza extrema, com a fome afligindo diretamente um bilhão de pessoas. Presenciam guerras e situações de violência endêmica e o crescimento do racismo e da xenofobia. O sistema de produção e consumo capitalista, representado pelas grandes corporações, mercados financeiros e os governos que asseguram a sua manutenção, produz e aprofunda o aquecimento global e as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de água potável, o aumento da desertificação dos solos e da acidificação dos mares, em suma, a mercantilização de todas as dimensões da vida (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

Dessa forma, pode-se notar que há avanços e retrocessos em relação às políticas socioambientais. Mas observando as decisões e o avanço das discussões em torno da temática socioambiental há de se reconhecer a validade de tais encontros, que traz consigo a possibilidade de reflexão e cobranças dos movimentos sociais e da sociedade civil, o que faz com que as nações participantes acabem repensando sua atuação, e dessa forma, buscando a criação de políticas públicas mais eficientes e sustentáveis e fortalecendo as já implementadas, a exemplo do próprio Brasil.

No Brasil, o histórico da consciência ambiental remonta ao ano 1442 com a promulgação da carta Régia de Portugal estabelecendo proteção às árvores, com exceção no caso de incêndios<sup>1</sup>; Posteriormente, já no Brasil promulgou-se a lei de proteção florestal em 12 de dezembro de 1605, que estabelecia diversas regras para a utilização do Pau-Brasil, como a licença especial para corte, registro de licenças em livro próprio, quantidade máxima para exploração e penalidades aos infratores. Em 1808, é criado o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e em 10 de julho de 1934 promulga-se o Código das Águas (PIMENTA, 2011).

Nas décadas seguintes assiste-se a criação de diversos órgãos públicos, como o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Patrulha Costeira e o Serviço Especial de Saúde Pública (SEP), e a

---

<sup>1</sup> Nesse caso, seu aspecto legal também poderia ser aplicado ao Brasil, que viria se tornar colônia de Portugal após o descobrimento no ano de 1500.

Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (PIMENTA, 2008). A partir da década de 1960, o Brasil passa a participar das diversas reuniões internacionais acerca do meio ambiente, como a Conferência de Estocolmo em 1972, e os demais encontros e citados anteriormente.

Em 1973, cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) para intensificar as políticas ambientais e a conscientização da população. Posteriormente, o Brasil firma diversos acordos ambientais, e em 1981 a antiga SEMA cria a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), além do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). A SEMA cria, ainda, a Lei 6.902 de 1981 que regulamenta as Estações Ecológicas (PIMENTA, 2008).

Moundjian (2008), afirma que antes da Constituição de 1988 as regras ambientais instituídas pelo Brasil foram tímidas ou de pouca força, mas já se estabelecia o propósito de preservar o meio ambiente natural e a busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A constituição de 1988 representou neste sentido um grande avanço, principalmente por ser a primeira Constituição na história de um país a conter um capítulo inteiramente dedicado ao meio ambiente, e por dividir entre governo e sociedade a responsabilidade de sua preservação e conservação.

Com a promulgação da Constituição de 1988 o Estado Brasileiro abandona constitucionalmente uma visão utilitarista do meio ambiente e passa a adotar uma nova visão protecionista. Dessa forma a Constituição de 1988 proporcionou um verdadeiro salto qualitativo em relação às normas de proteção ambiental, e alguns princípios socioambientais foram elevados ao nível constitucional, assumindo posto eminente ao lado das grandes liberdades públicas e dos direitos fundamentais (THOMÉ, 2011).

## **1.2. Políticas socioambientais - consequências da modernidade**

A ascensão do pensamento ambiental trouxe consigo a necessidade de criação de novas disciplinas que pudessem abordar todo seu emaranhado de relações, conflitos e tendências, em todos os campos. A criação de novas disciplinas, cursos, tem sido necessários para entender muitos processos socioambientais relacionados à essa nova abordagem da sustentabilidade. A disciplina de Sociologia Ambiental, por exemplo, ganha corpo a partir do

Dia da Terra e passa a fazer um resgate histórico de suas abordagens, agora com o contexto socioambiental envolvido:

Quando o Dia da Terra inaugurou a “Década Ambiental” nos anos 1970, os sociólogos se encontraram sem nenhum corpo anterior da teoria ou pesquisa para guiá-lo em direção a uma compreensão distinta do relacionamento entre sociedade e meio ambiente. Enquanto cada um dos três maiores pioneiros da sociologia clássica – Emile Durkheim, Karl Max e Max Weber - sem sombra de dúvida tiveram uma dimensão implícita em seus trabalhos, isto nunca ficou em evidência, principalmente por que seus tradutores e intérpretes americanos favoreceram explicações de estrutura social em detrimento às físicas e ambientais (BUTTEL apud HANNIGAM, 2009, p. 15).

Foi o nascimento de uma nova forma de se pensar academicamente os problemas socioambientais, que desde então vem aumentando. Atualmente essa nova abordagem tem despertado o interesse de muitos pesquisadores e intelectuais que passam a incluir a relação entre o homem e o meio ambiente como elemento de suas análises.

Giddens (1991) dá uma explicação para esse processo de mudança e desenvolvimento de novos padrões socioambientais em nossa sociedade. O autor afirma que a sociedade está passando por um processo de *reflexividade*, onde existe uma razão entre a reflexividade e a Modernidade. A reflexividade da vida moderna, neste sentido, “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 45).

Assim, em vez de estarmos entrando em um período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes, a exemplo dessa nova perspectiva socioambiental que tem influenciado as ações do próprio Estado.

Nesse processo ocorre o que Giddens (1991) chama de “*Descontinuidade*”, que seria uma ruptura com padrões anteriores e a formulação de novas medidas e perspectivas. Desvencilha-se de tipos tradicionais, mas não há uma total ruptura entre o moderno e o tradicional, pois tendem a uma complementaridade.

Esta é motivada principalmente pelo ritmo das mudanças que em condições de modernidade é extremo; através da interconexão imposta ao globo, que faz com que as

informações penetrem virtualmente por todo o planeta; e pela natureza das instituições modernas, que se remodelam a partir das conseqüentes necessidades.

Para Giddens (1991), essa reconfiguração social também tem reflexos na relação espaço-tempo, que a partir de elementos e sistemas simbólicos, remodelam a vida social a partir de uma nova relação entre espaço-tempo.

Essa nova relação se utiliza de mecanismos de *Desencaixe*, como as *fichas simbólicas* e os *sistemas peritos*, que funcionam como meios de garantir saldo e transferência de capital, e ainda como elementos de *garantia* ou *confiança*, e o estabelecimento e redefinição das ocupações humanas, essenciais para a sociedade moderna.

Esses processos levam a intensificação e eficiência do sistema econômico, e conseqüentemente de recursos humanos e naturais. Exigindo uma nova perspectiva socioambiental, que pode ser rotineiramente alterada à luz de novas mudanças e descobertas, ainda pelo surgimento de um redimensionamento social.

Esse redimensionamento pode levar ao surgimento de novas abordagens epistemológicas e sociais, a exemplo da Cultura Ecológica, entendida como uma nova forma de organização simbólica integrada à questão socioambiental:

A cultura ambiental, em seu sentido atual, pode definir-se como um sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos, relativamente às práticas de uso dos recursos naturais e energéticos. A cultura ecológica promove a vigilância dos agentes sociais sobre os impactos ambientais e os riscos ecológicos, a organização da sociedade civil em defesa de seus direitos ambientais e a participação das comunidades na gestão de seus recursos naturais... Desta forma, os valores que mobilizam os processos sociais a uma gestão ambiental do desenvolvimento, definem-se através de racionalidades culturais que advêm das formas de organização produtiva e estilos étnicos das sociedades tradicionais, povos indígenas e comunidades camponesas (LEFF, 2000, p. 123).

Para ser efetivamente funcional, essa reflexividade deve estar fundamentada em princípios de *Diversidade cultural* e de *Racionalidade ambiental*, e deve abordar sistemas de praticas de produção e consumo sustentados e sustentáveis.

Dessa forma a reflexividade ambiental acabar por trazer consigo aspectos que indicam a necessidade de se respeitar as identidades étnicas e os valores tradicionais culturais das

populações alvo de medidas políticas, ao mesmo tempo em que se tem uma percepção mais geral sobre os diversos aspectos socioambientais envolvidos nas políticas públicas.

### **1.3. Movimento socioambiental e a ambientalização das instituições públicas**

Para entendermos o processo de ambientalização das agências responsáveis pela reforma agrária, é necessário entendermos o papel estratégico dos movimentos sociais enquanto movimento ambientalista no seio das discussões e do fazer socioambiental.

O papel dos movimentos sociais é de extrema importância, pois estes passam a afirmar a exercício de racionalidades não hegemônicas, que ressignificam conceitos e formas jurídicas na caracterização de território étnicos como espaço de reprodução cultural e preservação de seus patrimônios naturais (ACSELRAD, 2004). Na verdade são concepções que escapam aos paradigmas evolucionistas e economicistas, caracterizam conflitos que defendem a apropriação da natureza de formas contrária à lógica capitalista, apesar de dialogar com esta.

Estes movimentos partem do pressuposto de que a necessidade coletiva deve ser levada em consideração na defesa de seus direitos e da preservação de sua ideologia e de sua identidade étnica. Há nesse caso a disputa por território e formas de uso de recursos naturais e a promoção de um discurso que se soma às preocupações políticas de interesses mundiais.

Com os movimentos sociais não acontece o mesmo que acontece com a indústria ou o com o comércio, que na maioria das vezes incorpora preocupações ecológicas pela valorização das capacidades adaptativas da técnica e da eficiência industrial, que constitui estratégias da “modernização ecológica”, e que na verdade se apresenta como uma reação discursiva que busca preservar a distribuição do poder sobre os recursos ambientais (ACSELRAD, 2004).

Jacobi (1993) afirma que o movimento ambientalista no Brasil se intensifica a partir da década de 1950, com as primeiras iniciativas de grupos ambientalistas. Dessa forma, em 1955 é fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e em 1958 é criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) com objetivos e modo de atuação estritamente preservacionistas, que centrava suas atividades na proteção da fauna e da flora, com particular ênfase naquelas ameaçadas de extinção. Na década de 1970 a FBCN

com a colaboração da União Mundial para a Conservação – IUCN – e o Fundo Mundial para Natureza (WWF) começou um programa de financiamento em colaboração com agências ambientais.

Esses movimentos, somados às atuais demandas socioambientais acabam por preservar e/ou reestruturar o espaço e o território social, demandando e revelando novas medidas institucionais e políticas que demonstram a aceitação do discurso socioambiental e as reivindicações sociais. Esterci e Schweickardt (2010), em relação à Amazônia afirmam:

O território, antes espaço físico arbitrariamente recortado à revelia das práticas, dos significados atribuídos ao espaço e das necessidades de uso dos grupos sociais locais, como acontecia nos Projetos de Assentamento, converte-se assim, em espaço de diálogo entre diferentes agentes públicos e os sujeitos sociais politicamente constituídos na região, que passam a reivindicar, a partir de seus movimentos sociais, o reconhecimento de territorialidades específicas (ESTERCI & SCHWEICKARDT, 2010, p.67).

Esta atitude reflete o que Acselrad (2004) afirma quando demonstra que o que as sociedades fazem com seu meio ambiente, não está resumido apenas ao fato destes suprirem suas necessidades materiais, mas também em projetar no mundo diferentes significados, construindo paisagens democratizando ou segregando espaços, padronizando ou diversificando território. A luta social, neste sentido vem permeada pelos conflitos e de atitudes de mudança. Como afirma Fernandes (1993):

A vida social é feita também de conflitos e de atitudes de mudança. É por isso que «perde com tanta frequência a sua unidade o grupo que não tem inimigo». Da existência deste nasce a coesão interna daquele. O conflito social é de facto algo de inerente à própria vida das sociedades e a sua existência aparece, de ordinário, como sinal de vitalidade da atividade coletiva. Quase sempre abre à mudança social. Apenas as sociedades caídas na estagnação veem erradicadas do seu seio as lutas sociais. Importantes se torna, por isso, localizar os focos de conflitualidade, que tendem cada vez mais a estender-se. (FERNANDES, 1993, p. 790).

Aparece hoje, como campo propício ao surgimento dos conflitos, as reivindicações, os antagonismos e as tensões. E estes são fenômenos que surgem em todas as atividades humanas. Dessa forma, somente quando estão em causa objetivos essenciais da vida e se cria um espírito coletivo de luta, as pessoas abandonam o estado de apatia e vencem a inércia social.

Nos sistemas sociais atuam, por isso, de forma constante, mecanismos de Socialização e de repressão, capazes de assegurar a ordem e a reprodução da sociedade. Nesta estrutura social, radicalmente «injusta», duas tendências fundamentais concorrem para o seu equilíbrio: o controle social e a produção de sentido (FERNANDES, 1993).

O conflito é um agente importante na afirmação da identidade. Por isso que «perde com tanta frequência a sua unidade o grupo que não tem inimigo». Da existência deste nasce a coesão interna daquele (FERNANDES, 1993).

Para Simmel (1983) um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, com uma união pura, não só é empiricamente irreal como também não poderia mostrar um processo de vida real. Simmel afirma que assim como o universo precisa de amor e ódio, ou seja, de forças de atração e repulsão para que tenha uma forma qualquer. Assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis:

Sociedades definidas, verdadeiras, não resultam apenas de forças sociais positivas e apenas na medida em que aqueles fatores negativos não atrapalhem. Esta concepção comum é bem superficial: a sociedade, tal como a conhecemos, é o resultado de ambas as categorias de interação, que se manifestam desse modo como inteiramente positivas (SIMMEL, 1983, p.124).

Recentemente, a luta de seringueiros no Acre, significou a criação de um modelo de unidade de conservação pelo Estado, que passa a reconhecer o papel das populações tradicionais que historicamente residem no ambiente. O ano de 1985 viria a ser emblemático nesse processo:

Tornou-se formalmente o início do processo de democratização do país após vinte anos de ditadura militar. Nesse processo, inicia-se também um amplo debate acerca dos modelos de desenvolvimento propostos pelos militares. O documento final

do Encontro dos Seringueiros insere-se no debate trazendo novos elementos e uma proposta de desenvolvimento que considerasse a realidade dos povos da Amazônia [...] O documento final construído no Encontro e entregue ao Deputado Ulysses Guimarães, como representante do novo Governo, trazia as principais reivindicações dos seringueiros, agrupadas em sete eixos considerados por eles os mais críticos [...] Além do encaminhamento dessas questões às autoridades pedindo providências, o Encontro Nacional dos Seringueiros torna-se um marco especialmente por dois fatos dele decorrentes. O primeiro deles é a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e o segundo a proposta de criação de uma modalidade de área protegida, nos moldes das Terras Indígenas, que viria a ser a materialização da Reforma Agrária dos seringueiros. A partir de 1985, impõe-se à compreensão e ao planejamento da Amazônia, não só o conhecimento da sua biodiversidade, plantas, animais, solos, mas o reconhecimento de uma sociodiversidade que ia além da existência dos povos indígenas (SCHWEICKARDT, 2010, p.127 - 129).

A luta dos seringueiros e a formulação de novos modelos de reforma agrária trazem o reconhecimento de territórios específicos, abre campo para uma série de ações e de reivindicações de caráter particular e coletivo que possibilita a aliança do movimento social, com o movimento ambientalista:

A criação do Conselho Nacional dos Seringueiros torna-se emblemática porque embora tenha surgido de um conflito clássico do universo rural brasileiro, seringueiros versus patrões (onde poderíamos ler posseiros versus grandes proprietários), ela trouxe uma solução original para esta equação. Primeiro porque os sujeitos sociais antes diluídos entre os demais trabalhadores rurais, articulados por meio dos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais espalhados pela Amazônia, constroem uma identidade coletiva singular. E segundo, mas não menos importante, que junto com a emergência dessa identidade coletiva própria, emergem também novos parâmetros de territorialização a partir de seus próprios modos de vida e de sua organização para produção numa maneira muito particular de se relacionar com a floresta. Demonstram uma aglutinação de forças, antes não percebida, e que confere a eles um espaço político próprio, abrindo inúmeras outras possibilidades de alianças e de recomposição da equação que polariza dominados e dominantes como, por exemplo, a aliança com o movimento ambientalista (SCHWEICKARDT, 2010, p. 129-130).

A formulação de novas políticas territoriais que orientadas a partir de princípios de sustentabilidade orientam o Estado para a possibilidade de repensar suas políticas e ações, e elevam o reconhecimento dos direitos sociais de populações tradicionais em seus territórios:

O reconhecimento de todas essas categorias sociais como beneficiárias das ações de reforma agrária, provocou o deslocamento na política de caráter nacional, conferindo uma feição mais regional. Esse deslocamento que não se daria por iniciativa dos gestores públicos somente, se fez em função da emergência dos seringueiros, extrativistas e ribeirinhos da Amazônia enquanto coletividades cujas identidades políticas se objetivavam em movimentos sociais com características de reivindicações muito próprias, que os distinguiam dos demais trabalhadores rurais no Brasil, e cujas formas de organização social e econômica no espaço era incompatível com a territorialização que lhes impunham os planejadores oficiais. (SCHWEICKARDT, 2010, p.313).

Essa nova abordagem que busca considerar o reconhecimento de reivindicações sociais, bem como a garantia de aspectos culturais históricos e a conservação do meio ambiente, tem resultado na inclusão de Territórios Indígenas (TIs) e Territórios Quilombolas (chamados conjuntamente de Territórios de Ocupação Tradicional) como Áreas de Proteção incluídas no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), criado pelo Brasil em decorrência dos compromissos assumidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), como o principal intuito de orientar ações para estabelecimento de um sistema abrangente de Áreas Protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrando áreas terrestres e marinhas até 2015 (IMAZON/ISA, 2011).

Da mesma forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem buscado aperfeiçoar sua atuação de modo que a temática socioambiental possa permear sua política, assim tem passado por novas reconfigurações quanto aos aspectos relacionados à sua atuação, sobretudo na Amazônia. A pressão do cenário ambiental, capitaneada por movimentos de maior valorização dos povos da floresta, tendo seu ápice no caso Chico Mendes tem feito com que a política agrária do instituto ganhe novas proporções socioambientais:

Quando o debate acerca das questões ambientais tornou-se proeminente, os programas relacionados a reforma agrária e a

territorialização passaram a ser objeto de uma série de questionamentos por parte das organizações ambientalistas e dos Ministérios Públicos Federais que, sobretudo no Estado do Amazonas, passaram a exigir licenciamento ambiental dos projetos de assentamento conforme a legislação vigente na época. Os questionamentos tinham como base de sustentação a inadequação dos projetos de reforma agrária às condições sociais e econômicas da Amazônia. Alguns procuradores federais questionavam o INCRA acerca da relação entre “ganhos sociais reais” desses projetos e os “danos ambientais” por eles causados (SCHWEICKARDT, 2010, p.311).

Exemplos como a demanda social apresentada por seringueiros ou extrativistas multiplicam-se pelo Brasil e a ação de instituições como INCRA, que reveem sua política de ação, implicam inevitavelmente na transformação do Estado e na tomada de uma nova consciência:

O processo de ambientalização trouxe algumas vantagens para os estatutos e práticas das agências estatais. Órgãos responsáveis pela gestão agrária, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – o INCRA antes efetivavam suas políticas territoriais desconsiderando o potencial valorativo das florestas. A posse e a propriedade da terra só se configurava mediante a implantação de benfeitorias, o que significava a derrubada da floresta, a implantação de projetos de colonização e assentamento, muitas vezes na contramão das aspirações das populações locais do interior da Amazônia. A incorporação da variável ambiental nas ações de reforma agrária, especialmente as gerenciadas pelo INCRA abrem de fato, alternativas para os novos sujeitos políticos, com a criação de projetos de assentamento agroextrativistas e mais recentemente com o reconhecimento por parte do INCRA de moradores de Unidades de Conservação de Uso Sustentável como beneficiários das ações de reforma agrária (SCHWEICKARDT, 2011, p.4).

Esta nova consciência é quem tem orientado a tomada de decisão e a elaboração de propostas quanto a aspectos de sustentabilidade em todos os poderes, tanto o poder legislativo, executivo e judiciário. Esse reflexo pode ser observado na própria Constituição Brasileira de 1988, que passa a ser vista como uma “Constituição Verde”, totalmente diferenciada das constituições anteriores (MOUMDJIAN, 2011).

Dessa forma, quando a sociedade exerce um poder coletivo que acarreta na mudança de comportamentos coletivos e do Estado, acontece o que Lopes (2004) chama de ambientalização dos conflitos sociais, um processo de internalização de comportamentos e

práticas, com relevância às questões socioambientais e a formulação de medidas que possam considerar a importância desses novos aspectos.

Davis (2004) afirma que esta Ambientalização está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública, e isso se deve ao surgimento desse novo comportamento global em relação a questões socioambientais. Essa nova visão do Estado irá orientar a ação de suas diversas agências e instituições, já que o meio ambiente passa a ser visto como um elemento constitucionalizado. Lopes (2004) apresenta os cinco principais fatores que tem influenciado esse processo de ambientalização do Estado e a ascensão desse novo comportamento:

- 1 - O crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX;
- 2 - Os conflitos sociais em nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas;
- 3 - A educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva;
- 4 - A questão da “participação”; e a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação de conflitos.

Em relação ao crescimento da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e final do século XX, Lopes refere-se à criação de novas agências e órgãos responsáveis pela elaboração de propostas e pelo controle de questões socioambientais, bem como de critérios legais para o atendimento de demandas socioambientais, como o licenciamento ambiental.

Quanto a emergência de conflitos sociais em nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas, o autor se refere a casos em que a ação de movimentos sociais e populares tem contribuído para a formulação de medidas socioambientais e de interesse coletivo, influenciando inclusive na própria formulação das leis federais.

Em relação à educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva, Lopes afirma que é esse instrumento que acaba disseminando os códigos para um comportamento correto diante das demandas socioambientais, com certa normatização de condutas para a vida cotidiana em níveis locais e globais.

Quanto à questão da participação, essa tem demonstrado a neutralização dos medos quanto às propriedades subversivas da participação individual e tem legitimado a participação popular, levando a democratização das políticas públicas. Essa participação tem reflexo no crescimento de movimentos sociais brasileiros surgidos nesse processo de redemocratização e de luta contra o regime autoritário. O autor afirma que a eficácia dos conselhos locais de meio

ambiente de programas das Agendas 21 locais geralmente depende da experiência da participação política da população, de sua história de mobilização, e das suas formas comunitárias e sindicais de participação.

Já em relação à questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação de conflitos, o autor nos informa como a questão socioambiental tem ganhado força nas instituições e tem se legitimado como uma bandeira de luta permanente da sociedade.

Analisando essas proposições a fundo, podemos afirmar que estes comportamentos estão relacionados à reflexividade social proposta por Giddens (1991), já que sugerem uma mudança nos padrões de comportamento da sociedade e do Estado. Essa reflexividade pode ser estendida às ações que são executadas a partir de uma consciência ambiental, representando uma *reflexividade socioambiental*.

#### **1.4. A ambientalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**

As agências do Estado, organismos de administração direta e indireta, tendem a buscar a legitimação de suas ações, principalmente após a constitucionalização do meio ambiente na Constituição Federal de 1988, que possui um capítulo específico para a questão ambiental. Em relação à reforma agrária, mesmo antes da promulgação da Constituição de 1988, a questão ambiental já permeava algumas de suas regulamentações, o Estatuto da Terra de 1964, por exemplo, já trazia consigo aspectos ambientais relevantes. No entanto não eram efetivas as ações dos órgãos executores para atender essas regulamentações.

Araújo (2006) afirma que na medida em que a política agrária ia sendo implementada, a variável ambiental ia sendo negligenciada, mesmo estando presente em diversas leis agrárias, inclusive nas mais antigas como o próprio Estatuto da Terra (Lei nº4.504 de 30/11/1964), que colocava a proteção dos recursos naturais junto aos aspectos ecológicos e socioambientais da propriedade como indispensáveis para a formulação das ações de reforma agrária.

A atuação das agências executoras seguia essa tendência, no caso do INCRA criado em 1970 pelo governo militar, até a década de 1990 vinha criando assentamentos fundamentados principalmente numa visão desenvolvimentista, voltada para a produção

intensiva, sem se preocupar com os aspectos culturais e de sustentabilidade ambiental nos modelos de assentamentos até então criados.

A criação do INCRA surgiu de propostas que se arrastavam desde a década de 1950 e 1960, quando surgiram pressões coletivas, tais como as ligas camponesas no nordeste, e a tomada de medidas por parte do Governo Federal, como a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), combatidos pelo governo Militar, que logo então criou o Estatuto da Terra (editado pela lei nº 4.504 de 1964), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). A partir daí o governo criou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão entre IBRA e INDA (INCRA, 2011).

A proposta de reforma agrária surgia como uma possibilidade de tornar a terra acessível a todos os cidadãos para que pudessem garantir sua sobrevivência pautada no cumprimento da função social da terra. No Estatuto da Terra, a conservação dos recursos naturais já era colocada como uma das condições para que a função social da terra fosse desempenhada. No entanto, nos moldes tradicionais de implementação da política agrária, as condições de conservação ambiental eram totalmente negligenciadas, pois apesar dos diversos instrumentos que já consideravam a questão socioambiental relevante, medidas para sua implementação não vinham sendo feitas.

Araújo (2006) afirma que a variável ambiental estava incluída desde o início das propostas, mas a desapropriação pelo descumprimento da função social da terra em decorrência da degradação ambiental, por exemplo, nunca foi implementado. A autora também revela que o Estatuto da terra, ao trazer medidas de controle ambiental, mostrava-se também contraditório, pois trazia itens prejudiciais ao meio ambiente, tais como a possibilidade de uso de herbicidas, inseticidas e fungicidas.

Nessa época, o governo também criou diversos projetos voltados para a colonização e desenvolvimento da Amazônia. Esses projetos não levavam em consideração características da região. Essas políticas eram orientadas principalmente para o incentivo ao uso intensivo do solo e dos recursos naturais, ou seja, não consideravam a questão socioambiental como algo relevante:

A marca dessas políticas governamentais é que eram orientadas para o uso intensivo da terra e dos recursos naturais. Tanto os empreendimentos agropecuários, cujos projetos passavam pela

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), quanto os projetos convencionais de assentamento de pequenos produtores, que constituíram a meta fundamental das políticas executadas pelo INCRA na Amazônia, desde a década de 1970, foram, até o final dos anos 1990, desenhados a partir do modelo de uso intensivo dos recursos naturais, sobretudo florestas, solo e água (ESTERCI e SCHWEICKARDT, 2010, p.61).

No caso dos assentamentos agrários, incentivou-se a colonização da região através da concessão de glebas de terras nas estradas federais até então recentemente abertas. Santos et. al (2011) afirmam que essa ação consistia na transferência de famílias exógenas (ou camponeses de origem europeia) para a região, uma vez que as comunidades locais não teriam condições para lidar com a demanda do produtivismo imposto pelo capital. A visão desenvolvimentista, que pretendia levar o Brasil a crescer 10 a 11% ao ano (ESTERCI e SCHWEICKARDT, 2010) levou o governo a tomar medidas que recortavam a região e não levavam em conta os aspectos socioambientais envolvidos:

Nos anos de 1970, o Estado passou a intervir mais sistematicamente na territorialização regional, primeiro, através de políticas de incentivo a atividade agropecuária de grande escala e dos programas de colonização e, posteriormente através de projetos de assentamento de pequenos produtores, alocados em lotes familiares (SCHWEICKARDT, 2011, p.3).

Muitas dessas medidas protecionistas pensadas pelo governo para a região amazônica acabaram não dando certo.

Para realizar esse projeto de integração da Amazônia à economia nacional era preciso homogeneizar as formas de domínio sobre a terra e os recursos naturais, ignorando ou superando as formas construídas localmente, e à revelia do próprio Estado, ao longo de décadas ou séculos (SCHWEICKARDT, 2011, p. 61);

No entanto, a partir das reivindicações de grupos sociais locais medidas enérgicas voltadas para a questão socioambiental passaram a ser formuladas. A luta dos seringueiros que resultou na criação da categoria de unidades de conservação de uso sustentável também representou mudanças para novas categorias de assentamentos criadas pelo INCRA.

O insucesso dos modelos desenvolvimentistas de assentamentos formulados a partir do governo militar, a superação da ideia de que a Amazônia era um enorme vazio demográfico e ainda a pressão ambiental que se intensificava, levou o INCRA a passar por um processo de reflexividade ambiental, fruto desse movimento dinâmico da sociedade moderna.

Assim, a partir de 1987 o INCRA passou a criar novas categorias de assentamento, que pudessem considerar fatores sócio-históricos e culturais das populações envolvidas. Cria, portanto a portaria nº627/1987 a modalidade de Assentamento Extrativista - PAE (conforme anexo A), que após algumas revisões passou a ser chamada de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), em 1999 cria através da portaria nº477/1999 o modelo de Projeto de Desenvolvimento Sustentável PDS (conforme anexo B) e em 2003, através da portaria nº1141/2003, o modelo de Projeto de Assentamento Florestal – PAF (conforme anexo C). Seria o início do processo de ambientalização do INCRA na região amazônica, onde sua ação passaria a considerar a realidade socioambiental local:

Na nova conjuntura de ampliação dos espaços democráticos e crescimento dos movimentos sociais, ganhava força também a orientação de manter áreas ambientalmente protegidas, as populações humanas residentes. Não sendo essas áreas subdivididas em lotes, preservavam-se assim as antigas fronteiras territoriais (SCHWEICKARDT, 2011, p.4).

Na verdade, isso seria a formulação de assentamentos que pudessem condizer com as demandas das populações extrativistas, seria a adoção de uma modalidade em que seria garantida a concessão de uso e benefícios da reforma agrária a moradores que secularmente já habitam a região juntamente com a ideia conservação ambiental. Seria o reconhecimento de que essas populações possuem uma relação com o espaço, onde esse se torna lugar, o lugar de moradia e de criação de sua cultura (TUAN, 1983).

Assim, a partir das primeiras medidas mais isoladas, com alguns projetos específicos, o INCRA institucionalizou a questão socioambiental em 1998, quando juntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o IBAMA lançaram a Agenda Ambiental “Terra que te quero verde”, com algumas diretrizes e ações para a inclusão da ação ambiental nos projetos de reforma agrária (ARAÚJO, 2006).

Em 2002 a INCRA também reconhece os moradores de algumas Reservas Extrativistas (RESEX) como beneficiários da reforma agrária; em 2004 estabelece critérios e procedimentos ao serviço do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates); e em 2005 estabelece critérios, procedimentos e valores para a implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em áreas de assentamentos da reforma agrária.

No estado do Amazonas, a criação de Assentamentos diferenciados tem se realizado desde o final da década de 80. Até março de 2011, possuía 47 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), 19 Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e 1 Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF), enquanto o modelo tradicional (PA) encontra-se com 35 projetos. Segundo Ronaldo Santos, chefe do setor de obtenção de terras do INCRA Amazonas, as principais diferenças entre os assentamentos tradicionais e os sustentáveis seriam em suas palavras:

Basicamente os assentamentos são criados para que aja o desenvolvimento da atividade agropecuária. A diferença é que nesses modelos sustentáveis, eles tem uma certa limitação de uso, ou seja, você não pode usar, digo os assentados, não podem usar de qualquer jeito, tem que seguir regras ambientais, não que os outros não sejam assim também, mas no caso dos lotes, desses 3 (assentamentos tradicionais), a responsabilidade é mais deles, dos outros não, é mais do INCRA ( Ronaldo Santos, Setor de obtenção de terras do INCRA, 2011).

Essa redefinição das ações nos leva a interpretar as novas ações do INCRA como relacionadas a um processo de ambientalização, que surge a partir de uma reflexividade e uma nova racionalidade ambiental, já que o INCRA tem reformulado suas ações a partir das demandas das populações locais e grupos organizados em níveis específicos, como a formulação de projetos como PAE, PDS e PAF, e de forma geral, a partir da criação de

medidas para institucionalizar a questão ambiental, como a adoção do plano de gestão ambiental dos assentamentos e a Agenda ambiental “Terra que te quero verde”.

Essas medidas, ao saírem do gabinete institucional e serem colocadas em prática encontram especificidades que indicam a necessidade de redimensionamento de determinadas itens, como será discutido no último capítulo.

### **1.5. A ambientalização da secretaria de patrimônio da união – SPU**

A lei 601 de 18/09/1850, conhecida como a Lei de terras, teve como objetivo estabilizar e disciplinar o regime jurídico aplicável as terras públicas no Brasil, as quais até então encontravam-se em um estado caótico que se agravava desde a colonização portuguesa, quando o Império transferia o domínio de terras através de cartas e sesmarias a terceiros. Como forma de cumprir as tarefas estabelecidas, essa lei também cria, no seu artigo 21, a Repartição Geral de Terras Públicas, então regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

Após a proclamação da República, criou-se um novo órgão, pela Lei nº 2.083, de 30 de julho de 1909, para cuidar das terras públicas, denominado Diretoria do Patrimônio Nacional. No curso do tempo, novas denominações foram se sucedendo: Diretoria do Domínio da União (Decreto nº 22.250/1932), Serviço do Patrimônio da União (Decreto-lei nº 6.871/44). E, por força do Decreto nº 96.911, de 03 de outubro de 1988. Com a alteração em lei ocorrida em 1999, que dispõe sobre a estrutura da Presidência da República e seus Ministérios, a SPU passa a fazer parte da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) (SPU, 2013).

Assim, hoje a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) é um órgão ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Brasileiro, e está estruturada em um órgão central, localizado em Brasília, com 27 Gerências Regionais localizadas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo o órgão responsável por administrar, fiscalizar e outorgar a utilização, nos regimes e condições permitidos em lei os imóveis da União.

O processo de ambientalização da SPU inicia-se a partir de 2003, quando o Governo Federal assumiu o desafio de reformular a gestão do patrimônio da União, que seguia uma

lógica voltada prioritariamente para a arrecadação de receitas patrimoniais, em direção a buscar, essencialmente, o cumprimento da função socioambiental da propriedade pública, de acordo com a Constituição Federal.

Assim, em 2003, através de um grupo de trabalho interministerial, a SPU define um conjunto de princípios, diretrizes e apoio a programas governamentais que passam a compor a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU).

Dentre os princípios da PNGPU destaca-se a garantia do cumprimento da função socioambiental do patrimônio da União, ressaltando a articulação às políticas de inclusão social e o equilíbrio com a função arrecadadora; Sendo suas diretrizes: o apoio às políticas públicas de inclusão sócio-territorial dos Estados e Municípios, a regularização fundiária, com ampliação da escala das ações desenvolvidas, emissão de títulos e identificação e demarcação de todas as áreas prioritárias para regularização; Ações de desenvolvimento local, por meio da adequada destinação de bens públicos para apoio a projetos com essa finalidade; provisão habitacional com a destinação de áreas da União para habitação de interesse social; apoio a políticas sociais.

Dentre as ações de apoio a programas governamentais destacam-se a Reforma Agrária, por meio de ações articuladas com o INCRA; Inclusão Social, apoiando, principalmente, projetos de comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas, programa Bolsa Família, Territórios da Cidadania, entre outros; e a Preservação ambiental, privilegiando o Plano Amazônia Sustentável (PAS), a Revitalização do Rio São Francisco, o Projeto Nossa Várzea e o Projeto Orla;

Com essas propostas, a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) influencia diretamente a formulação de novos instrumentos jurídicos que passam a nortear as ações da SPU, com o artigo 1º, da Portaria n: 232/2005 (Regimento Interno da SPU) que informa que cabe a SPU:

Administrar o patrimônio imobiliário da União, zelar por sua conservação e formular e executar a política de gestão do patrimônio imobiliário da União embasada nos princípios que regem a Administração Pública, de modo a garantir que todo imóvel da União cumpra sua função socioambiental em equilíbrio com a função de arrecadação (BRASIL, 2008).

O Artigo 30 do Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, também determina que compete à SPU administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação; adotar as providências necessárias à regularidade dominial desses bens; proceder à incorporação de novos imóveis ao patrimônio da União; autorizar a sua ocupação, na forma da lei; estabelecer as diretrizes para a permissão de uso; promover a doação ou cessão gratuita, quando presente o interesse público; proceder à demarcação e identificação dos imóveis; entre outros (BRASIL, 2008).

Dessa forma, com base nas diretrizes de governo, foi construída uma nova missão institucional da SPU: “Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação” (BRASIL, 2008).

Com a Lei 11.952 de 25 de junho de 2009 é facultado à SPU e também ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a possibilidade de proceder com a regularização fundiária em áreas rurais na Amazônia Legal mediante alienação<sup>2</sup> ou concessão de direito real de uso nas áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação:

Preenchidos os requisitos previstos no art. 5o, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão regularizará as áreas ocupadas mediante alienação (Art. 6o da Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009).

As áreas ocupadas que abranjam parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação nos termos do art. 20 da Constituição Federal, poderão ser regularizadas mediante outorga de título de concessão de direito real de uso (Art. 4º. Parágrafo 1º da Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009).

---

<sup>2</sup> Termo jurídico utilizado para a transferência do domínio de coisa ou gozo para outrem. Significa transferir, passar para outrem o domínio de coisa ou o gozo de determinado bem, assim como as terras de várzea que são de domínio da União ([www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br), 2013).

. Finalmente, o Decreto 7.675 de 21 de janeiro de 2012<sup>3</sup> aprova e estabelece a estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos seus artigos 39, 40, 41, 42 e 43, designa as competências e a estrutura organizacional da SPU.

Dentre esses artigos, destaca-se o Artigo 1º que estabelece que cabe a SPU integrar a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União com as demais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

O Artigo 43º estabelece que cabe ao Departamento de Destinação Patrimonial a competência de coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas com o desenvolvimento de ações e projetos voltados à destinação, à regularização fundiária, à normatização de uso e à análise vocacional dos imóveis da União.

Agenor, chefe de divisão de regularização fundiária da SPU no Amazonas, explica essas mudanças:

A SPU tem 157 anos, a SPU é uma das secretarias mais antigas do governo federal, e antes ela estava alocada [...] junto com a receita federal [...] Então nós estávamos alocados em outro ministério, e foi se eu não me engano em 2007, nós viemos para o ministério de planejamento, orçamento e gestão (Agenor chefe de divisão de regularização fundiária da SPU, dezembro de 2012).

Com a Lei 11.952 de 25 de junho de 2009 e o Decreto 7.675 de 21 de janeiro de 2012, o governo define legalmente o caráter socioambiental da SPU e a possibilidade de regularização fundiária em terras públicas a moradores que historicamente residem nestas áreas, a exemplo de experiências que vinham sendo postas em prática desde 2003, no Estado do Pará, como será discutido mais adiante.

## **1.6. A natureza jurídica das terras de várzea e a regularização fundiária de camponeses ribeirinhos na Amazônia**

---

<sup>3</sup> Esse decreto revoga o Decreto 7063 de 13 de janeiro de 2010, traz poucas alterações ao texto geral, e nenhuma alteração aos textos referentes à SPU.

O ecossistema de várzea é um ecossistema formado por planícies aluviais com a maioria de suas áreas sujeitas a inundações anuais de largura muito variável. A área total de várzea em território brasileiro é estimada em 65 mil km<sup>2</sup>, o que representa 1,5% da planície amazônica (PORRO, 1995).

Na Amazônia grande parte das várzeas estão situadas nos leitos dos rios Amazonas e Solimões, que junto com seus principais tributários, o Madeira, Purus, Juruá e Japurá são férteis por receberem grande carga de sedimentos provindos dos Andes. Esses rios são relativamente ricos em sedimentos inorgânicos pouco lixiviados e eletrólitos capazes de incentivar a liberação de importantíssimos nutrientes vegetais (COSTA e INHETVIN, 2007).

O ciclo biológico na várzea depende do regime fluvial das águas, que começa a subir em novembro, atingindo o clímax de maio a junho, diminuindo a partir de agosto e atingindo o nível mínimo em outubro. Nesse período ocorre a retração das águas nas partes mais baixas da várzea, que normalmente ficam longe dos rios. Esta retração cria lagos interiores que retém a fauna aquática em lagos que viabilizam e intensificam as atividades de caça e a pesca, tornando a região de várzea bastante produtiva (PORRO, 1995). A vegetação de várzea é bastante rica devido a fertilidade dos rios de água branca e aos sedimentos aluviais por eles transportados, sendo por isso área de grande potencial para a agricultura. É considerado um ecossistema altamente sensível por representar uma região de equilíbrio entre o ecossistema aquático e o ecossistema terrestre (COSTA e INHETVIN, 2007).

Devido a sua rica biodiversidade, e por estar situado junto aos grandes rios do Amazonas, este ecossistema sempre representou grande valor socioambiental, servindo de moradia e ambiente de reprodução de comunidades historicamente remotas e contemporâneas que como forma de sobrevivência instalaram-se nas margens desses rios.

Juridicamente podemos entender estas áreas como o leito maior sazonal do rio, que é definido pelo art. 2º, letra c da Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1987 como sendo “ a calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia” (figura 10).

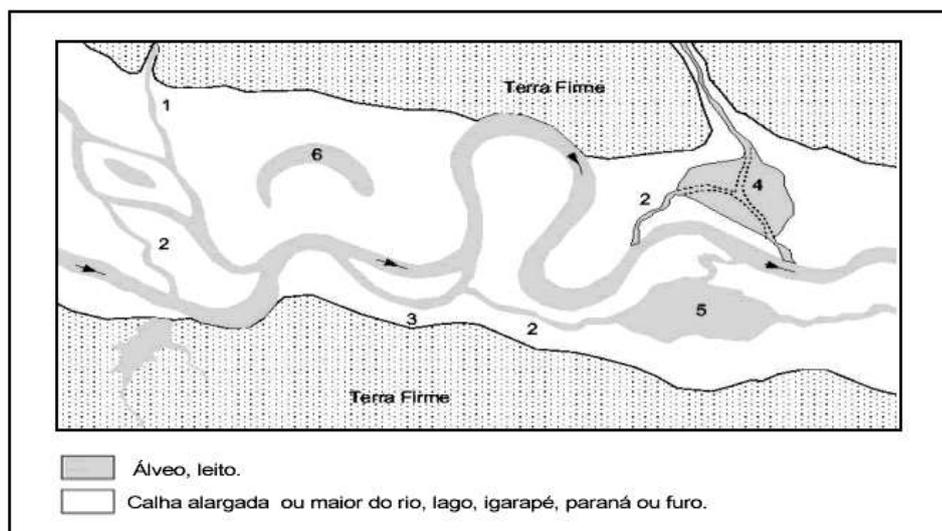


Figura 10. A calha alargada do rio, característica jurídica da várzea.  
 Fonte: SOARES, 1977, apud BENATTI, 2004.

Assim, as atividades de regularização fundiária dos camponeses que historicamente residem essa região deve ser orientada a partir do entendimento de sua dominialidade, através da compreensão dos instrumentos jurídicos relacionados aos recursos hídricos e ao leito maior do rio.

A constituição de 1988 reconhece a água como um bem público, pertencendo a União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais” (artigo 20, III), e como pertencente aos Estados “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União” (artigo 26, I).

Dessa forma, a dominialidade da várzea é pública de uso comum<sup>4</sup>, podendo ser da União ou dos Estados federados dependendo da propriedade das águas. Se as águas pertencerem à União, a várzea será federal, se for estadual a várzea será estadual, pois o leito alargado do rio segue a mesma natureza do domínio das águas (BENATTI, 2004).

As terras de várzea enquanto bem público de uso comum, não se confunde com as terras devolutas,<sup>5</sup> pois tem uma destinação que é dar suporte à água. Nestas também não

<sup>4</sup> Os bens de uso comum do povo são as coisas públicas utilizadas por todos, voltadas para fruição coletiva, mas insuscetíveis de apropriação individual, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças (Código Civil, artigo 98, I).

<sup>5</sup> Estas são entendidas como bens dominicais, aqueles bens que não estão destinados nem a uma finalidade comum e nem a uma finalidade especial. Bens dominicais, também chamados patrimoniais, são aqueles bens públicos utilizados para satisfazer os fins públicos, com a possibilidade de serem utilizados em qualquer fim

incidem áreas de preservação permanente<sup>6</sup>, terreno da marinha ou terreno marginal (BENATTI, 2004).

Historicamente as várzeas vinham sendo ocupada sem que houvesse critérios legais sobre seu ordenamento, no entanto a partir das ações de mudança nos padrões de atuação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e do INCRA, abre-se um precedente para que as terras localizadas em áreas de várzea pudessem atender ao critério da função social da propriedade pelo Estado.

Com o processo de ambientalização do INCRA e da SPU, ocorre uma abertura legal para o reconhecimento dos ocupantes de várzea a partir de critérios específicos. Essa mudança começa a se desenhar a partir de 2003 quando no estado do Pará, um programa coordenado pelo INCRA e pela SPU/PA buscou o reconhecimento da posse de aproximadamente 500 ilhas, exploradas secularmente por populações tradicionais ribeirinhas que viviam basicamente da pesca e do extrativismo.

Intensificado a possibilidade de reprodução da proposta, em janeiro de 2005, o Pro Várzea/IBAMA apresentou ao INCRA e à SPU uma proposta de regularização fundiária da várzea, por meio do estabelecimento de contratos de concessão de uso coletivo do território com as associações de moradores. A terra continuaria sendo da União, mas a SPU repassaria ao INCRA a competência para legalizar a posse das populações locais e proceder com os projetos de reforma agrária (BRIANEZI, 2006).

A partir de então se cria o Acordo de Cooperação Técnica entre a SPU e o INCRA, publicando-se a Portaria SPU Nº 284/2005, que cria o Termo de Autorização de Uso (TAUS) (conforme anexo D) para a legalização de atividades tradicionais típicas da Amazônia (desbaste de açazais, colheita de frutos, manejo de outras espécies).

Em 2007 o governo promulga a Lei Nº 11.481/2007 aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e que traz como inovação a aplicação da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para uso sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais.

O INCRA passa então a pensar em modelos sustentáveis para a várzea, e estabelece o Projeto de Assentamento Agroextrativista, criado pela Portaria - INCRA 627/1987, com base nos modelos das Reservas Extrativistas (RESEX), como o ideal para a regularização dos

---

diferentemente dos bens de uso comum e de uso especial, os bens dominicais são passíveis de alienação e constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público. Os bens de uso especial são aqueles cuja utilização não é facultada a todos indistintamente, pois são destinados a fins administrativos, especialmente a execução de serviços públicos, e por isso mesmo são considerados instrumentos desses serviços (Código Civil, Art. 98, I, II, III).

<sup>6</sup>A APP e a várzea ocupam espaços distintos, e não se pode afirmar que a APP incide no leito maior sazonal do curso d'água (Benatti, 2004).

tradicionais moradores de várzea, o que se via era um verdadeiro processo de ambientalização do Estado (SCHWEICKARDT, 2010).

Para a SPU a regularização fundiária na várzea representa uma ação que permite ordenar as ocupações irregulares na várzea e permite o acesso dos moradores a financiamentos e outros programas governamentais:

Olha existe uma série de documentos nulos ou anulados ai em cima, então tem uma bagunça ai documental. Então uma das coisas que nos estamos fazendo é acertando tudo isso. Passa na várzea, cancela tudo em cartório, e distribuindo nosso título que é o correto que é o TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável. Por quê? O que nos estamos titulando hoje? Quem na terra vive, ou da terra tiram o sustento da sua família, isso está dentro da lei, 11.952, que ela é que regula a ação da SPU e o do Terra Legal, um programa que está dentro do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. No caso nos trabalhamos pelo programa nossa várzea de cidadania e sustentabilidade, é esse programa que ordena o nosso trabalho. A grande importância desse programa é levar a cidadania para aquela população que está ali abandonada, que hoje eles não existem, e eles não possuem acesso aos benefícios públicos, principalmente os benefícios federais, e com esse trabalho da SPU traz eles ao acesso a todos esses benefícios, todos os benefícios do governo federal, inclusive do INCRA, do MDA, do MMA, MDS, que é o bolsa verde, PRONAF. É possibilidade para eles acessarem benefícios, por exemplo, é comprovante para aposentadoria, as mulheres que tem filho passam a ter acesso a auxílio maternidade, isso ai é um divisor de águas. Sem contar que eliminam os conflitos agrários que existem. Que tem aqueles que se dizem donos, chegam na área se dizendo donos, se valendo de uma proteção de gangster, vamos dizer assim né? E começam a cobrar arrendo, de uma população que esta ali a muitos anos, ai quando você titula, ai acaba tudo isso (Agenor chefe de divisão de regularização fundiária da SPU, dezembro de 2012).

O processo de regularização precisa passar por etapas específicas, e a comprovação de moradia no local é fator essencial para que se receba o TAUS:

Nós trabalhamos com as famílias tradicionais, de baixa renda. E nos fazemos sempre uma audiência publica, fazemos um cadastro dos interessados, depois fazemos uma vistoria, pra evitar especulação imobiliária, essas coisas. Então, se uma pessoa diz que mora, então vamos lá, cadê a sua casa? Eu

quero ver. Diz que planta, cadê seu plantio? Vê, vamos realmente casa por casa. De acordo com a lei ele tem que provar tempo de posse, que é um ano, um mês e um dia. No mínimo seriam 250 metros quadrados que são aquelas casas que estão dentro da comunidade, que tem uma casinha do lado da outra. Ou um módulo fiscal, máximo, de forma gratuita, por que acima de 1 módulo fiscal já é oneroso. Existe uma taxa anual e ai normalmente já não são mais população tradicional, já são latifundiários na verdade nós regularizamos todo mundo, existe instrumento, ferramenta pra regularizar todo mundo. Tem que provar que possui a posse, isso é muito importante ( Agenor chefe de divisão de regularização fundiária da SPU, dezembro de 2012).

A ação do INCRA nas áreas de várzea também é uma inovação, pois atuando no processo de regularização fundiária com a SPU, abre um precedente para a criação de projetos de Assentamento nessas áreas, obviamente que seguindo a critérios socioambientais, conforme as mudanças no padrão de atuação dessas instituições, como afirma Agenor:

O papel do INCRA é reforma agrária, e da SPU é regularização fundiária. Só que pra acontecer a reforma, primeiro tem que acontecer a regularização, entende ela vem na frente, que a SPU pode executar direto, ou INCRA pode executar pela parceira INCRA/SPU (Agenor chefe de divisão de regularização fundiária da SPU, dezembro de 2012).

Dessa forma, a partir do processo de ambientalização das agências, que passam a acontecer a partir da intensificação as discussões socioambientais, a SPU e o INCRA passam a executar ações voltadas para o valor social da propriedade e o reconhecimento das populações que historicamente residem nesses espaços, a exemplo do Projeto de Assentamento Agroextrativista implantado na Ilha do Baixio. Nota-se neste sentido, como já citado anteriormente, que o INCRA rever seus modelos de Assentamento criados para atender as demandas socioambientais e dessa forma utilizar modelos pré-existentes para atender as regiões de várzea.

## **CAPÍTULO II**

### **SANTA LUZIA DA ILHA DO BAIXIO – MODO DE VIDA E CAMPESINATO NA VÁRZEA DO BAIXIO**

#### **2.1. Memória, Identidade e Campesinato na Várzea da Ilha do Baixo**

Compreendendo a necessidade de entendimento das modificações sociais decorrentes do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), buscou-se a partir das ideias de Halbwachs (2006) e Pollak (1992) o entendimento sobre memória social e coletiva como arcabouço teórico que pudesse orientar a interpretação dos aspectos históricos de formação da cultura e da identidade local para então se entender as modificações decorrentes do PAE.

Além disso, procurou-se compreender as dinâmicas sociais em Santa Luzia a partir de uma racionalidade camponesa, pois como afirma Wanderley (1996), para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro (WANDERLEY, 1996).

Neste sentido, entende-se que o homem enquanto ser social traz consigo aspectos que fogem aos determinismos geográficos e biológicos, de forma que as diferenças genéticas e as limitações ambientais não são determinantes das suas diferenças culturais:

As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os ares; sem gnelras ou membranas próprias, conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura. Mas o que é cultura? (LARAIA, 1999, p.24).

A cultura é um fenômeno que possui causas e regularidades, um longo processo acumulativo, que reflete ao homem o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam (LARAIA, 1999).

A identidade traz à tona esses elementos culturais, pois é permeada e preenchida por símbolos, costumes, formas de relação social e formas de apropriação do espaço que são determinadas por esse passado intrínseco à espécie humana.

A memória social neste sentido pode realçar elementos históricos que conformam a cultura do homem e representam sua identidade. Esta identidade não é estanque e está sujeita a variações a partir do momento que novos elementos passam a fazer parte de seu cotidiano e da cultura do homem:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p.17).

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p.19).

Assim, a identidade é entendida como um conjunto de significados partilhados ligados a sistemas culturais específicos e que está sujeita a variações em virtude do processo dinâmico e das redes de relações presente nas sociedades humanas. Também pode ser entendida como um elemento de coesão do grupo, em que se partilham significados e estratégias comuns, que implica no reconhecimento de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo e assim, sua “identidade” pode ser construída (HALL, 2000).

A identidade pode funcionar ao longo de toda a sua história, como ponto de identificação e apego devido a sua capacidade para excluir e deixar de fora, e de transformar o diferente em exterior e de interiorizar elementos que são importantes para a manutenção do homem enquanto ser social e orgânico.

Estabelecidas as formas como se processam a cultura e a identidade, podemos pensar na memória social como em sistema de construção e reconstrução do passado que pode revelar elementos importantes sobre o modo de vida de determinada sociedade:

Podemos dizer, em todos os níveis, que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1999, p.204).

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque eles estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2006, p.39).

Dessa forma é necessário também entendermos que a memória social é constituída por pessoas e personagens, e dessa forma o relato de uma pessoa pode apresentar personagens realmente encontradas no decorrer da vida, personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda personagens que não pertenceram necessariamente a um espaço-tempo pré-determinado, mas que possuem papel importante na construção de uma identidade social (POLLAK, 1992).

A memória social na Ilha do Baixio traz elementos importantes para o entendimento de sua história, da forma de vida cotidiana e das recentes modificações que mesmo recente se misturam ao imaginário e se ressignificam diante da existência humana.

## 2.2. “E vi um lugar bonito e me animei né, pra trabalhar [...]”<sup>7</sup>”

---

<sup>7</sup> Sr. João Lula, 89 anos, novembro de 2011

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo (POLLAK, 1992).

Os relatos a seguir nos dão uma dimensão do processo histórico de surgimento da comunidade de Santa Luzia da Ilha do Baixio a partir do momento em que os irmãos João Alves dos Santos e José Alves dos Santos, de origem nordestina, chegaram à Ilha do Baixio.

O Sr. João, que até dezembro de 2012<sup>8</sup> era o morador mais antigo da Ilha do Baixio, relembra o momento em que seus pais resolveram vir morar no Amazonas:

Nós viemos, eu vim, meu finado meu pai, a finada minha mãe já tinha morrido em 1932. Aí ficou eu, ainda tinha sete irmão homem e duas mulher. Todo mundo vieram, quer dizer, todos não vieram porque um casou-se e ficou lá e não quis vir. Aí teve um outro que casou, mas acompanhou nós. Nós era uma família só, era só numa, numa família, unida assim, de parente. Já tinha outros conhecidos que vieram de lá com nós, mas não era parente não. Aí nós viemos, tipo, num navio só, de lá do Ceará pra cá. Não foi muito longe não, mas também não foi muito perto. Nós saímos e lá do Ceará, passamos no Maranhão, aí do Maranhão fomos pra Belém. De Belém nós ficamos lá hospedado. Aí o navio veio embora pra cá pro Amazonas. Mas um destes irmãos, que tinha casado e família também. Eles adoeceram, e não podia viajar. Aí nós ficamos esperando eles. Até o dia em que ele tiveram alta, aí nós seguimos de Belém pra cá, pro Amazonas. Aí foi assim. Aí chegamos aqui e nós ficamos. (Sr. João Lula, 89 anos, novembro de 2011).

O relato do Sr. João demonstra uma ação muito comum na época, quando muitos migrantes de outros estados, especialmente nordestinos vinham para a região amazônica em busca de trabalho e melhorias das condições de vida. O trabalho realizado era voltado para a extração e processamento do látex ou o cultivo de Juta e Malva, o Sr. João chegou a exercer os dois trabalhos, e relata que trabalhou mais intensificamente no cultivo de Juta e Malva:

Eu trabalhei na borracha, trabalhei, mas não trabalhei assim. Eu trabalhava cortando borracha, mas não foi como um seringueiro não. Mas igualmente como se fosse, porque naquele tempo era o tempo da borracha mesmo. Mas eu não cheguei para ir pra lá, pro Acre. Eu fiquei aqui mesmo, no baixo Amazonas. Daí eu

---

<sup>8</sup>O Sr. João Lula faleceu em dezembro de 2012

fiquei trabalhando na juta. Eu fiquei 40 anos trabalhando na juta aqui no Paranã do Araçá (Sr. João Lula, 89 anos, novembro de 2011).

Sobre a sua chegada à Ilha do Baixio, o Sr. João Lula esclarece:

Aí eu me casei, aí no Paranã do Araçá aí eu vim me embora pra cá. Eu vim fazer uma vista pro um irmão que já morava aqui. Aqui mesmo, encostadinho nessa outra casa do lado de lá. Aí eu fui fazer um roçado lá, que era para plantar juta. E esse roçado eu amolei o ferro serra, pra troca... para termina de arribar o mato lá. Aí, minha esposa queria vir para cá. A mãe dela, aqui pro Baixio. Aí eu digo: eu vou com vocês também. Eu gostei daqui, da localidade. Meu irmão já tinha trabalhado parece que um mês e pouco aí. E vi um lugar bonito e me animei né, pra trabalhar (Sr. João Lula, 89 anos, novembro de 2011).

Essa ação, revela a forma de reprodução do campesinato na Ilha do Baixio que se afirma através da agricultura camponesa tradicional que por sua vez se concretiza sobre a relação entre propriedade, trabalho e família (WANDERLEY, 1996).

O Sr. João, assim como o Sr. José chegaram e se estabeleceram na ilha buscando novas oportunidades para si e seus familiares, dessa forma iniciaram a comunidade de Santa Luzia fundados no trabalho, na propriedade e na família, uma característica central da associação camponesa:

Um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 1996, p.4).

Nota-se que já estavam acostumados como ritmo sazonal da várzea, visto que as demais localidades que chegaram a morar no Amazonas, também estão localizadas em regiões

de várzea, que segundo Witkoski (2010), a terra de várzea é um substrato tanto da floresta como da água, e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o homem e a família que nela habita, apareçam como trabalhadores desta unidade de produção. Logo, sem a enchente e a cheia que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como *terras de trabalho* não seriam possíveis.

Raimundo Lula, filho mais velho do Sr. João contribui para a informação da chegada de seus familiares à Ilha do Baixio, ele mesmo veio junto, estava com 6 meses de idade:

A sogra morava. A mamãe falou para ele (seu pai, Seu João) vir. Aí ele ficou por ali e disse “eu vou também”. Aí veio os três né? Veio a mamãe, veio a sogra e ele. E veio visitar minha tia que já morava aqui. Eu vim também né? Só que eu estava muito novinho, eu estava com 6 meses. Aí vieram e deste passeio ficaram (risos). Não faz muito tempo não, apenas 64 anos! (Raimundo Lula, 64 anos, filho mais velho do Sr. João Lula, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

Segundo Pollak (1992) Acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, dessa forma é comum na fala de muitos camponeses a informação de que a chegada do Sr. José Lula e do Sr. João Lula deu início ao processo de formação do primeiro povoado na Ilha do Baixio na década de 1940:

O Raimundo (Raimundo Lula) e o avô do Nei. Eles dois é que são os veteranos daqui. O velho (o Sr. João Lula) é um dos primeiros moradores, e o Raimundo, é um dos, depois do velho, desses mais novos que tem aí, é dos mais antigos, sessenta e poucos anos de Baixio. Eu nasci no Careiro da Várzea. Eu vim já com cinco anos (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos assentados do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Quem fez isso aqui, foi o finado Zé Lula, era o sogro da Ângela. Quando eu cheguei pra cá já tinha a Igreja, o campo, mas não era assim animado como é hoje em dia não. Não vinha time assim de fora, só mesmo os times dos interior que ainda vinham jogar. Ah mas agora não, vem de Manaus, vem esses

outros times jogar aqui, tem esses nossos campeonatos todos os anos. Mas eu me dei bem aqui graças a Deus até hoje... (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

Três famílias foram as principais responsáveis pelo adensamento populacional na Ilha do Baixio a Família do Sr. José e sua esposa Maria Jardelina, o Sr. João e sua esposa Maria da Glória e a Família de Dona Vita e o Sr. Santiago. Dona Vita relata sua chegada à Ilha:

O Solimões levou nossos terrenos tudinho de lá, as terras caídas caindo foi levando até que acabou com os terrenos de nós lá e de muita gente que morava lá. A terra foi levando. Que era longe o Solimões pra onde nós morava, você cansava pra chegar na beira desse Solimões. Ai foi caindo, foi caindo, foi acabando e acabou mesmo. Ai nós morava em flutuante, meu marido fez um flutuante ai nós morava assim trabalhando nas terras arrendadas dos outros. Ai apareceu essa terra que era do outro lado onde mora minha filha, ai nós compramos lá um pedaço ai fizemos casa, mas lá alaga muito fundo, lá é muito baixo, é muito bom pra trabalhar, mas é baixo (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

O Sr. José e sua esposa Maria Jardelina tiveram 9 filhos, o Sr. João e sua esposa Maria da Glória 12 filhos, e a Família de Dona Vita e do Sr. Santiago 12 filhos, o casamento entre filhos foi propiciado com a chegada da família de Dona Vita à ilha, que teve 6 de seus 12 filhos casados com filhos do Sr. João e do Sr. José, ou seja, dos 12 filhos do Sr. João, 4 casaram-se com filhos de Dona Vita e dos 9 filhos do Sr. José, 2 casaram-se com filhos de Dona Vita:

Aí foi o tempo que nós crescemos e aí a casamos aqui. Aí tem o pessoal que veio nessa família, do Seu Santiago, que veio do Curari, era muita moça, muito rapaz. Aí entrou quatro só na nossa família. E aí, foi também daqui pra lá, quatro. E é por isso que hoje se espalhou e a família ficou bem grande. Aí o pessoal da nossa família foi casando e foi ficando aqui mesmo. É tanto que maioria é de uma família só aqui no Baixio (Raimundo Lula, 64 anos, filho mais velho do Sr. João Lula, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

Quando eu cheguei, tinha poucas casas aqui, porque os filhos desse pessoal tava quase tudo solteiro né. E já tinha o campo ali, esse campo ali já tinha, ai tinha outro morador que morava aqui, que era extremado aqui comigo, que é ali onde mora o Raimundo Lula, era outro morador, era o compadre Valdimiro que morava ai. Ai com o tempo ele comprou uma casa em Manaus, foi embora pra lá, ai vendeu pro genro o terreno dele, ai o genro já passou um tempo ai já vendeu pro Raimundo Lula. O genro foi embora também pra Manaus, sei que foi juntando, foi casando os filhos do Álvaro ali pra baixo né, os netos do seu João, ai foram fazendo casa, vieram casando pra cá, ai os meus foram casando, sei que de lá foi formando a Ilha. (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

Atualmente a Ilha do Baixio enquanto território possui 3 comunidades: a comunidade Nova Aliança com 30 famílias, a comunidade Santa Luzia da Ilha do Baixio, com 61 famílias e a comunidade São Sebastião com 4 famílias, pois à medida que o tempo foi passando novas camponeses foram chegando à Ilha do Baixio:

:

Só quem não é daqui é o marido da Meire que era do Pará. Ele chegou novo pra cá, que trabalhava com um homem que viajava pra banda de lá. Ele viajava com ele, ai ele ficou trabalhando com um rapaz dali de cima, ai não foi mais pra lá. Ai de lá casou com a Meire, mas os pais dele vieram já tudo de lá. Moraram aqui uns anos, ai já foram embora, agora estão em Manaus. A alagação de 2009 botou eles pra correr da casa, eles foram pra lá ai não vieram mais. Ai o marido dela trabalha, ai vem dia de sexta feira de noite no Sabino<sup>9</sup>, passa sábado domingo, ai volta no Sabino de novo. Ele trabalha de segunda a sexta. (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

As três famílias são responsáveis pela grande maioria de moradores que compõe a população da Ilha do Baixio, algumas pessoas optaram por morar na capital Manaus ou no Iranduba em busca de trabalhos assalariados, mas foram poucos. Nas figuras 11, 12 e 13 podemos verificar a relação de parentesco entre as famílias citadas e sua importância para o adensamento populacional no local:

---

<sup>9</sup> Barco de linha que passa no paraná do Baixio quando sobe o rio Solimões durante a época da cheia.



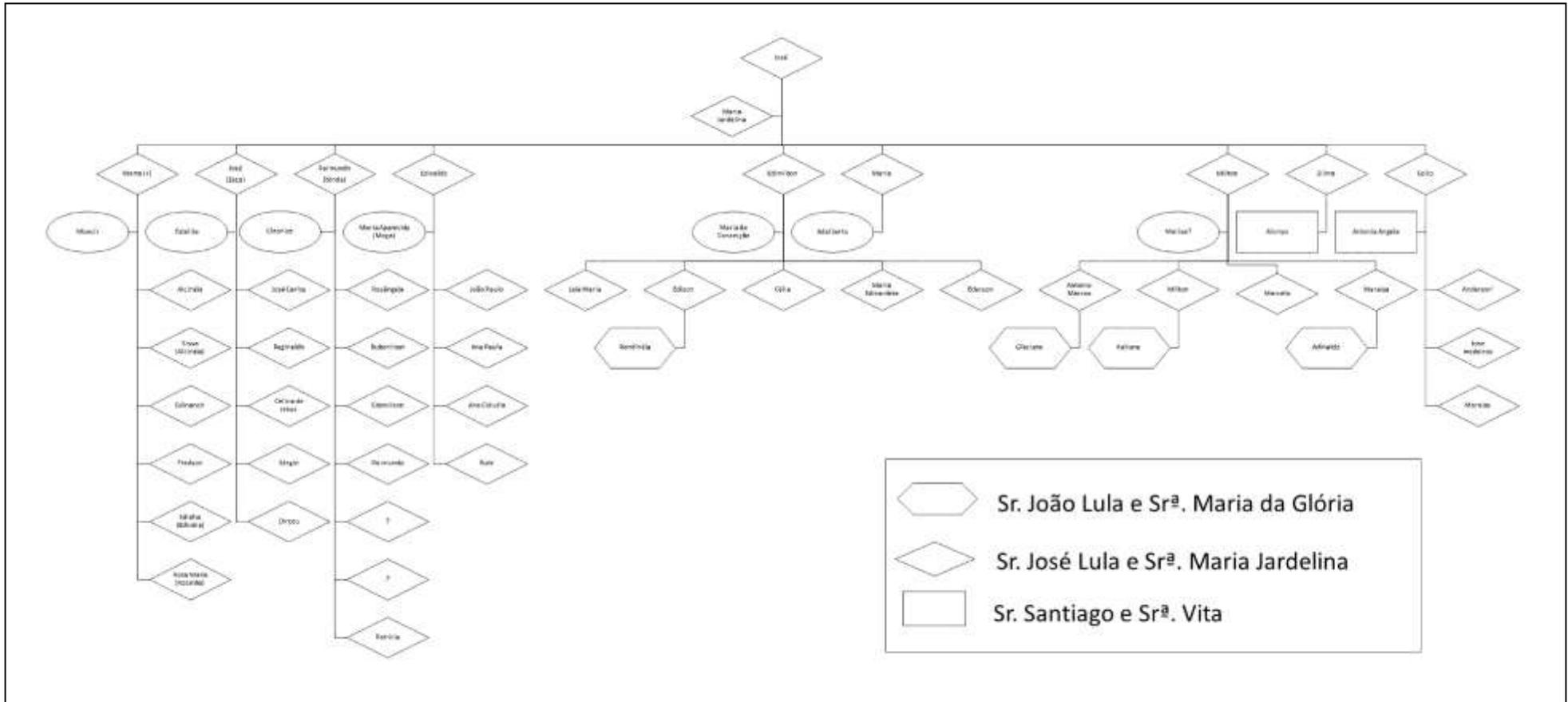


Figura 12. Esquema familiar do Sr. José Lula e da Sra. Jardelina, e sua relação com a família do Sr. João Lula e da Sra. Maria da Glória e a família do Sr. Santiago e da Sr. Vita.  
 Fonte: Guimarães, 2012.

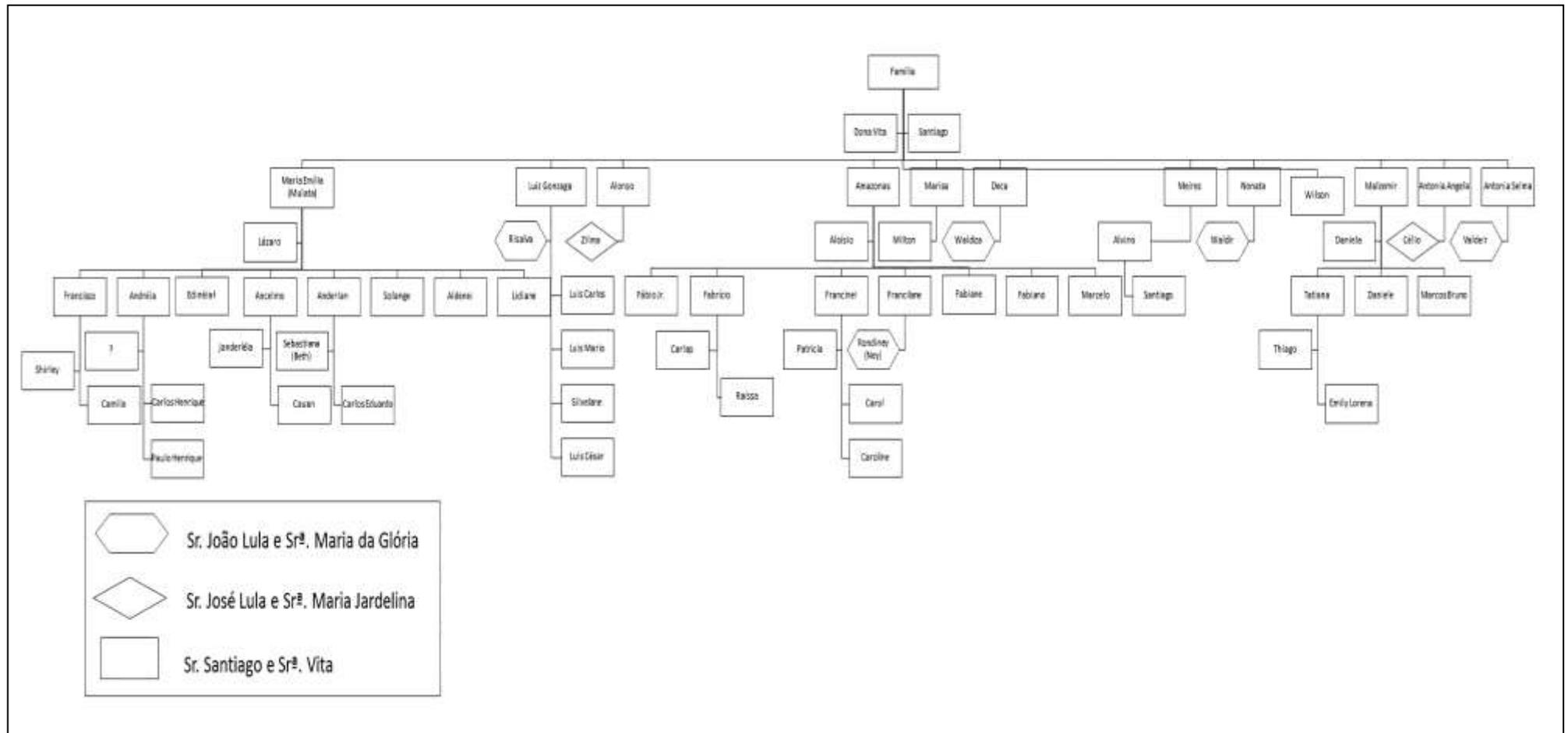


Figura 13. Esquema familiar do Sr. Santiago e da Sr. Vita, e sua relação com a família de João Lula e Maria da Glória e a família do Sr. José Lula e da Sr. Jardelina.  
 Fonte: Guimarães, 2012.

Pollack, em seus estudos sobre memória social e coletiva, relata a existência dos “vestígios da memória”, aquilo que fica marcado como momento preciso de um acontecimento.

Os vestígios marcam momentos importantes. São tomados como datas, como por exemplo, o nascimento de uma criança, uma viagem, uma conquista nacional como uma independência, a conquista de uma copa, olimpíada, formatura, etc.

Percebemos no relato dos entrevistados que são muitos os vestígios de memória que permeiam as lembranças e o cotidiano na Ilha do Baixio contribuindo para o fortalecimento de sua cultura e de sua identidade.

Há nesse sentido a existência vestígios de memória familiar, como o nascimento de filhos, e até mesmo datas muito imprecisas como nascimento de todos os primos, primas, sobrinhos, sobrinhas. Na ilha do Baixio, são muitos os vestígios de memória que marcam a história do local (figura 14).



Figura 14. Casa do Sr. José Lula, local de encontros e celebrações religiosas.  
Fonte: Guimarães, 2011.

A casa da figura 14 pertencia ao senhor José Lula e a senhora Maria Jardelina, esta casa é lembrada como a primeira casa em que suas paredes foram construídas e fechadas com madeira, a casa também é lembrada como o local das primeiras celebrações religiosas e das festas.

Uma das canoas da imagem é lembrada como a canoa do episódio da “cobra grande”, em que um rapaz e dois meninos passaram apuros tendo que lidar com uma cobra grande no rio Solimões. Na imagem também estão presentes personagens históricos importantes da Ilha do Baixio, como o Sr. José Lula e alguns de seus filhos, a sogra do Sr. José Lula e do Sr. João Lula, personagem lembrada como a responsável pela primeira imagem de Santa Luzia, santa que dá nome a comunidade.

Como forma de valorizar seu passado e suas raízes, durante a realização da V Festa das hortaliças realizada em 2011, os moradores apresentaram duas maquetes que representavam o passado e o presente na Ilha do Baixio (figuras 15 e 16).



Figura 15. Maquete representando a comunidade de Santa Luzia nos anos de 1940.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 16. Maquete representando a comunidade de Santa Luzia nos anos de 1940.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Comparando as maquetes e ouvindo os camponeses foi possível compreender o momento em que alguns elementos passaram a se integrar ao modo de vida local, como a chegada de energia elétrica, a especificidade da produção familiar, a construção do aterro que serve como ponte ligando a margem da Ilha do Baixio à margem da Costa do Iranduba, o aperfeiçoamento das formas de organização social, etc. O Sr. Raimundo Lula ilustra bem esses momentos, quando informa:

E hoje temos esta estrada da várzea e agora tão fazendo pela terra firme. Fruto de todo esse trabalho né? E hoje a gente tá pedindo asfalto. Não tinha luz, não tinha nada e hoje, graças a Deus, a pessoa chega e liga sua televisão, e isso é muito importante, vai lá e bebe sua água gelada. Foi o progresso que chegou assim dentro desse período aí. Nós fizemos primeiro a ponte ali, era só água isso aí, aí o pessoal vinha pra cá e gritava para pedir passagem e pedir pra atravessar. Aí nós fomos, fizemos de madeira, tiramos bem alto, enfiamos por dentro d'água, um sacrifício, mas nós amarramos de um jeito e pregava e saiu a ponte.

De forma bastante modesta, o Sr. Raimundo Lula atribui às conquistas locais o pontapé inicial para outros projetos na região do entorno, inclusive a ponte que atravessa o rio Negro:

Aí o Maia, chamou o Dr. Nania, aí ele veio aqui e olhou né: “Ah rapaz... da para fazer esta ponte no Rio Negro”. Aí ele foi e fez o projeto. Aí foi aquela briga. “Não presta, não dá certo, pra que um investimento todo?”. Aquela questão toda. Aí derrubaram e levantava de novo. Aí entrou o Deputado Souza, que entrou ajudando. Agora um bocado deles aí já pegou o bonde andando, e hoje apareceram lá, mas teve esse pessoal aí que brigaram pela nossa ponte lá, que ta dando esse sucesso todo, esse comentário no mundo todo. E saiu, graças a Deus, saiu.

Quanto a energia elétrica, o Sr. Raimundo Lula, também atribui o início dos projetos de transmissão por via fluvial ao início do modelo implementado na Ilha do Baixio:

Aí a gente reivindicava, aí vieram os engenheiros de São Paulo, do Rio, chegava na beira lá da água os rapaz chegava a brilhar né? Aí eu olhava assim e dizia: dá certo, mas por que? Por que não pode atravessar daqui pra ali? É tão pertinho. “Porque por cima tem os aviões e por baixo a capitania não aceita”, mas aquilo me dizia dentro de mim, não perca as esperanças, que um dia vai conseguir. Aí esse rapaz tava almoçando aqui e eu falei pra ele: “olha eu já atravessei, igarapé; não é um rio não, mas igarapé eu já atravessei. Foi uma brincadeira pros cara e os caras acreditaram e eu botei fé, e eu atravessei até onde deu certo”. (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

O Sr. Edvaldo, também rememora algo em relação à ausência da energia elétrica:

A energia da gente era grupo gerador assim, cada qual tinha individual, sabe? Aquele que podia comprar um motorzinho tinha luz em casa, aquele que não podia não tinha. Não existia energia, não tinha essas estradas que tem hoje (Edvaldo, 58 anos, outubro de 2012).

Os camponeses da Ilha do Baixio contam que as terras pertenciam a um senhor chamado Garcia, o arrendava as terras e fornecia os equipamentos para que os camponeses pudessem cultivar a juta e a malva. Aos camponeses era facultado a possibilidade de compra de um lote de terra na Ilha do Baixio:

Eles contam né... como a ilha era nova, tinha um senhor que era praticamente o dono da ilha né. Ai então o que ele fazia? Você chegava aqui ai ele oferecia um pedaço de terra, oferecia a juta pra você trabalhar e tal, dava a semente, ai você ia trabalhar. A obrigação era vender a produção para ele, e se você quisesse comprar aquele pedaço de terra então você fazia uma proposta né, que no final da safra você poderia dar uma parte do dinheiro ou tudo, dependia né. E assim que meu pai comprou esse terreno que ele mora hoje aqui. Assim, ele chegou ai perguntou: quanto o senhor recebe por lote, pra ele. Ai ele foi trabalhando e foi pagando né, o lote do terreno. Então assim também eram as outras pessoas, iam chegando e fazendo esse sistema. Ate então que ele, esse senhor que era o dono da ilha<sup>10</sup> se dizia o dono da ilha né? Ai então ele vendeu pro pessoal e foi embora. Então dai pra frente, o pessoal vendo que ia crescendo tanto a parte de cima como a parte de baixo né. A ponta aqui né, daí ia chegando outras pessoas e se colocando ai, e cada um adquiria seu lote e ficava ali mesmo trabalhando (Valdir, 48 anos, Gestor da escola de Santa Luzia e Ministro da Igreja de Santa Luzia, agosto de 2011).

Peguei um pessoal aí que era dono daqui do terreno né? E queria vender, arrendar, vender não, queria arrendar né? Aí foi que eu fui e arrendei 100 metros de terra. Até hoje estes 100 metros de terra ainda tá aqui! (Sr. João Lula, 89 anos, novembro de 2011).

Ai tinha esse homem, que... um conhecido nosso que morava aqui, ai foi e vendeu pra nós 100 metro, que é esse 100 metro de terra onde nós mora (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

Quando eu nasci meu pai já tinha comprado essa área aqui. Mas ainda trabalharam uns tempos ainda. Era ainda de renda, passaram uns anos trabalhando aí no arrendado depois foi que loteou pra vender né? Foram vendendo os lotes, aí foi que eles compraram. Comprou esse aqui, esse onde um tio meu mora. Aí comprou outros, foram comprando. Só que muita gente dessa época deles já foram embora, outros morreram né? Só sei que dos antigos, só tem eles aqui (Edvaldo, 58 anos, carpinteiro e agricultor, outubro de 2012).

A chegada à Ilha do Baixio representou a possibilidade de mudanças, o estabelecimento da comunidade de Santa Luzia e posteriormente de outras duas comunidades.

---

### 2.3. “A comunidade foi se formando né, como te falei... igreja, time de futebol [...]”<sup>11</sup>”

Como afirma Halbwachs (2006), talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-la, e não há lembranças que reapareçam sem que de alguma forma seja possível relacioná-la a um grupo social, neste caso a comunidade de Santa Luzia da Ilha do Baixo:

A comunidade foi se formando né, como te falei... igreja, time de futebol. Primeiro eles se organizavam em função da igreja, por que tinha que fazer a novena, as festas, o pessoal queria se divertir e foi fazendo o campeonato de futebol. Ai, em 1970 que veio o MEB – Movimento de Educação de Base<sup>12</sup>, um negócio assim, até esqueci e veio a ACAR<sup>13</sup> Amazonas [...] também nos anos 70 é que foi fundada a delegacia sindical, que foi fundada nos anos 70. Ai então a comunidade passou a se estruturar nesse sentido de organização (Valdir, 48 anos, Gestor da escola de Santa Luzia e Ministro da Igreja de Santa Luzia, agosto de 2011).

---

<sup>11</sup> Valdir, 48 anos, Gestor da escola de Santa Luzia e Ministro da Igreja de Santa Luzia, agosto de 2011.

<sup>13</sup> A implantação de uma mentalidade extensionista no Brasil deve-se, em grande parte, ao trabalho pioneiro desenvolvido pela ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural, – fundada em 1948, em Minas Gerais. Por sua vez, a criação da ACAR foi fruto dos esforços feitos pela “American International Association,” a A.I.A., que estava empenhada em difundir o modelo do Serviço de Extensão norte-americano, como meio de ajudar o desenvolvimento econômico e social de alguns países em fase de desenvolvimento. A expansão dos Serviços de Extensão Rural, no Brasil, processou-se da seguinte forma: Em dezembro de 1948, o Governo de Minas Gerais assinava convênio com a A.I.A., criando a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, que iniciou suas atividades a partir de janeiro de 1949. Introduzia-se, assim, no Brasil, a ideia extensionista, com o objetivo de trabalhar pela promoção do homem rural com vistas a um modelo desenvolvimentista exportado. No Amazonas a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR/AM) foi fundada em 02 de dezembro de 1966. A primeira localidade a obter assistência técnica da ACAR/AM foi o Careiro, hoje município Careiro da Várzea. Porém, o primeiro Escritório Local foi implantado em Itacoatiara, em 1967. A ACAR Amazonas passou por uma série de modificações administrativas até finalmente se tornar a Secretaria do Estado de Produção Rural - SEPROR (<http://ambientes.ambientebrasil.com.br>, 2013 / <http://www.idam.am.gov.br>, 2013)

A partir de 1970, os moradores começaram a se organizar formalmente, alguns passaram a integrar o sindicato de trabalhadores rurais de Careiro, Manaus e Iranduba<sup>14</sup>, criando uma delegacia sindical em Santa Luzia, fundado em 1972 que até hoje congrega trabalhadores rurais desses municípios. Na década de 1980 cria-se a Unidade Agrícola na Ilha do Baixo e a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Luzia:

Ela (a delegacia sindical) passa a existir nos anos 70 (1970), não sei se precisar o ano, mas foi nos anos 70 que fundaram a delegacia sindical dos trabalhadores rurais. O pessoal começou a se organizar. Ai em 80 foi fundada a Unidade Agrícola que era como uma associação dos trabalhadores. A associação de desenvolvimento comunitário foi fundada em 86, 1986. Então, na verdade, ela surge mais pela questão da produção dos moradores, ela surgiu como comunidade agrícola, depois passou a ser associação de desenvolvimento comunitário, ai passou um tempo, teve um movimento de uns 5 a 6 anos ai parou né, deu uma parada, ai depois que foi reativada novamente. Eu fui o primeiro presidente, fui um dos principais articuladores né, nessa época. É porque o Raimundo Lula, meu irmão, é que era o delegado sindical ai através da delegacia é que veio a proposta para fazer a associação [...] por que antes era unidade agrícola (Valdir, 48 anos, Gestor da escola de Santa Luzia e Ministro da Igreja de Santa Luzia, agosto de 2011).

A organização comunitária congrega as famílias de Santa Luzia e surge no momento em que os moradores organizam-se como núcleo comunitário. Neste caso os moradores trazem um sentimento de pertencimento à comunidade, pois ser da comunidade, é exprimir sensações de pertencimento, é entender o espaço como lugar de gente que se conhece, e de grupo a que se pertence (BAUMAN, 2003), como afirma Schweickardt:

Ser de uma comunidade é quase como que possuir um sobrenome, ter uma identidade, que significa mais que uma delimitação física, embora as comunidades do médio Juruá estejam espacialmente localizadas. Ser de uma comunidade indica pertencimento a um grupo determinado, e não a outro. É estar vinculado por laços de parentesco e afinidade. É ter relações de vizinhança, que mesmo possuindo semelhanças com

---

<sup>14</sup> Segundo o Sr. João Lula, atualmente há um movimento em Iranduba que tenta criar um sindicato único para o município, o que tem gerado conflitos políticos, pois o movimento seria recente e não congrega o interesse da maioria dos Associados do Sindicato Careiro, Manaus e Iranduba.

as demais comunidades do Rio, possuem também várias diferenças (Schweickardt, 2010, pg. 58 – 59).

Aqui o termo comunidade é entendido como um grupo social que se constitui demarcando a sua diferença com relação a outros grupos sociais, seja por pertencerem a um mesmo local de moradia, seja, principalmente, por recorrerem a uma identidade comum, a regras específicas de solidariedade e lealdade, e cuja coesão é a sua própria razão de ser.

É uma construção social, cuja característica crucial é o fato do pertencimento gerar direitos especiais que os membros partilham entre si, e que não se estende a quem não pertence à mesma comunidade (GUSFIELD, 1975, apud SCHWEICKARDT, 2010).

A Associação de moradores que surge por influência do MEB e da ACAR- Amazonas será discutida mais adiante junto às demais formas de organização social que surgem com o estabelecimento da comunidade de Santa Luzia da Ilha do Baixio.

#### **2.4. “Ai eles faziam a novena nas casas, nas casas deles mesmo [...]”<sup>15</sup>”**

A vida social na Ilha do Baixio sempre teve a religiosidade como fator de coesão social. A atividade religiosa iniciou-se com a chegada das famílias do Sr. José Lula e do Sr. João Lula, com suas respectivas esposas. A sogra dos mesmos mantinha devoção a Santa Luzia, o que serviu de base religiosa para suas filhas e seus esposos. Quando estes decidiram morar na Ilha do Baixio, levaram consigo a Imagem de Santa Luzia e deram início às celebrações no local:

A igreja é desde que eles chegaram aqui, desde 1947, por que eles já trouxeram a imagem da santa e já começaram a fazer novena (eles trouxeram) da comunidade donde eles vieram, que é uma comunidade chamada Pacatuba, no outro município aqui. Ai eles faziam a novena nas casas, nas casas deles mesmo né. Depois é com o tempo que construíram o prédio da igreja (Valdir, 48 anos, Gestor da escola de Santa Luzia e Ministro da Igreja de Santa Luzia, agosto de 2011).

---

<sup>15</sup> Valdir, 48 anos, Gestor da escola de Santa Luzia e Ministro da Igreja de Santa Luzia, agosto de 2011.

As celebrações consistiam em novenas, procissão e jantar entre os fiés. Até a década de 1970 as celebrações aconteciam na casa do Sr. José ilustrada na figura 4. Nos anos 1970 os moradores construíram a primeira igrejinha. A celebração em honra a Santa Luzia durava 9 dias, do dia 04 a 13 de dezembro. A partir da década de 1990 as celebrações passam a durar 13 dias, acontecendo do dia 01 ao dia 13 de dezembro. A festa da padroeira é de grande importância para os moradores, pois desperta o pertencimento ao local e traz a possibilidade de confraternização e celebração com honras a Santa Luzia.

A Construção da primeira sede da igreja ocorreu na década de 1970 em um local próximo ao atual, em um terreno cedido por um morador. Desde lá foram construídos 4 modelos até o atual modelo (observado na figura 17). A atual estrutura está prestes a ser modificada, pois os camponeses pensam em reforma-la devido aos danos causados pela cheia do rio à sua estrutura, conforme a figura 18.



Figura 17. Atual sede da Igreja de Santa Luzia da Ilha do Baixo  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 18. Igreja de Santa Luzia parcialmente inundada durante a época da cheia.  
Fonte: Guimarães, 2012.

A atual sede da igreja de Santa Luzia, já faz parte da paisagem local, sua importância mais que simbólica, representa parte da identidade da ilha. Enfeitada com bandeirolas e com suas celebrações e festas anuais atrai fiés e curiosos, que despertam sua sensibilidade para a beleza da ilha e da igreja de Santa Luzia.

## 2.5. “No tempo da malva e juta era dentro da água [...]”<sup>16</sup>”

Os primeiros moradores da comunidade de Santa Luzia chegaram à Ilha do Baixio para trabalharem na produção de juta e malva através do sistema de arrendamento, posteriormente compraram as terras que culminaram nos estabelecimentos familiares que por sua vez formaram a comunidade de Santa Luzia. Essa apropriação foi possível através do trabalho familiar empenhado no cultivo de juta e malva.

Entendendo o trabalho familiar como uma característica do campesinato, entende-se que a unidade familiar é uma organização produtiva formada por um determinado número de

---

<sup>16</sup>Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012.

“mãos” prontas para o trabalho nos campos. Ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tantas “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar (WOLF, 1976).

Na unidade familiar camponesa ocorre a indissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade de consumo, “pois tanto uma como a outra faz apelo aos mesmos membros da família e estão regidas pelos mesmos padrões de autoridade doméstica” (GARCIA JUNIOR, 2000, p.223).

Hocsman (2003), afirma que as principais características observadas na unidade familiar camponesa seriam:

- ✓ O trabalho familiar se mantém como componente decisivo no processo produtivo;
- ✓ As unidades domésticas são ao mesmo tempo unidades de produção e consumo;
- ✓ Os componentes mais importantes do ingresso total derivam da produção na agropecuária, e neste caso da agricultura;
- ✓ Contam a posse de meios de produção e controle formal do processo produtivo.

Esta racionalidade a possibilidade de reprodução do modo de vida baseado em um caráter que foge à lógica capitalista no campo da organização do trabalho, pois está fundada no trabalho familiar e na possibilidade de construção de um patrimônio estritamente familiar, que representa a construção de uma territorialidade específica, e garante uma autonomia que se processa da seguinte forma:

Ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996, p.3).

Esta autonomia, não significa a ausência do Estado ou do mercado. Nesta racionalidade, o camponês guarda um estreito laço com estes, pois “o termo camponês denota uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante” (WOLF, 1976, p. 24):

Os grupos camponeses de que estamos tratando – os sitiantes, os agricultores, os lavradores, os posseiros, os assentados – estão sempre inseridos em sistema de mercado, participam de do mercado de terras, do mercado de produtos, do mercado de trabalho; há sistematicamente venda e compra de mercadoria. Assim, tanto há a produção que pode ser destinada ao autoconsumo como a produção especialmente feita para venda; os habitantes de uma mesma casa podem ser mobilizados pelo chefe de família para ajudá-lo na faina cotidiana, mas pode haver trabalho de terceiros remunerado a dinheiro que substitua esforço de membro doente, idoso, ou cujo sexo ou idade os tornem inaptos para a tarefa (GARCIA JUNIOR, 2000, p.223-224).

O campesinato só existe na sua relação com uma parte cristalizada, o Estado – é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato (WOLF, 1976, p.26).

Além disso, “não se pode esquecer que o feijão que se alimentam é cozido com sal, que não produzem, que as refeições são servidas em louça após preparo em panela, que estão vestidos e, mais recentemente calçados, para dar exemplos bem corriqueiros” (GARCIA JUNIOR, 2000, p.223).

Até a década de 1970, os camponeses de Santa Luzia exerciam o cultivo de Malva e da Juta como a força motriz de sua base econômica, que também movimentava a economia de grande parte do Amazonas:

Às vezes a gente levava pra Manaus, a maior parte. Vinha comprador de juta, malva, os compradores vinham comprar em casa mesmo (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

Com a queda da economia da juta e da malva na região, e por influência do Estado e do próprio mercado, os camponeses de Santa Luzia passaram pela necessidade de cultivar

outros produtos, e então passaram a cultivar hortaliças. No começo a mudança foi tímida, mas aos poucos a horticultura foi se estabelecendo:

Ela começou, teve essa transição, na década de 70 mas não todo mundo, porque o pessoal tem um pé atrás assim pra sair dum duma coisa que eles achavam segurança da fibra pra trocar pra hortaliça. Então foi aos poucos. Mas aí a partir da década de 80 mesmo que foi, ficou pouca gente produzindo fibra aqui (Rondinei Silva dos Santos, 32 anos, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Santa Luzia da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Ainda trabalhava com juta, foi na época de setenta, 73, 74 por ali assim. Daí foi assistência técnica que eles vinham dizendo que a fibra ia sair, isso era a indústria né, nessa época tava muito difícil, abriu a zona franca aí todo mundo no rumo da zona franca, o interior vendendo bem baratinho as suas propriedades, os seus bens e indo rumo a Manaus na ilusão, aqueles que tinham saber se empregavam e aqueles que não tinha saber, quando batia lá aí parava, só ficava por lá só se empregava, quem tinha saber, e o pessoal do interior era o mais atrasado do que é hoje. O saber era muito pequeno, bem pouco, pouca gente tinha e aí como vai se empregar? (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

Nota-se a importância do perfil econômico para o modo de vida dos camponeses de Santa Luzia. É preciso notar também o caráter insalubre do trabalho com a juta e a malva:

Eu preferia mais trabalhar com plantas assim, hortaliças era melhor. Porque não trabalhava muito dentro d'água. Porque no tempo da malva e juta era dentro da água. A pessoa passava o dia de molho dentro da água, às vezes passava o dia chovendo e a gente debaixo de chuva. Da hortaliça não a chuva vem e a gente vai pra casa, às vezes não tem água pra ta matando (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

O trabalho do camponês exige um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem executar. A multiplicidade de tarefas que desenvolve requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências. De certa forma, o camponês pode ser entendido como um artesão independente (WANDERLEY, 1996).

Na ilha do Baixio, além do trabalho com juta e malva, os camponeses trabalhavam na pesca e no cultivo de espécies alimentares. A mudança no perfil econômico da ilha não foi um processo automático, foi um processo de criação e recriação de novos costumes e a adoção de novos elementos materiais e simbólicos. A intensificação no cultivo de Hortaliças tornou a Ilha do Baixio conhecida como a Terra das hortaliças (figura 19).



Figura 19. Placa do caminhão da Associação de Produtores Rurais de Santa Luzia indicando uma identidade simbólica da Ilha do Baixio.

Fonte: Guimarães, 2011.

A figura 19 ilustra o atual perfil econômico na Ilha do Baixio e demonstra as habilidades e estratégias de reprodução e territorialização com que fazem parte da racionalidade econômica dos camponeses. Essa racionalidade está relacionada à transculturalidade e à circularidade da cultura (FRAXE, 2010) nos quais elementos de seu modo de vida mantem constante diálogo com novos elementos, onde o velho e o novo se encontram. Dona Vita e Jeziel demonstram a importância das hortaliças no seu cotidiano:

O pessoal agora trabalha com esse negócio de cebola, é cheiro verde, jambu é isso que o pessoal planta hoje (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

De tudo eu planto um pouco, eu planto pepino, eu planto alface, eu planto repolho, eu planto feijão de metro, jerimum, maxixe, pimenta cheirosa, todas essas coisas eu planto um pouco, e não planto só isso não. A primeira coisa mesmo que nós planta é melancia, passou a época da melancia a gente pula pro feijão de metro, pepino, alface, assim. Nessa época ele (o marreteiro) compra aqui, daqui uns dia nós leva lá. Ele vem, mais agora. O da melancia eles vem comprar aqui de nós. Daqui uns dias a gente vai por canoa levar (Jeziel, 32 anos, novembro de 2012)

Jeziel também revela a figura do marreteiro, representado o modo de escoamento de produção de muitos camponeses que residem na Ilha do Baixio. A produção de hortaliças na Ilha do Baixio é bastante intensa e torna a ilha referência nessa produção, e conseqüentemente possibilitando aos camponeses a possibilidade de reprodução de seu modo de vida.

## **2.6. “Então vamos fazer... Pra quê? Pra divulgar o que nós temos [...]”<sup>17</sup>**

A produção de hortaliças na Ilha do Baixio tornou a ilha conhecida como a terra das hortaliças, uma identidade simbólica a qual os camponeses tem se apropriado. Fato recente foi a criação da Festa das Hortaliças, que tem sido realizada desde 2007 atraindo grande público nos meses de novembro (figura 20). São duas noites de festa, com bandas tocando diversos estilos musicais, há ainda a escolha da rainha das hortaliças (figura 21), exposições, venda de hortaliças, bancas de comercialização de alimentos e bebidas.

Desde 2011 a festa conta com uma banca de venda dos produtos produzidos pelo grupo das Mulheres Unidas da Ilha do Baixio (figura 22). Há também, a presença de patrocinadores e personalidades políticas que aproveitam o momento para falarem de seus projetos (figura 23).

---

<sup>17</sup> Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011.



Figura 20. Público presente na VI Festa das Hortaliças.  
Fonte: Guimarães, 2012.



Figura 21. Candidatas a Rainha das Hortaliças de 2011.  
Fonte: Oliveira, 2011.



Figura 22. Banca de Exposição do grupo Mulheres Unidas da Ilha do Baixo.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 23. Presença de patrocinadores e personalidades políticas do município e do Estado na V Festa das Hortaliças, que aproveitam o momento para falarem de seus projetos.  
Fonte: Oliveira, 2011.

Os patrocinadores e políticos são recebidos como grandes personalidades, merecendo inclusive um local especial para apreciação da festa. Isso faz parte de um jogo de interesses mútuos entre a comunidade e esses agentes, pois na medida em que a comunidade valoriza esses sujeitos como agentes que contribuem para a execução da festa, estes aproveitam o momento para expor projetos e ações, esforçando-se para ganhar a confiança dos e ganhar a confiança dos comunitários e o público visitante.

Para a realização da Festa das Hortaliças, é necessário um trabalho de organização e preparação que envolve diversas frentes de trabalho, e começa com meses de antecedência, esses trabalhos iniciam em reuniões organizadas pela Associação de Produtores e a Associação Comunitária de Santa Luzia da Ilha do Baixio, nessas reuniões são definidas as frentes de trabalho e faz-se o acompanhamento de como está o trabalho de cada equipe.

Nesta reunião também são definidas as atrações musicais, a forma de distribuição do palco e das barracas, e o que será exposto como atração cultural (algo que remeta a identidade dos camponeses e do modo de vida na Ilha do Baixio)

Quanto às frentes de trabalho, os homens normalmente ficam com o trabalho mais pesado, que é dar suporte à logística e à infraestrutura do evento, como o cuidado com o palco, montagem de barracas, distribuição de energia elétrica e iluminação do lugar da festa, (figuras 24 - 25).

As mulheres comumente trabalham na produção de alimentos para alimentar as outras frentes de trabalho, preparam as hortaliças que serão expostas e os brindes que serão entregues aos convidados (figuras 26-27).



**Figura 24. Grupo de homens trabalhando com peças de madeira que darão suporte a estruturas da Festa das Hortaliças.**

Fonte: Oliveira, 2011.



**Figura 25. Grupo de homens carregando mesas e cadeiras que serão utilizadas na Festa das Hortaliças**

Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 26. Mulheres preparando alimentação para a Festa das Hortaliças.  
Fonte: Oliveira, 2011.



Figura 27. Mulher preparando Hortaliças para exposição na V Festa das Hortaliças.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Outra frente de trabalho formada é a equipe responsável pela ornamentação da festa, estes organizam seu trabalho algumas semanas antes da festa, pois necessitam montar as peças que irão ornar a ilha (figura 28-29), essas peças são círculos e meia-círculos montados com copos descartáveis coloridos. Os círculos serão pendurados em lugares estratégicos e as meias-luas serão colocadas no caminho que leva até a ilha e em alguns pontos na frente da ilha, em ambos são coladas lâmpadas que irão fazer com que esses objetos funcionem como luminárias, estas darão um colorido especial à festa (figura 30-31).

Essa equipe é coordenada por César, um morador da comunidade, que executada o trabalho acompanhado de outros camponeses que são em sua maioria são os mais jovens.



Figura 28. Equipe produzindo as peças decorativas.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 29. Equipe organizando preparando a ornamentação do lugar da festa.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 30. Caminho que leva à ilha enfeitado com os objetos decorativos.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 31. Impacto visual noturno do caminho ornamentado.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Uma outra frente de trabalho é a equipe responsável pela exposição central, essa equipe é coordenada por Waldir, ministro da palavra da igreja de Santa Luzia e gestor da Escola de Santa Luzia.

Na maioria das vezes, em período que antecede a festa, Waldir aproveita para preparar a exposição através de atividades didáticas com os alunos da escola. Em 2011, os alunos empenharam-se na confecção de duas maquetes que retratavam a Ilha do Baixio nos anos de 1940 e na atualidade (neste caso, 2011). Estas maquetes, além de servirem como trabalho acadêmico, ganharam lugar de destaque como exposição central na Festa das Hortaliças (Figura 32-33). Como todas as equipes se inter-relacionam, essa equipe também recebe ajuda da equipe de ornamentação.



Figura 32. Alunos preparando as peças que serão utilizadas na montagem das maquetes.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 33. Equipe montando as maquetes.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Em 2012, para a exposição central, foi montada um maquete que representou um propriedade familiar típica da Ilha do Baixio, desde as dimensões do terreno<sup>18</sup>, até a presença dos pequenos animais, de cultivos e o uso do lago. O diferencial desta maquete é que os animais e alguns outros elementos da maquete forma confeccionados de hortaliças (conforme mostrado na figura 6 e 7). Observa-se que neste ano a participação dos alunos foi mais tímida, possivelmente pela menor demanda de trabalho.

Podemos entender o processo de criação e estruturação da Festa das Hortaliças como um processo de construção de uma tradição, entendida aqui como um conjunto de práticas que são reguladas normalmente por regras aceitas abertamente ou tácitas. Essas práticas absorvem valores e normas de comportamento através de repetição, que resulta em uma continuidade do passado (HOBBSAWN & RANGER, 1984), neste caso um passado recente:

Então, a ideia foi o seguinte. Nós queríamos fazer a festa de promoção do clube, pra ganhar dinheiro, pra construir a sede, construir a igreja, aí nesse período aí parou. Porque a escola veio pra cá. Aí tinha a sede na frente... Aí não tinha mais como a gente fazer os eventos do clube, em sede. A gente vendo que tinha umas promoções fazendo por aí, tinha a festa do mamão que é primeiro do que essa, aí o pessoal ali da “Sete de Setembro” já tinha feito a “Melancia” há um ano. Aí vamos fazer a nossa. Fazer como? De quê? O que a gente queria colocar? Aí quiseram fazer dos fazendeiros, mas poxa tinha pouco criador (risos), não dá. Aí eu digo, “olha tem uma coisa muito boa, que a gente trabalha aqui e a gente é um... somos

<sup>18</sup> Que normalmente possuem 50 metros de frente e ao fundo fazem limite com o lago.

pioneiros, de umas coisas que tem aqui, que a gente fez”. Que nem a vara de malva cruzada pra plantar o pepino e o tomate, saiu daqui. A EMATER<sup>19</sup> veio pra cá e trouxe. Então saiu daqui a primeira ideia da vara de malva pra aproveitar, pra fazer cruzada pra subir o pepino e o tomate... Aí, vamos fazer a Festa das Hortaliças. Aí, vamos fazer, então vamos fazer. Pra quê? Pra divulgar o que nós temos. Porque os nossos governantes não tinha conhecimento da nossa produção. E eu dou exemplo, como esses carros que tem o fumê né? Porque quem tá dentro, olha pra fora e vê tudo, mas quem tá fora não vê quem tá lá dentro. Eu faço essa comparação. Aí depois que nós fizemos a festa aqui, as autoridades passaram a conhecer e reconhecer nossa produção. Hoje já nós temos este caminhão que tá aí, que foi o governo que repassou, através da Secretaria de Produção. A organização, a gente passou a ter mais conhecimento, a fazer reivindicações mais pesadas. E é por aí, essa festa (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

Dessa forma, a Festa das Hortaliças toma espaço no quadro de referências tradicionais dos camponeses da Ilha. . Isso demonstra que as novas tradições surgem pela incapacidade de adaptação das velhas tradições, tornando hábito as novas tradições (HOBBSAWN & RANGER, 1984).

O intuito dessa festa é pra divulgar a nossa produção. Agora, pode até perguntar, e arrecadação? A renda? É pra quê? É pra nós construir uma igreja de alvenaria. Porque a nossa é pequena né? Quando a gente faz um evento, prova tanto que agora, que nós fizemos aqui no campo, a missa da mãe peregrina. Foi aqui no campo, dia 15. E foi um bocado cheio, só de Manaus vieram 13 ônibus, daqui de Iranduba mais dois, e pra você terem ideia que não foi pouca gente né? Então a gente tá querendo fazer uma festa bem grande, só que até agora... Hoje já estamos com a quinta, mas ainda não deixou renda. O que deixa é para custear esta despesa que vocês tão vendo com ornamentação. É o que a gente pega, que os órgãos contribuem a gente não pega em dinheiro. A gente só assina papel. O palco, banda, essas coisas aí. É energia, tudo isso é os governos estadual e municipal é quem banca. A gente só assina papel, só presta conta. Nunca teve lucro. Assim, pra começar, ainda não (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

---

<sup>19</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas

Ninguém tá sendo pago, todo é o pessoal da Associação, da comunidade, que tá tendo esse prazer, e a satisfação de trabalhar aí. Pra quê? Pra isso que você estão vendo. Quando você chegarem aqui, vocês e outras pessoas chegarem, terem o prazer de ver alguma coisa. Porque aqui nós escolhemos pra viver e pra morar. Agora, seria muito triste se alguém saísse daqui e dissesse “olha, não quero ir lá pro Baixio. Lá eu vi uma coisa muito desorganizada, é um pessoal assim, assado”. Isso pra mim seria uma tristeza muito grande (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2011).

Nota-se que os camponeses da Ilha do Baixio rememoram seu passado recente como forma de reinventar a tradição e assim estabelecer o caráter simbólico da festa das hortaliças, fazem uso da percepção do presente para trazerem à tona elementos de seu passado de forma que possam relacionar com as necessidades atuais:

Essas lembranças se adaptam ao conjunto de percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque ele concorda no essencial, apesar de certa divergência (HALBWACHS, p.29).

Assim, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações amplas e rápidas tanto na demanda quanto na oferta (HOBSBAWN & RANGER, 1984). Na Ilha do Baixio, essas mudanças são possíveis graças ao caráter associativista da comunidade e da articulação orgânica que leva os camponeses a trabalhar em prol de objetivos comuns.

## **2.7. Organização social e redes de sociabilidade em Santa Luzia da Ilha do Baixio**

Em Santa Luzia da Ilha do Baixio existe uma importante rede de sociabilidade entre os camponeses que participam dos diversos grupos sociais. Estes se envolvem em diversas ações voltadas para o entretenimento local e para a busca de elementos que viabilizem a sustentabilidade de seu modo de vida (Figura 34).



Figura 34. Os camponeses da Ilha do Baixio participam de diversos grupos organizados e interagem entre si em busca de objetivos comuns ao seu modo de vida.

Fonte: Oliveira, 2011.

Os grupos locais constituem a base organizacional e política da comunidade, criando redes que orientam a busca e a reivindicação por melhorias:

Mudou muito, de primeiro isso aqui não era assim não, era mais atrasado. De uns tempos pra cá foi melhorando. Graças a Deus que a nossa comunidade aqui são uns pessoal tudo unido, que quando vão fazer uma coisa se ajunta tudo, um ajuda o outro, um ajuda aqui, outro ajuda pra li, e assim a gente faz nossas coisas. No tempo da festa das hortaliças Deus o livre, todo mundo trabalha, desde de duas semanas ou três que ainda falta o pessoa já estão começando a trabalhar, se ajunta tudo, vão pro igapó tira pau aquele monte de homem, e carrega pau. Deus o livre, a pessoa trabalha muito ai, mas num é pago, porque tudo é ajuda, um ajuda daqui outro dali graças a Deus. Aqui ninguém vira a cara pro outro não, é tudo alegre, satisfeito. (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

Porque que nem a gente fala aqui, diversos órgãos dentro da comunidade, todos trabalhando em prol da comunidade, entendeu? Não é muito individual, individual o que digo assim é porque associação é associação, comunidade é comunidade, mas geralmente aqui o pessoal trabalha tudo em prol da do geral. (Roniscley, 33 anos, novembro de 2012).

É importante salientar que não ocorre a ausência de conflito, na configuração dessas redes, são diversos os pontos de vista que em face de uma identidade coletiva se firmam em uma coesão interna. Na Ilha do Baixio, acompanhei algumas reuniões e observei muitas dualidades e comportamentos que possibilitaram interpretar alguns conflitos (figura 35). Do ponto de vista de Fernandes (1993), o conflito é intrínseco às relações humanas:

As sociedades humanas são constituídas por um tecido social descontínuo. Fatores de natureza individual e coletiva estão na base desta descontinuidade. Diferentes são os projetos pessoais e diversas as capacidades e possibilidades da sua realização (FERNANDES, 1993, p. 787)



Figura 35. Uma de algumas reuniões em que foi possível observar a presença de conflitos internos.  
Fonte: Schweickardt, 2011.

Assim a unidade coletiva na vida social também é feita de conflitos e de atitudes de mudança, “é por isso que perde com tanta frequência a sua unidade o grupo que não tem inimigo” (FERNANDES, 1993, p. 787), pois da existência deste nasce a coesão interna do grupo:

O confronto que pode existir é a opinião mais debate, debate interno pra como, por exemplo, pra tirar, fazer alguma coisa, tira a melhor proposta, entendeu? Tem um grupo de mulheres,

tem o grupo da comunidade, tem o grupo da igreja...  
(Roniscley, 33 anos, novembro de 2012).

Dessa forma, “parece não existir dúvidas no fato de que muitos aspectos da vida social estão, efetivamente, organizados como redes” (FROGOSO, 2004, p.14) o ponto mais central nesta forma de investigação é o estudo e a compreensão das relações estabelecidas entre as entidades sociais. Segundo Wasserman e Faust, 1994 (apud FROGOSO, 2004) a perspectiva centrada nas redes sociais inclui uma série de pressupostos, tais como:

- Os atores sociais são vistos nas suas relações de interdependência e não como unidades autônomas.
- As suas relações implicam canais para a transferência ou fluxo de recursos diversos, como por exemplo, informação, dinheiro, amizade, etc.
- O ambiente estruturante da rede pode conceder oportunidades ou, pelo contrário, constrangimentos à ação.
- A investigação centrada sobre redes sociais conceitualiza a estrutura como padrões de relação entre os mais distintos atores sociais (WASSERMAN e FAUST, 1994 apud FROGOSO, 2004).

Em Santa Luzia da Ilha do Baixio, os grupos que formam essas redes internas, e que também se articulam com agentes externos, são a associação comunitária, a associação de produtores rurais, o grupo de mulheres unidas da Ilha do Baixio, grupo de jovens, grupos da igreja, time de futebol, e Associação de Pais e Mestres da Escola de Santa Luzia. Em virtude da criação do PAE configurou-se recentemente uma comissão específica para assuntos de regularização fundiária e reforma agrária junto ao INCRA<sup>20</sup>.

Estes grupos se articulam em maior ou menor grau torno de eventos ordinários e extraordinários: A Festa das Hortaliças, festejos do dia da Padroeira, que acontece durante 13 dias e o campeonato de futebol, eventos da escola de Santa Luzia, etc. Esses eventos possuem datas específicas podendo sofrer influência da variação sazonal dos rios e demonstram a força cooperativa dos moradores e reflete uma busca pela sustentabilidade efetiva do local. Abaixo se pode conferir a particularidade de cada um desses grupos.

---

<sup>20</sup> Esta será apresentada e discutida no último capítulo.

Para efeito de compreensão, podemos também utilizar a ideia de Raffestin (1993) de que em um território existe uma configuração formada por pontos, linhas e redes, que por sua vez estão relacionados a esfera do poder local. Para Raffestin, nenhuma sociedade, por mais elementar que seja escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação, e esta pode resultar em uma interação política, econômica, social e cultural, conduzindo um sistema de malhas, nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem de algum modo, o território.

Neste sentido, podemos entender os camponeses e seus grupos como pontos, simbolizando a posição dos atores. Raffestin afirma que o ponto é de certa forma a expressão de todo um ego, individual ou coletivo local de poder, mas também local de referência, cuja posição se determina de uma forma absoluta ou de uma forma relativa.

A ligação dos pontos é feita através de relações, entendidas como linhas, que se articulam e conformam as redes, nestas redes os atores agem e procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar (RAFFESTIN, 1993). Essas redes conformam uma malha na qual sua tessitura representa a posição dos agentes na esfera do poder. Dessa forma, é possível compreender de que forma e como os camponeses da Ilha do Baixio buscam a sustentabilidade a partir grupos organizados.

A organização comunitária iniciou-se ainda na década de 1940, quando o povoamento congregando as famílias que chegava à Ilha do Baixio. Na década de 1980, com apoio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR-AM) e do Movimento de Educação de Base (MEB), a comunidade recebeu apoio para a criação de Unidade Agrícola, que em 1986 originou a Associação de Moradores. A comunidade recebeu apoio de uma assistente social para a formação diversos grupos organizados, como os grupos de jovens que atuava na liturgia da igreja e na organização de atividades esportivas, etc.

Atualmente esta associação possui destaque na realização da Festa das Hortaliças, na Festa de Santa Luzia, bem como no campeonato de futebol e conta com 79 famílias associadas, não possuindo registro e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

A Associação de produtores rurais surgiu na década de 1980 com apoio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Amazonas (ACAR- AM) e do Movimento de Educação de Base (MEB). Esta associação possui a finalidade de organizar a produção e comercialização agrícola dos associados. Surgiu na época em que a comunidade passou a produzir hortaliças em função da queda na produção de juta e malva. Atualmente a Associação de produtores é o único grupo local que possui CNPJ e em função disso, muitos

projetos coordenados e executados por outros grupos conseguem obter recursos através desta Associação. Recentemente a Associação recebeu um caminhão para escoar a produção dos produtores através de doação da Secretaria do Estado de Produção Rural (SEPROR). Esta associação é a principal responsável pela organização da Festa das Hortaliças.

O grupo de mulheres iniciou em 2005 com 53 mulheres, em 2006 houve um esfriamento das atividades do grupo. Em 2007, com a primeira festa das hortaliças. As mulheres produziram artesanatos e intensificaram debates de temas relacionados ao cotidiano na Ilha do Baixio. Ainda em 2007, adquiriram equipamentos como máquinas de costura, tecidos, linhas, etc. Em 2008, ainda participavam aproximadamente 50 mulheres, que praticavam as atividades aos sábados, como crochê e guardanapos e tapetes feitos a mão.

Com a cheia de 2009, o grupo perdeu muitos materiais. Nesta época, as mulheres não estavam satisfeitas com as atividades desenvolvidas, pois havia forte influência de agentes externos, levando o grupo a conflitos quanto ao modo de gestão, isso causou afastamento de muitas mulheres durante este período.

Em 2010 as atividades estavam menos intensas, porém mesmo sem local o grupo continuou trabalhando. A comunidade construiu um espaço social e o grupo de mulheres ganhou uma sala para as reuniões, no entanto, por não contar com banheiro sanitário e cozinha, as mulheres preferem utilizar o espaço da escola, que é bastante amplo e coberto, com uma boa ventilação e iluminação, com cozinha e banheiros. As mulheres utilizam a sala do clubinho apenas aos sábados.

Em 2011, com a entrada do grupo de pesquisa “Mulheres da Floresta: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas”, coordenado pela professora Dra. Kátia Schweickardt da Universidade Federal do Amazonas, implementou-se o com recursos da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) o projeto “Mulheres Unidas da Ilha do Baixio: gênero e sustentabilidade na Amazônia”, o que motivou, segundo as participantes do grupo a conquista de pontos positivos, como o aumento de participação das mulheres, elevação de auto-estima e identificação com as atividades desenvolvidas, já que estas são propostas em parceria.

As principais atividades desenvolvidas através deste projeto foram as oficinas de sabão ecológico, produção de pão, palestras sobre segurança alimentar e manipulação e alimentos, pinturas de panos de prato, confecção de tapetes, confecção de bolsas, oficina de estêncil em camisas (figuras 36, 37, 38 e 39).



Figura 36. Oficina de desenho e pintura.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 37. Oficina de produção de pão caseiro.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 38. Oficina sobre manipulação de alimentos.  
Fonte: Guimarães, 2011.



Figura 39. Oficina de produção de doces e compotas.  
Fonte: Guimarães, 2011.

O grupo também fez uma visita à Manaus (figura 40), visitando o Bosque da Ciência no Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal do Amazonas e Teatro Amazonas. Atualmente o grupo tem se consolidado atendendo encomendas de bolsas para eventos, tendo como cliente em potencial a Fundação Oswaldo Cruz do Amazonas (FIOCRUZ – AM), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus (SEMMAS) e Fundação de Vigilância Sanitária (FVS).



Figura 40. Visita do grupo Mulheres Unidas da Ilha do Baixio à Manaus.  
Fonte: Diego Oliveira, 2011.

O grupo possui destaque significativo na comunidade e as mulheres participam de decisões importantes, colaborando em diversas atividades para o desenvolvimento local são vistas como alicerce fundamental em muitas atividades e eventos..

O grupo de Pais e Mestre da escola é formado por pais e professores da escola local. A escola, juntamente com os outros grupos desenvolvem algumas atividades acadêmicas em datas comemorativas e também articula suas ações para contribuir com as festas locais. Alguns projetos são construídos para dar suporte a os eventos locais, a exemplo do projeto em que construíram maquetes representando a comunidade em dois momentos distintos.

A igreja de Santa Luzia possui espaço de destaque na comunidade, os fiés articulam-se em grupos específicos que dão suporte aos eventos internos e também se articulam em outros eventos locais. Os grupos internos se formaram ainda na década de 1980, quando a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR-AM) incentivou a criação de diversos grupos, incluindo os grupos que dão suporte à igreja.

Alguns membros da comunidade exercem a atividade de canoieiro, sendo que estes participam da cooperativa de canoieiros que comporta os canoieiros do município de Iranduba. O Atual diretor da cooperativa é um morador da Ilha, que também exerce o papel de presidente da Associação de moradores.

O time de futebol da comunidade foi fundado ainda em 1962 e chama-se Santos Futebol Clube, este clube possui destaque na comunidade atendendo a categoria masculina e

feminina. O time possui uma associação e realiza anualmente um campeonato de futebol em que são convidados times de outras comunidades para a competição.

## **2.8. Conflitos socioambientais**

Observou-se que na ilha ocorrem alguns problemas socioambientais recorrentes há algum tempo, mas que não possuem relação direta com a criação PAE. Os principais conflitos observados estão relacionados à pesca predatória de recursos pesqueiros por agentes externos, a predação de quelônios nas praias da ilha, a presença de piratas que furtam canoas e pequenas embarcações, e o intenso tráfego de grandes embarcações durante a cheia, que coloca em risco a estrutura das casas do local, especialmente as casas do INCRA, como será discutido mais adiante.

### **CAPÍTULO III**

#### **AS MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADAS PELA TRANSFORMAÇÃO DA ILHA EM UM PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA – PAE**

Neste capítulo utiliza-se a categoria Território para entender as modificações ocorridas na Ilha do Baixio após a implantação do PAE. Busca-se entender o papel do Estado e sua relação com os agentes locais, e suscito elementos quanto à forma em que as agências responsáveis pelo Projeto de Assentamento atuam na Ilha. De forma geral, procura-se enfatizar as diferentes perspectivas dos sujeitos envolvidos no processo frente à criação do PAE e o consequente processo de desterritorialização e reterritorialização que ocorrem na Ilha do Baixio, sua influência sobre o modo de vida e a organização social dos camponeses.

Quanto à noção de Território, para Haesbaert (2004) existem duas principais linhas relacionadas à construção deste conceito, uma linha materialista e outra simbólica (ou idealista). A linha materialista tende a entender o território a partir de seu espaço físico, e está relacionada à ideia das distâncias e de recursos materiais existentes no território. Já a linha simbólica compreende as relações e as dinâmicas sociais que se formam no território, e está relacionada a questões econômicas, à dominação política e aos aspectos culturais.

Para Raffestin (1993), o território forma-se a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Dessa forma, ao se apropriar de um espaço material ou simbólico, o ator "territorializa" o espaço:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, p.02).

A partir da construção de um mapa mental participativo junto aos camponeses, foi possível levantar informações relevantes acerca das relações materiais e simbólicas que estes mantêm com a Ilha do Baixio.

A partir da confecção de um mapa mental junto aos camponeses (figura 41/apêndice D), foi possível ilustrar e interpretar as diversas zonas de conflito, as relações e as formas de uso dos recursos naturais, a disponibilidade desses recursos, a infra-estrutura comunitária, a

distribuição das casas construídas pelo INCRA, os espaços de produção e lazer, a forma como as casas estão distribuídas em relação à proximidade com o rio, as zonas de escoamento de produção, etc.

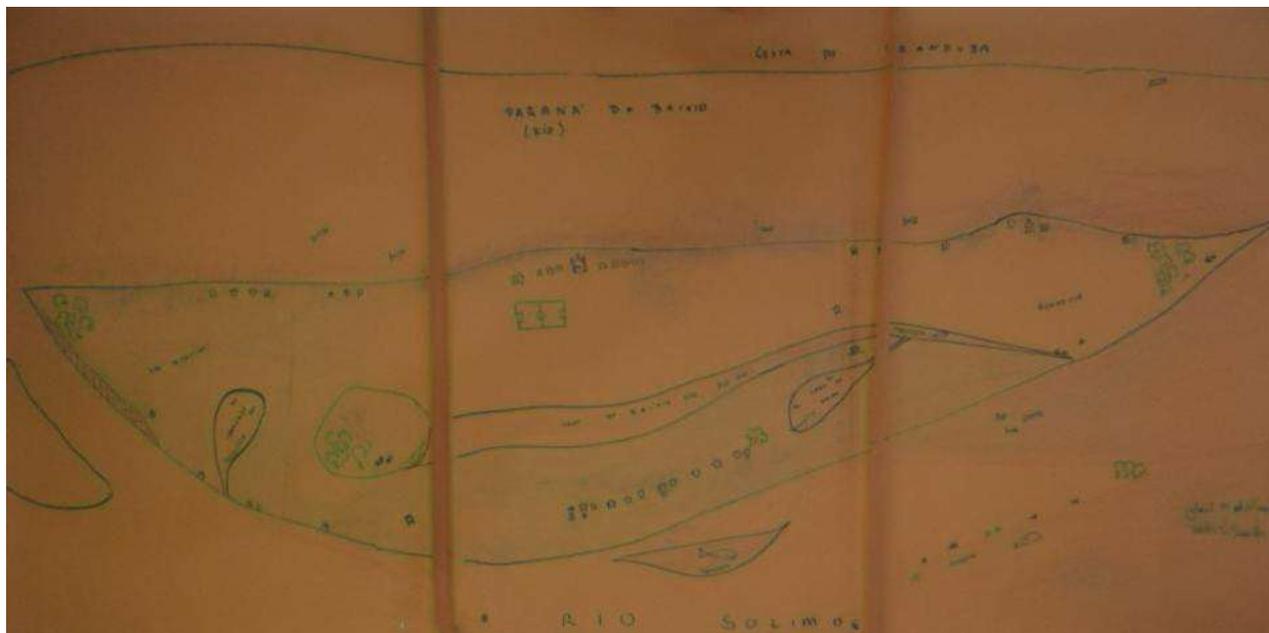


Figura 41. Mapa participativo produzido junto aos camponeses da Ilha do Baixio.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Segundo Raffestin, o Espaço preexiste a qualquer ação "Local" de possibilidades, sendo a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que determinado ator manifestar a intenção de dele se apoderar.

O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Essa produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Dessa forma, qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993).

Ao analisar o Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio, entende-se a Ilha do Baixio como um território material e simbólico, que possui suas características ecológicas, históricas, culturais e de identidade. E ao se buscar a compreensão das modificações que o PAE trouxe a esse território, entende-se que este suscita a criação de um nova territorialidade, que influencia a mudança e a busca por novos padrões de vida.

Este novo território é compreendido como um produto do movimento combinado de territorialização e desterritorialização do espaço, isto é, de relações de poder construídas no e

com o espaço. Tanto de poder no sentido de dominação do espaço (mais concreto) quanto de apropriação e de conformação de uma dinâmica social (simbólica).

Assim, segundo Haesbaert (2004), podemos entender que o processo de desterritorialização se apoia em quatro bases, a base econômica, que diz que o capitalismo é um processo desterritorializador; a base política, que indica a debilidade das fronteiras e o fim do estado-nação; a base cultural, a partir da qual não haveriam identidades claramente definidas, devido a um hibridismo cultural; e finalmente uma base filosófica, que se configura com a ideia do devir e do novo.

Haesbaert também afirma que esse processo de desterritorialização é na verdade um processo de reterritorialização, pois não existe desterritorialização sem que ao mesmo tempo, ocorra um processo de reterritorialização. O processo de implementação do PAE na Ilha do Baixio é visto sob esse aspecto territorial, observando a Ilha do Baixio como um território em que as relações sociais e o poder simbólico dos camponeses reinventam e ressignificam as formas de articulação e o modo de vida local a partir da chegada do assentamento.

### **3.1. O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio**

O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio foi criado em 2007 a partir da Portaria INCRA nº 065 de 10 de dezembro de 2007 que estabelecia 914 ha e 100 unidades agrícolas (anexo 5). Em 18 de dezembro de 2007 o número de unidades agrícolas é alterado para 150. Em 02 de janeiro de 2010 é novamente alterado para 250 unidades agrícolas.

Por estar localizado numa ilha, o assentamento sofre perda e deposição de sedimentos, sendo sua extensão alterada oficialmente em 22 de agosto de 2011 e dessa forma passa de 914 ha para 869 ha. Portanto, atualmente, o Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio possui uma extensão de 869 ha e 250 unidades agrícolas.

O PAE da Ilha do Baixio comporta toda a Ilha do Baixio que está localizada na margem esquerda do rio Solimões a 12 km da sede do município Iranduba, e localiza-se entre as coordenadas geográficas 3°17'43"S/60°07'34"O e 3°16'31"S/60°02'25"O (figura 42). Seu relevo é caracterizado por várzea baixa com alagações durante alguns meses do ano.

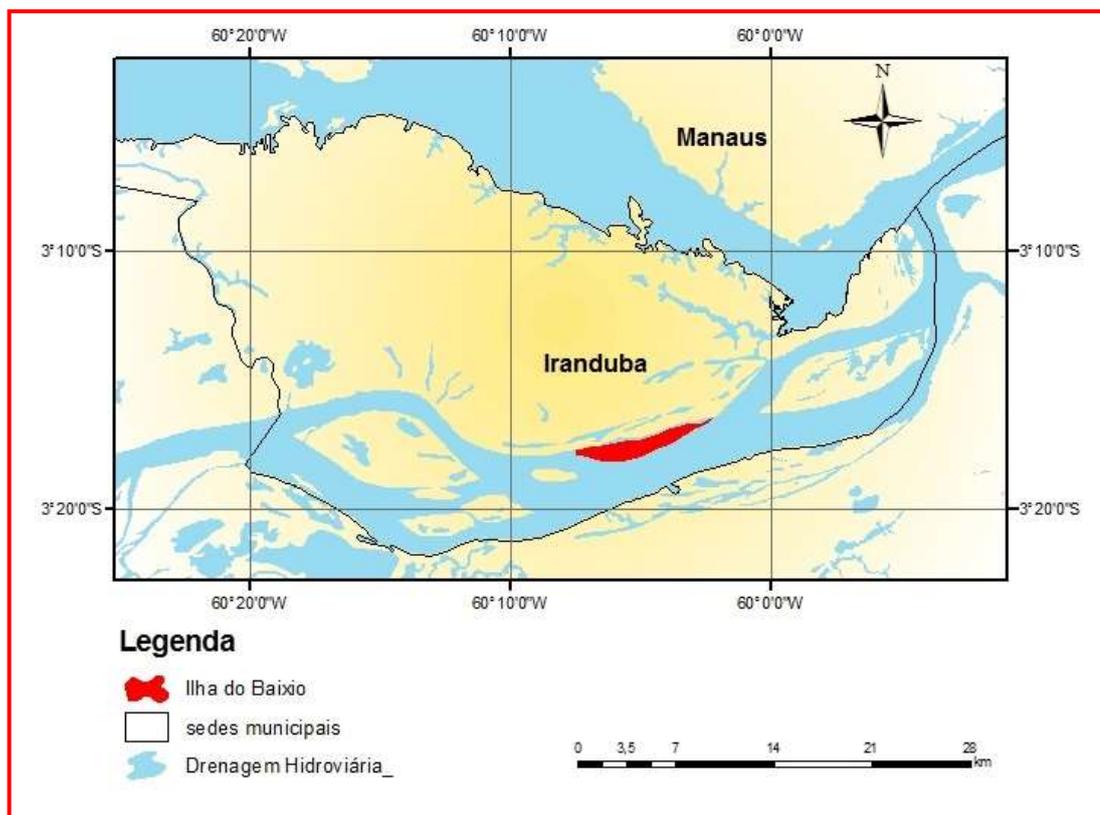


Figura 42. Localização da Ilha do Baixo.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Na ilha existem 3 (três) comunidades, sendo a comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixo a mais expressiva em número de moradores e em expressão política, com maior representatividade e atuação. É nessa comunidade que as festas, encontros e decisões políticas que dizem respeito à Ilha ganham maior representatividade.

Segundo a Portaria INCRA/P/Nº 627 de 30 de julho de 1987 que cria a modalidade PAE, esta é destinada a exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, que serão executadas por populações que já *ocupam ou que venham a ocupar essas áreas*.

Além disso, a destinação das áreas será feita mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades. Dessa forma, a modalidade abre um precedente para que o assentamento, enquanto elemento jurídico e administrativo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), respeite as “colocações”, conforme o histórico de uso e a forma com que os moradores ocuparam historicamente a Ilha do Baixo.

O PAE da Ilha do Baixo foi criado pelo que o INCRA chama de demanda induzida, onde a própria prefeitura e os grupos comunitários apresentam suas demandas. Sr. Raul,

funcionário do INCRA, nós dá uma indicação de como o PAE do Baixio começou a ser pensado:

Então essa demanda surgiu através de que? De uma proposta através do prefeito. Então partiu daí, aí nos fizemos uma ata, a ata junto com a comunidade, ouvindo eles, do que eles acham da proposta e tal. Então depois da ata, todos assinam. Geralmente isso parte da prefeitura, parte das organizações deles. Solicita ao INCRA, vai uma equipe fazer o diagnóstico. Então teve a ata dos moradores. Se vê aqui a relação (Sr. Raul, funcionário do setor de obtenção de terras do INCRA, outubro de 2012).

O PAE do Baixio surge de uma reivindicação inicial da prefeitura de Iranduba (conforme o anexo 6). Posteriormente foram realizadas algumas reuniões (figura 43) junto aos camponeses para estabelecer as características e os primeiros passos para a implementação PAE.



Figura 43. Reunião entre INCRA e camponês da Ilha do Baixio.  
Fonte: Schweickardt, 2011.

Com a criação do PAE, os camponeses da Ilha passam a ter direito a um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) do espaço ocupado. O detentor desse termo não pode comercializar a sua área, mas pode transmitir pra filhos, netos e bisnetos. O detentor pode registrar-se no cartório, mas o imóvel permanece patrimônio público, caracterizando-se como um direito de uso.

O Sr. Raul explica que as terras de várzea, como as da Ilha do Baixio, pertencem ao governo federal e explica como se inicia o processo de regularização das famílias que ocupam as regiões de várzea:

Então essa demanda surgiu em vista de um termo de cooperação assinado entre o INCRA e o SPU<sup>21</sup>, isso dai2005–2006, quando houve o primeiro entendimento. Pela constituição no artigo 20º, as áreas das ilhas e as margens dos rios federais e interestaduais, são áreas de jurisdição da Secretaria de Patrimônio da União, então para que o INCRA tivesse o acesso pra regularizar essa demanda de família ribeirinha foi assinado esse termo de cooperação. Então começou no Pará a regularização das ilhas e as áreas que margeiam os rios, 15 metros de profundidade em linha reta que são chamadas terras marginais, também sob a jurisdição da SPU. Então através desse termo de cooperação técnica tivemos a possibilidade de regularizar essas famílias, que ate então estavam isolados sem nenhuma oportunidade de ter acesso aos programas do governo federal. Então começou em Belém, e a primeira ilha no estado do Amazonas a ser regularizada foi a ilha de Parintins que fica bem em frente ali a Vila Amazonas, então começou por lá, ai vem aqui as ilhas do Iranduba, Manacapuru, a Ilha do Aramaçá, que fica em Tabatinga, outras ilhas também foram regularizadas (Sr. Raul, funcionário do setor de obtenção de terras do INCRA, outubro de 2012)

A regularização se dá conforme o histórico de uso. Ronaldo Santos, chefe do setor de obtenções de Terras do INCRA - Amazonas colabora com essa informação:

No caso do PAE é sempre bom lembrar, que não tem lote, o INCRA usa como referência um conceito que a gente chama de colocação. O que é essa colocação? É basicamente o respeito aos quintais ou aos locais que as famílias já tem lá... Não colocamos marco pra separar ninguém, e nem nada, então

---

<sup>21</sup>Secretaria de Patrimônio da União

agente respeita essas colocações, do jeito que está fica, não muda nada (Ronaldo Santos, 2011).

O georreferenciamento das propriedades não existe, o que existe é o georreferenciamento de um polígono geral que caracteriza o assentamento como um todo. Essa forma de concessão é chamada condominial:

É obedecido um limite de respeito, nós damos uma concessão deforma condominial, agente regulariza toda área. ( Sr. Raul, funcionário do setor de obtenção de terras do INCRA, outubro de 2012).

O fato de estar localizado em uma região sujeita a variações geográficas devido a deposição de sedimentos e pelo fenômeno das terras caídas, comuns em áreas de várzea, faz com que o georreferenciamento do PAE encontre dificuldades, e acaba sendo um problema para a equipe técnica do INCRA:

Processo de Georreferenciamento é uma localização mais amarrada de determinados pontos, de forma que não haja muita duvida sobre isso, em relação as coordenadas geográficas. Então assim, tem o Georreferenciamento no papel e tem o lá no campo, qual o problema da ilha? Ilha se move... Esse é o grande problema. Creio ate que o INCRA não georreferenciou nem um ainda, porque é outro setor (Ronaldo Santos, 2011).

### **3.2. Diferentes pontos de Vista**

Muitos autores têm discutido o papel do Estado enquanto responsável por políticas publicas e o seu papel frente a autonomia de determinados atores sociais. Para Schweickardt (2010) quando nos propomos analisar o Estado, muitas vezes enveredamos pelo modo clássico de tomá-lo enquanto objeto do conhecimento por meio das categorias: dominação,

poder, hegemonia, autonomia, etc. A autora afirma que nos sentimos seguros ao analisar o Estado sob esse ponto de vista:

Sentimo-nos seguros em tentar explicar a sua dinâmica e o seu funcionamento a partir da função que julgamos ser a desta entidade na sociedade moderna e a partir da configuração que ele assume em seus gabinetes, repartições, palanques políticos ou nos textos expressos nas leis que produz, como uma entidade que paira, inflexível, sobre a sociedade (SCHWEICKARDT, 2010, p. 231-232)

Ainda segundo a autora quando rompemos com essa ideia de centralidade do Estado somos levados a partilhar com a formulação de Foucault (1983) acerca da “Microfísica do Poder” segundo ao qual o poder está espalhado pela teia da sociedade.

A autora também se inspira em Geertz (1991) para pensar as organizações políticas do Estado não apenas a partir de suas configurações formais, que têm por base sua estrutura materializada nas sedes das agências governamentais e nas políticas públicas impessoais.

Ela descreve o Estado a partir de um campo multifacetado onde as agências formam um conjunto complexo, conflituoso e dinâmico de redes sociais que se cruzam dentro da própria agência, se cruzam com setores de outras agências estatais e com organizações que não são estatais.

Da mesma forma, a autora revela a face tutelar do Estado citando que alguns pesquisadores brasileiros, como Souza Lima (1995) já enveredaram pela aventura de tentar elucidar o modo como o Estado foi se constituindo ao fortalecer, por meio de seus agentes, a assimetria entre estes agentes e o povo a quem deveriam beneficiar. Esta relação estaria baseada no que o autor denominou de “poder tutelar”.

O fenômeno tutelar do Estado, estudado por Souza Lima (1995) estaria na raiz da formação das políticas indigenistas no Brasil, desde o período colonial até a demarcação das terras indígenas nos governos militares. Em um momento mais recente esse fenômeno tutelar também estaria na raiz de novas preocupações socioambientais e diferentes modelos de aliança entre as agências governamentais, que culminou segundo Schweickardt (2010) com a “invenção” das categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tais como RESEX e RDS, que agora estaria sendo tratado a partir de uma relação para “além da tutela”.

Neste sentido, mais recentemente estariam ocorrendo transformações nas relações de poder entre o Estado e os pequenos produtores, como novos sujeitos emergentes, que face ao processo de ambientalização, se valem inclusive, dos instrumentos de ação do próprio Estado para defender seus espaços, não apenas como lotes familiares, mas como territórios e para defender seus direitos como verdadeiros prestadores de serviços ambientais. Segundo Schweickardt (2010):

As vantagens proporcionadas pelo processo de ambientalização dos estatutos e das práticas das agências estatais abrem de fato, alternativas para os novos sujeitos políticos, e pode-se discutir até que ponto, essas novas possibilidades abrem espaços de liberdade e autonomia, eliminando, ou apenas transformando o poder tutelar do Estado sobre as populações residentes nessas áreas (SCHWEICKARDT, p. 304, 2010):

Nesse sentido, analisaremos o PAE do Baixio a partir dos novos elementos que se apresentam no cotidiano dos moradores da Ilha, como o acesso aos créditos e as reconfigurações sociais e da paisagem que surgem e se intensificam a partir da criação do assentamento e que orientam a possibilidade de conformação de uma relação mais profícua entre os moradores e o INCRA, que tal como citado no capítulo 2, juntamente com a SPU passa a adotar uma racionalidade mais voltada para a temática socioambiental.

### **3.3. As características do PAE da Ilha do Baixio**

As principais características da modalidade PAE, a modalidade implantada na Ilha do Baixio, segundo Ronaldo Santos são as seguintes:

Primeiro é que a pessoa que estamos atendendo nesse programa já mora na área, então não tem ninguém de outro lugar. Pode até haver essa possibilidade, mas teoricamente a comunidade deveria aceitar a presença dessas pessoas. Não vivemos ainda essa experiência de a comunidade ter que desaproveitar ou não. É essa a primeira característica. A segunda é que são agricultores

com perfil que agente chama de perfil de baixo impacto, com atividades de subsistência, nada muito avançado, nada de tecnologias que na agricultura a gente chama de agricultor do tipo “A”. “B” é tido como aquele agricultor que não usa nenhuma tecnologia, ou quase nenhuma. B é aquele que não usa ou quase nenhuma informação a respeito disso, já teve algum tipo de tecnologia ou alguma informação. Já “C” são os grandes fazendeiros, tem crédito a habitação, tecnologia, serviços bancários. Então esses do PAE são aqueles com baixíssimo conhecimento técnico, tem um conhecimento do dia-dia passado pelos pais, pelos avós (Ronaldo Santos, 2011).

Ainda, segundo Ronaldo Santos, os principais benefícios da modalidade implementada na Ilha do Baixo são:

Primeiro, a família vai ser regularizar, e não tinha nenhum tipo de documento. Com a criação do assentamento, PAE, ela pode ter um documento que garanta o uso sem nenhum tipo de irregularidade. Segundo que com esse documento ela pode buscar outros documentos, outros benefícios sociais, tipo INSS, aposentadoria. Bom, além de INSS tem, por exemplo, bolsa família, às vezes eles pedem esses documentos do INCRA, auxílio maternidade, já falei aposentadoria né, ou então bolsa benefício. O próprio INCRA tem os créditos iniciais (Ronaldo Santos, 2011).

Acontece que para acessar a esses benefícios os moradores devem atender alguns requisitos:

Então eles só são incluídos, que nós chamamos de RB – relação de beneficiários, se preencherem os requisitos como beneficiários da reforma agrária, e qual são os requisitos? Não ser funcionário público federal, estadual, não ser militar, não ter renda superior a 3 salários mínimos, não ter terra em qualquer parte do Brasil, então tem uma série de exigências. Então eles têm que ter esses requisitos. Então passado isso daí, ele vai entrar no sistema do INCRA. Quem vai dar o ok é a controladoria. Controladoria geral da união. Por exemplo, não ser funcionário público, fazer uma pesquisa em relação a isso, não ser militar, não empresário comerciante, ai eles fazem junto às instituições. Feito isso ai eles comunicam ao INCRA que está ok. A partir daí sai a relação de beneficiários, ai ele é incluído como beneficiário da reforma agrária. Então feito isso é solicitado os benefícios do programa, que são os créditos alimento, fomento, habitação e PRONAF “A”. Então para cada programa desses tem um valor, então ele assina um crédito

junto ao INCRA e é liberado esse recurso. Feito isso daí ele entra no PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Então tem o PRONAF "A", "B", "C" e "D". O PRONAF "A" é para os beneficiários da Reforma Agrária, por que tem um jurozinho bem barato, só entra nesse programa quem é beneficiário da Reforma Agrária do INCRA (Sr. Raul, funcionário do setor de obtenção de terras do INCRA, outubro de 2012).

Ocorre que muitos moradores que já residiam na Ilha antes da implementação do Assentamento são funcionários públicos e nesse caso não entraram na RB (Relação de Beneficiários), como no caso da Danielle, de 35 anos, nascida e criada na Ilha do Baixio, agricultora e funcionária da escola de Santa Luzia:

Eu não sei muito do INCRA, porque a gente não se envolveu, porque eu me escrevi mais a gente não entrou nesse projeto do INCRA. Essa casa é da minha sogra, ela que cedeu pra gente. Como eu sou funcionária, a gente funcionário não pode. Quase todos os funcionários se inscreveram, mas nosso nome não veio, não passou porque nós éramos funcionários. Mas só que a gente não sabe por que só aqui. [...] Foi no meu nome, foi documentação minha e dele, porque eles estavam pedindo do esposo e da esposa. Como somos casados no civil foi dos dois. Mas só foi aqui no Baixio que aconteceu isso, porque nas outras comunidades os funcionários mesmo efetivos passaram. Ai ninguém entende porque só na Santa Luzia que não<sup>22</sup>. (Danielle, 35 anos, moradora da Ilha do Baixio – comunidade de Santa Luzia).

Nesses casos, segundo interpretado na entrevista com o Sr. Raul, os moradores que não constam na RB receberão o TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável), mas não poderão receber os benefícios da Reforma Agrária, nesse caso terão que recorrer a linhas de crédito que não sejam do PRONAF "A":

Não, ele não é incluído na relação de beneficiário, mas ele fica lá, não tem problema nenhum, entra lá com o PRONAF "B",

---

<sup>22</sup> Quanto a essa informação, esse é um dado que ainda será levantado, sobre a inclusão de funcionários públicos como beneficiários do INCRA em outros assentamentos, conforme afirma Dani.

“C”, outros programas. (Sr. Raul, funcionário do setor de obtenção de terras do INCRA, outubro de 2012).

Observa-se nesse caso, a solidariedade dos moradores e de suas famílias que disponibilizam a casa que recebeu do INCRA para parentes. Ai observa-se um caso curioso: alguns beneficiários mesmo possuindo casas receberam outra casa, como será descrito mais adiante. O pacote de benefícios do INCRA são segundo Ronaldo Santos, os seguintes:

São 3 tipos de credito – o credito alimentação, fomento e depois casa, que agente chama de habitação. É um empréstimo que o governo faz, você não e obrigado a pegar, mas em tese ele é obrigado a pagar, em 20 anos só, a taxas de juros baixa. Então é uma outra vantagem mas não é obrigado a pegar (Ronaldo Santos, 2011).

### **3.4. A comissão específica**

Com a criação do PAE, os moradores da Ilha, por orientação do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária compuseram um grupo específico para o intensivo diálogo com o Instituto. Um diálogo que a principio não deu conta de representar as inúmeras demandas locais, mas ainda sim um diálogo que fornece um campo propício para que as relações sociais na Ilha se reinventem e se resignifiquem.

Podemos observar essa dinâmica a partir do discurso de Deca, presidente da comunidade de Santa Luzia e representante dos moradores da Ilha junto ao INCRA, quando fala das reuniões comunitárias em Santa Luzia:

Esse negócio do projeto do INCRA que aí envolve a ilha toda também envolve a comunidade né. Aí reúne o pessoal da comunidade tal dia. Assunto: projeto do INCRA (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Rondinei, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Santa Luzia da Ilha do Baixio, explica que o diálogo entre os moradores e o INCRA coube a essa comissão específica:

O INCRA aqui ele não foi diretamente com a associação. Formou uma comissão pra receber o recurso ,pra questão da fomentação também que veio e pra questão da habitação também (Rondinei Silva dos Santos, 32 anos, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Santa Luzia da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

A comissão local que representa os assentados junto ao INCRA, ao qual Deca pertence, é um grupo formado por ele e mais dois comunitários responsáveis pela apresentação das demandas. Também é esse grupo quem executa alguns trabalhos administrativos de gestão financeira de compra e prestação de contas junto ao INCRA e aos fornecedores. O curioso é que ele não é um assentado da primeira etapa de liberação dos fomentos na Ilha. Deca, fala de como o cadastramento das famílias foi difícil devido a falta de documentação de muitos moradores:

No primeiro momento quando foi feito a inscrição do INCRA, tava apto pra fazer o cadastro só 99 família, é o que tinha documento no tempo né? Porque documento tu sabe, pra fazer o cadastro do INCRA tu tem que ter toda a documentação né? Principalmente documento pessoal, e tinha muitos que não tinha (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

O PAE da Ilha do Baixio tem sido implementando a partir de 2 fases. Segundo informações do Deca, o assentamento contemplou inicialmente 99 moradores da comunidade de Santa Luzia e na segunda contemplará entre 60 e 70 famílias, dentre os quais os moradores das demais comunidades existentes na Ilha:

Aí o primeiro momento foi feito só esses 99, aí depois foi feito a segunda etapa. Essa segunda etapa essa ainda não receberam nada, inda estamos esperando pra ser contemplado, sabe? A segunda etapa, aí sim, pega o restante [...]. Eu não sei se é 60 ou é 70 família, só que o da segunda do projeto, do projeto do INCRA, não é só pra quem é da comunidade, aí entra todo mundo, todos os moradores da ilha. Aí não é só da comunidade que vai fazer o cadastro do INCRA, não é não, esse aí é todo mundo (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Deca, também fala das expectativas iniciais dos moradores em relação à implementação do PAE da Ilha do Baixio, e a mudança na equipe que representa os moradores:

Rapaz, de início a expectativa foi boa, mas do meio para o fim, foi assim desacreditando, tu sabe como é um projeto, um projeto, muita das vezes, quando ele é muito longo pra resolver o pessoal desacredita né? Olha, a do INCRA nós fizemos cadastro, passou o que? Foram três anos, pra dá resposta. Olha pessoal, não vem mais não! Só eu que sabia que vinha, pois eu é que andava direto. Rapaz, esse projeto não vem não! Não vem mais não! Isso é conversa! Até que veio, quando foi pra vir pra escolher e executar o projeto. E dessas 99 pra ti cuidar dos cadastros tudinho direitinho, eu trabalhava com a Ivone aqui, tem vez que varava por madrugada. Eles que fizeram a inscrição, mas tinha uma parte nossa, no caso, por exemplo, o que o morador ia querer? Um queria terçado, outro enxada, sabe? Escambau. Era trabalho, vou te dizer. Eu com Ivone nós atravessava a madrugada, não é fácil. E pra fazer os negócios direito que tem que ir, eles exigem muito. Tem que ir direitinho, e agora trocou pra segunda etapa, outras pessoas pra segunda etapa agora. Agora é a Ane e o John (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

A expectativa e relação a segunda etapa do projeto é grande:

Segundo a superintendente, daqui pra dezembro vão executar os primeiros, os primeiros incentivos da segunda etapa, aí estamos aguardando aí (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

### 3.5. O termo de concessão de uso e a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP)

Como dito anteriormente o PAE da Ilha do Baixio garante o reconhecimento de uso das áreas de várzea pelos moradores da Ilha do Baixio, neste caso o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) é o que garantirá aos moradores da Ilha a possibilidade de acesso ao crédito, como o PRONAF, através da comprovação de moradia e de uso da terra:

É através do assentamento também e do título definitivo que vão dar pra pessoas porque toda vez que você vai acessar um crédito aqui que a pessoa tem esse entrave, tem essa barreira. Que tem que ter uma garantia né? Saber se o lote é mesmo teu e Se o cara é de várzea não pode, tem uma área de assentamento ou foi o regulamento que permitiu, mas eles vão dar esse documento da terra agora aqui pra gente (Rondinei Silva dos Santos, 32 anos, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Santa Luzia da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Com o reconhecimento da Ilha do Baixio como um assentamento, sua gestão política fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, neste sentido a emissão do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento que reconhece a aptidão para produção dos agricultores da Ilha, fica a cargo do INCRA, acontece que devido aos trâmites burocráticos, a emissão destas DAPs, até a escrita deste trabalho, novembro de 2012, ainda não haviam sido emitidas.

Rondinei fala do desapontamento em relação a emissão desses documentos, pois (segundo ele) o governo federal liberou um auxílio enchente para os ribeirinhos com o qual os moradores da Ilha seriam contemplados, mas o acesso a esse benefício se daria em função da Declaração de Aptidão ao PRONAF, que deveriam ser entregues pelo INCRA:

Mas temos também uma queixa do INCRA, da enchente de 2012, a maior já registrada, teve o crédito emergencial para a enchente de 2012 do governo federal, um crédito de emergencial que veio para os agricultores. E aí pra acessar esse

crédito ele precisa da DAP, agora, aqui pra gente, só quem pode emitir essa DAP é o INCRA, que é área de assentamento, até agora nós estamos aqui numa briga medonha pra alcançar o prazo que é agora dezembro. Muita gente comprometeu a produção por isso, porque ficou esperando esse crédito desde julho esperando e até agora nada. Então já passou a época de plantar e muita gente comprometeu a produção por causa desse recurso que tu sabe que uma enchente dessa é muito grande. O agricultor aqui é penalizado demais porque na hora de investir não pode investir porque não tem dinheiro. O dinheiro tem gastado tudo na época da enchente. Mas quando tiver a próxima, acredito que o pessoal vai cobra mais. Se essa questão do crédito, com as DAPs, tem um bocado de gente que tá mordido aí porque comprometeu realmente a produção por causa desse recurso que vinha e que não saiu pra nós ainda (Rondinei Silva dos Santos, 32 anos, presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Santa Luzia da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

O Sr. Raimundo Lula enfatiza essa situação em relação às DAPs:

Vou dá um exemplo agora desse dinheiro de emergência que a presidente liberou pra nós, ainda tá aí travado no INCRA. Através da DAP, sabe que aqui é assentamento, depois a DAP é do INCRA, o IDAM não pode dar (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

Ele explica que procurou o banco, enquanto sindicato, para obter mais informações, as informações que ouviu do gerente do banco foram estas:

O dinheiro tá aí esperando vocês, não tem projeto, não chega os projetos aqui, é a doutora do INCRA lá, Socorro, que é a superintendente, ela que tá amarrando, porque diz que tava de greve o pessoal, mas tinha uma pessoa lá que tava responsável de fazer as DAP que era a dona Cássia.. Quem tava de greve era os outros pessoal, mas ela tava responsável por essas DAPs, pra fazer e não fez, mas sabe que ela disse pra sair lá do Baixio, ela falou que chegou três DAPs, formulário pra fazer as DAPs, do Jandira que é 612 assentado chegou 5, e lá da paciência que é mais de 200, chegou 5 e aí? (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do

Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

Até o momento os moradores da ilha esperam por uma solução por parte do INCRA em relação a liberação das DAPs, pois o acesso ao auxílio enchente, segundo os moradores, depende da liberação das DAPs.

### **3.6. Crédito alimentação e fomento a produção**

O PAE trouxe recursos como o crédito alimentação, o crédito fomento e o crédito habitação. O crédito alimentação possui um valor específico e o fomento a produção é de valor igual para os moradores contemplados, sendo que o fomento é repassado em forma de equipamentos que ajudem na produção.

Deca, juntamente com a comissão de representantes junto ao INCRA foi quem fez o trabalho de organização das demandas, já que a escolha do material é livre, e precisava estar dentro do teto disponibilizado. Ele dá um exemplo de como organizaram as demandas e sobre o intenso trabalho dedicado para fazer essa relação:

Rapaz, o valor agora pra essa lá, é de três mil e duzentos. Esses três mil e duzentos aí tu tem uma porcentagem lá que é pro tal do rancho que eles falam... Vamos dizer desses três mil e duzentos tu vai fazer um rancho de duzentos reais por exemplo, vai sobrar três mil, aí três mil tu vai ter que dizer o que tu vai querer. Se tu vai querer uma roçadeira dessas, se tu vai querer bota, se tu vai querer um rabeta, se tu vai querer terçado, tudo tem que colocar até dar três mil. Até chegar três mil. E ali não pode ficar faltando, vamos dizer dois mil e novecentos não pode ficar. No mínimo R\$ 2.999,00tem que botar um martelo, bota, passou, volta, se faltar dois real bota um prego, aí tem que fazer a nota de cada um. Aí é que é trabalho, essa relação dos fornecedores. Eles fornecem o material para os comunitários no local, quem presta conta com o INCRA somos nós. Fornecedor presta conta é com nós, com a comissão. É assim, a trabalhadeira, não é fácil não (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

O Sr. Raimundo, agricultor de 67 anos nascido no Curari, município de Careiro da várzea/ Amazonas e que mora há quase 40 anos na Ilha, conta um pouco de sua história e de como foi a expectativa em relação a chegada dos recursos do PAE:

Nasci no Curari, município de Careiro. Vim para cá pro Irlanduba com idade de 6 anos. E daí pra cá fiquei morando no terreno do meu avô. Meus avós que era meus pais, padrinho, avô e pai de criação, minha mãe deixou meu pai e ele morreu. Aí meu avô tomou conta de mim, me criaram. Era meu padrinho, meu pai e meu avô, ele! Pro Baixio faz tempo que eu moro, porque minha mãe morava aqui, mora ainda né? Aí ela comprou um terreno que até hoje ela está aí em cima dele. Aí eu sempre vinha pra cá passear, aí ficava às vezes dois dias, ia sábado voltava só segunda feira pro outro lado. Aí ela chama Anestina Maurício de Queiroz, mais conhecida só por Noza. Aí eu fiquei aqui, só dois que eu cresci mesmo, que eu arrumei família que eu estou aqui. Faz uns trinta e poucos anos, quase 40 anos de Baixio. Rapaz, o primeiro benefício foi essas coisas que veio rabeta, quem não precisasse tirava outra roçadeira, material, podia retirar também. Podia tirar o que desse a importância de dinheiro que tinha lá entendeu? Então isso aí foi declarado, o plano foi aceito, foi aprovado pelo INCRA aí eles compraram isso daí. Só pro Baixio veio setenta e poucos rabetas desse. Então aqueles que não tava precisando de rabeta pedia outras coisas. Primeiramente você fazia a ficha. “O que o senhor vai querer?” Aí você escolhia, isso, isso. Aí eu disse: rapaz, não tenho freezer, mas tenho geladeira, aí eu quero uma rabeta. Aí veio rabeta, o óleo, veio rancho também. Aí foi bom. Aí quem não queria rabeta, aí recebia que nem meu irmão pegou um freezer como o valor que dava pra pegar, pegou um freezer e uma roçadeira. O rancho era grande, grande mesmo. Parecia uma taberna. Aí depois do rancho que veio as casas, chegou o ano passado pra cá. Tá com um ano. Estamos em maio né, abril. Eu recebi a minha em novembro, eu acho. Novembro de 2011. Custou muito (Sr. Raimundo, 67 anos, agricultor, 26/04/2012).

O Sr. Raimundo Lula possui uma opinião sobre o crédito alimentação e crédito fomento:

Teve a fomentação, no caso, é o rancho, material de ligação no caso mangueira, terçado, se o cara quisesse, o cara tem que colocar isso, transporte, motor, juntava dois ou três e comprava aquele motorzinho demais força e o que for de mais utilidade pra eles, se ajuntava dois ou três podia fazer né. E enquanto isso

aí eu falei pra eles, vamos pegar esse dinheiro, esse dinheiro é nosso. Vamos emprega nele uma coisa que depois ganhe dinheiro pra nós, Porque nós estamos vivendo até aqui no caso aí pra outra coisa, vamos dizer um barco. Esse barco podia compra e esse barco podia ganhar dinheiro para o grupo com o dinheiro do grupo todo podia se fazer uma compra. Esse dinheiro é dividido em para fomentação, alguma coisa pra cada um que quisesse, mas podia se fazer uma compra só, pro grupo, no caso um trator grande, etc., um barco, outra coisa, aí eu disse pra eles, vamos compra um expresso com esse dinheiro e vamos ganha dinheiro, pois dá dinheiro isso aí (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

O Sr. Raimundo Lula acredita que o dinheiro poderia ter sido empregado em outras coisas, como uma compra coletiva que levasse em consideração a organização social da Ilha, neste caso o Sr. Raimundo Lula sugeriu que a compra de um barco pudesse ser mais eficiente para a associação.

Vamos compra um barco e vamos ver pra qual município que o cara pode colocar pra ganhar mais dinheiro pra nós e depois a gente divide. Não quiseram, não entenderam o meu linguajar, o que eu queria que aqui tem um rapaz que era nosso vizinho aí morador ai que a gente não viu foi ele nascer mas a gente é quase parente né e ele foi indo foi indo, foi indo aí e ele fazendo recreio aí pra São Gabriel foi até lá e ele começou de baixo, e graças a deus ele tem ido muito bem mas ele pegou um empréstimo igual eu dou exemplo agora. Olha 240 mil por mês, e aqui tem cento e poucas famílias e nem todos são assentado. No ano, quanto isso toca pra ele? Né! E aí a gente podia aumentar (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

### **3.7. Crédito habitação e a casa do INCRA**

Minha primeira visita à Ilha do Baixio (julho de 2011) ocorreu em uma época em um época de cheia do rio, por durante a cheia, mas na Ilha do Baixio encontrei uma singularidade. Ao adentrar o espaço territorial da comunidade, já em áreas alagadas, pude verificar

construções habitacionais que se destacavam em meio às típicas da região por ter uma arquitetura diferenciada (figura 44).

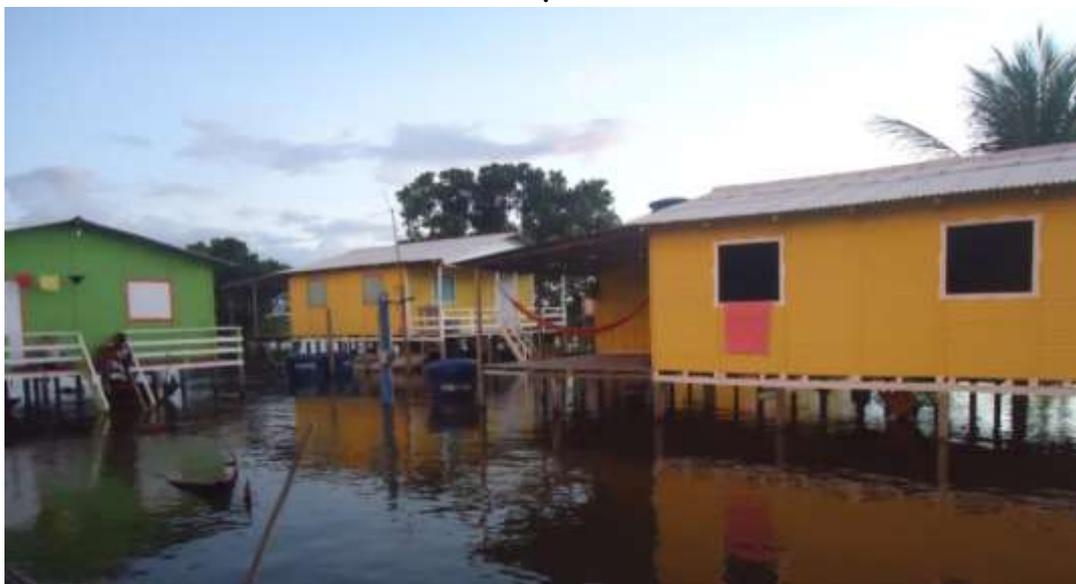


Figura 44. Casas do INCRA, uma das primeiras impressões sobre o PAE da Ilha do Baixio.  
Fonte: Guimarães, 2011.

Essas casas são objeto do pacote de insumos e foram construídas na ilha através do crédito habitação do PAE do Baixio. Naquele momento já pude perceber quão turbulento se encontrava o processo de implementação do PAE do Baixio, pois os camponeses e suas lideranças demonstravam preocupação com a estrutura e segurança das casas.

Os relatos me chamaram a atenção, pois a casa é um espaço onde se estruturam as relações sociais de produção e reprodução, ela é um ponto fundamental de distinção entre uma unidade familiar e o restante da comunidade (WOLF, 1998).

A casa enquanto espaço de reprodução humana, possui uma lógica interna de organização familiar, fundado na relação de sucessão e de distribuição de trabalho, onde qualquer influencia externa sobre sua lógica interna, ainda que parcialmente, pode indicar mudanças nas relações social e na estrutura familiar (WOLF, 1998). Assim, foi conveniente entender à percepção dos moradores quanto aos novos locais de moradia e de reprodução, e a dinâmica social proveniente de sua implementação.

A “casa do INCRA” trouxe modificações à Ilha do Baixio, ela é chamada pelos camponeses da ilha possuem tamanho padrão, 6x6 metros e mais uma varanda de 6x2 metros, fazendo um total de 8x6 metros (figura 45).



Figura 45. Casas do INCRA.  
Fonte: Guimarães, 2011.

O modelo de casa segundo o Sr. Raul, funcionário do INCRA, é padrão:

O modelo é um só, a metragem. Você passando por lá pelo rio, pelo paran você d uma olhada assim que todas são iguais. Depois que eles recebem tem a possibilidade de aumentar (Sr. Sr. Raul, funcionário do setor de obtenção de terras do INCRA, outubro de 2012).

A casa representa uma segunda alternativa de residência para os moradores beneficiários que já possuem casa, e a possibilidade de casa própria para aqueles que ainda não possuíam casa própria. Também existem os casos de moradores que não puderam entrar na RB (relação de beneficiários), a exemplo dos funcionários públicos, mas que no entanto, ficaram com a casa de um parente ou algum amigo beneficiado.

Dona Vita, de 75 anos, explica que recebeu uma casa, e por já ter casa própria, que neste ano foi desmanchada por causa da enchente, deu a sua do INCRA para que um de seus filhos pudesse morar com sua família:

Eu peguei uma, essa dali do meu filho, essa que está ali, porque nesse tempo, as primeiras casas não podia quem era funcionário, como a mulher era não podia ganhar a casa. Ai eu fui e fiquei com uma pra dar pra ele (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

A casa é pré-moldada, não possui esteios, que são peças de madeira que funcionam como coluna e se estendem do solo até o teto. Estas possuem apenas barrote que são peças que se estendem do solo até o piso da casa (figura 46).



Figura 46. Na imagem a linha vermelha delimita a altura do barrote e a amarela o limite do esteio (se houvesse).  
Fonte: Guimarães, 2012.

Alguns beneficiários têm reclamado da segurança e estrutura da casa, não são poucos os que falam da possibilidade de refazer a casa, a exemplo do Sr. Raimundo:

Tem os benefícios de receber essas casas também, que é mal feita, mas quebra um galho. É mal feito porque não tem esteio. Arria. Essa aqui já arriou um pouco, o lado de baixo, o assoalho. Aí então eu vou esperar sair a água pra arrancar ela todinha e vou fazer outra. Essa aqui ainda está igualzinha de como foi feita. Só tô esperando sair a água pra desmanchar (Sr. Raimundo, 67 anos, agricultor, abril de 2012).

Dona Marleide, de 47 anos (figura 47), esposa do Sr. Raimundo também reclama da segurança da casa:



Figura 47. Dona Marleide e sua "casa do INCRA".  
Fonte: Guimarães, 2012.

Não é pregada no prego não essa tábu, é tudo encaixada. Que nem essas casas antigas. Rapaz, não tem segurança não. Só Deus mesmo que segura (Dona Marleide, 47 anos, abril de 2012).

Dona Vita de 75 anos, avalia a implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio como bom, mas observa a qualidade da casa:

Foi bom né, só o que eu não achei muito bom dessas arrumações do INCRA foi essas casas, as casa são boazinhas, mas o problema é que não tem esteio, é só esse barrotes e os barrotes são muito fininhos e não tem aquela sapata em baixo, isso é que faz medo da casa porque não tem essas linhas, como essas assim que a gente faz, essas linhas assim que segura tudo

a casa, mas aquelas não, é só esse o problema porque no resto elas são boazinhas (Dona Vita, 75 anos, moradora antiga da Ilha do Baixio, Abril de 2012).

A cheia de 2012, que superou as cheias anteriores foi um agravante, colocando em risco a segurança de muitas casas, levando algumas à completa destruição (figuras 48).



Figura 48. Casa danificada pela cheia do rio.  
Fonte: Guimarães, 2011.

É tanto que a alagação agora, a enchente destruiu um bocado né de casa. Aí eles vão fazer outra, dar outro material, um bocado de coisa. Vão reformar, e tá nesse impasse aí, ninguém sabe como é que vem esse material (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

Não deu certo porque naqueles banzeiros esculhamba tudo sabe? Esses modelo aí é bom pra terra firme, não alaga (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Os camponeses também reclamam do sistema de fossa que acompanha a casa, esse sistema não é o mais adequado para a região de várzea, pois é feito com caixas d'água que ficam sobre o solo, em um sistema de filtragem :

Foi a fossa do projeto que veio pra cá, não tem condições (Roniclei, 33 anos, novembro de 2012).

Porque esse projeto da caixa ele era bom e é bom, só que não pra várzea mais pra terra firme, porque aqui tem um problema muito sério para o pessoal que utiliza com adubo, tá nesse impasse aí, ninguém sabe como é que vem esse material (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

Muitos camponeses acabam dando outros usos para as caixas d'água, ou simplesmente as deixam sem utilidade, com o devido cuidado para que não sejam levadas pelas águas durante o período de cheia do rio Solimões (figura 49).



Figura 49. Caixa d'água abandonada.  
Fonte: Guimarães, 2012.

Alguns camponeses, como o Sr. Raimundo, pensam em refazer a casa, pois com a enchente de 2012 a segurança da casa foi abalada e colocando a vida de muitos em riscos. Assim, muitos camponeses pensam como o Sr. Raimundo:

Vou aproveitar tudinho. Quando secar, se Deus quiser. Aí vou colocar os esteios. Aí vou aproveitar essas taboas tudinho (Sr. Raimundo, 67 anos, agricultor, abril de 2012).

Para os moradores da ilha, o pagamento da casa e ainda é uma indefinição, eles não possuem a certeza se terão que pagar as casas principalmente devido aos problemas decorrentes da segurança das casa, agravados com a cheia do Rio Solimões:

O projeto era para ser pago, mas eu acho que não vai ser pago... Tudinho (Sr. Raimundo, 67 anos, agricultor, abril de 2012).

Vai ser não. As casas são todas mal feitas (Dona Marleide, 47 anos, abril de 2012).

Não é por ser mal feita ou não, porque se foi mal feita ou bem feita, mas todo mundo recebeu. Se for pra pagar, todo mundo vai pagar. Não tem pra onde correr não. Pode estar caindo ou já caiu, mas vai pagar. Recebeu. Então isso aí é porque essas casas é um direito nosso né? Porque isso aí é nosso dinheiro mesmo. Verba dada pela Previdência Social, que vem de Brasília, é muito dinheiro. Esse dinheiro nem tudo foi arrecadado ainda, porque ainda nem terminaram as casa todas. Ta faltando aí agora a segunda etapa. Isso foi a primeira etapa, agora vem a segunda etapa. Muita gente ainda não tirou na primeira etapa, não teve, ficou sem receber. Aí agora a segunda etapa entra. É só sair a água que o pessoal vai receber, os que não receberam. Os cadastros do INCRA. Diz que agora é diferente. Só as taboas, diz que as taboas agora é maior. Não são pequenininhas assim (Sr. Raimundo, 67 anos, agricultor, abril de 2012).

Até agora agente não tem uma definição ainda, mas a conversa que tinha rolado era que agente ia pagar quinze mil por casa. Mas ainda não veio o papel pra gente assinar não, e as parcelas, ninguém ainda não sabe se vai. Foi passado ordem, não pelo papel, mas só verbal, que já podia usar depois que terminou, o pessoal deram o direito pra gente já morar. Mas assim, papel não, assinado (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

O modelo de casa, segundo Deca, não poderia ser mudado e quem apresenta o modelo de casas a ser construído no assentamento é a empresa que ganha a licitação, essas são informações do Deca:

Aí tem uma licitação de três empresas. Aí quem vai ganhar foi que disse, olha, nosso modelo é esse aqui (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Mas Deca sinaliza que na próxima etapa, os beneficiários tendem a exigir melhorias em virtude dos problemas observados na primeira etapa:

Porque no primeiro momento nós, pra dizer como diz o outro – marinho de primeira viagem - tava meio por fora, mas como agora, por exemplo, agora que for ter a segunda etapa, a empresa que ganhar a gente vamos discutir o modelo da casa na licitação. E agora o pessoal vai discutir, agora vamos discutir, porque esse jeito que foi feito não pra várzea. Não deu certo porque naqueles banheiros esculhamba tudo. Esse modelo aí é bom pra terra firme, que não alaga (Deca, presidente da comunidade e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

Segundo o Sr. Raimundo Lula, na primeira etapa Deca, como representante dos beneficiários ainda conseguiu mudar algumas coisas, o que segundo ele deu uma grande confusão:

Mas quem foi pra lá pra aprovar foi só o presidente da comissão que foi pra lá, e a área era coberta.. No Jandira e outros canto por aí, saía coberto e aí ele achou que ficava feio só um passeio coberto. Aí deu um problema danado com o INCRA. Porque veio os pessoal da fiscalização e não aceitaram né. Agora pra que possa ser aprovado foi preciso botar muita água. E é projeto né doutor? Tem que ser executado daquele jeito. Ninguém pode mudar né. Aí ele mudou da cabeça dele e agora? Pra convencer... Não foi fácil não (Raimundo Lula, 64 anos, agricultor, morador da Ilha do Baixio e Delegado local do Sindicato de Produtores Rurais de Careiro, Manaus e Iranduba, novembro de 2012).

Roniclei, filho do Sr. Raimundo Lula, enfatiza a dificuldade de executar mudanças durante a construção das casas:

Foi assinado tem de ser daquele jeito (Roniclei, 33 anos, novembro de 2012).

A casa enquanto espaço de reprodução social, possui um valor material e simbólico. Ela além de abrigo físico e afetivo é o lugar privilegiado da reprodução do modo de vida, da hierarquia familiar e da herança deixada aos filhos (SCHWEICKARDT, 2010).

Ao estar presente no discurso dos camponeses de forma intensiva, a “casa do INCRA”, conforme Schweickardt (2010) pode ser vista como símbolo da chegada do PAE, e como elemento que dá conta de um processo de desterritorialização e reterritorialização.

O termo “a casa do INCRA” remete à ideia de que a casa corresponde aos padrões do INCRA, mas não atendem a realidade de cada núcleo familiar, pois essa traria elementos materiais e simbólicos que retrataria, sem dúvida, aspectos da identidade e da história de cada família, a exemplo do aspecto religioso.

A “casa do INCRA”, enquanto espaço social torna-se assim mediadora dos modos de percepção e apropriação das novas relações e da realidade que agora se configuram por meio da PAE, indicando um campo de diálogo e uma re colocação da equação “camponês – Estado” em outras bases (SCHWEICKARDT, 2010).

Quando em seus discursos os camponeses abordam com destaque a “casa do INCRA”, o significado por eles atribuídos a ela, permite a percepção da “inversão do mundo” (BOURDIEU, 2002 apud SCHWEICKARDT, 2010), ressignificando o espaço social. A casa possui um significado simbólico que sinaliza para a situação atual dos camponeses e anuncia o seu futuro na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os encontros e desencontros (Schweickardt, 2010) presentes na implementação do PAE da Ilha do Baixio, percebe-se que enquanto território jurídico e administrativo do INCRA, a institucionalização do Assentamento encontra no território pré-estabelecido e no modo de vida local, novos elementos, que não haviam sido pensados e previstos dentro do campo e do planejamento institucional.

Neste caso, há certo distanciamento entre a teoria e prática. Mas ainda assim, mesmo com esse visível distanciamento, que inicialmente deu conta de desajustes quanto à qualidade de alguns elementos provenientes da criação do assentamento, percebe-se a possibilidade de um campo de diálogo, que se inicia com a própria parceria entre o INCRA e os moradores da ilha, diante da possibilidade de implementação do Assentamento.

Nesses encontros e desencontros entre as políticas do Estado e os assentados e beneficiários do PAE, podemos perceber o quanto o diálogo entre a teoria e a prática precisa ser aperfeiçoado, os projetos institucionais precisam de campo para serem colocados em prática e precisam ser pensados de forma conjunta, levando em consideração aspectos territoriais locais e regionais, acultura e a identidade dos sujeitos envolvidos, e as variações sazonais de cada ambiente em que os projetos são desenvolvidos.

É evidente que a regularização fundiária dos moradores que historicamente residem em áreas de várzea é uma grande conquista, pois reconhece o direito histórico de uso das áreas por famílias que tradicionalmente ocupam esses espaços.

No entanto, os benefícios decorrentes desse processo precisam estar em sintonia com as realidades locais, o que passa pelo diálogo que tem sido construído entre os camponeses e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem trabalhado junto a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) com esforços voltados ao reconhecimento de territorialidades específicas.

Assim, mesmo com o contratempo em relação à segurança das casas do PAE da Ilha do Baixio, a avaliação de muitos moradores sobre o assentamento tem sido positiva:

Foi uma benção, porque pra quem não tem, tudo é bom né?  
Quebra um galho isso aí... (Sr. Raimundo, 67 anos, agricultor,  
26/04/2012).

O que eles pensam é que o assentamento foi muito bom porque no caso tinha gente que nunca ia ter possibilidade de fazer uma casinha né? Outro nunca ia ter condição de ter uma rabeta e assim vai. Quer dizer que foi muito bom. Isso é outra coisa, depois dessas coisas aí, outro benefício que vem a través do INCRA pros assentado, financiamento... (Deca, presidente da comunidade da Santa Luzia da Ilha do Baixio e representante dos beneficiários do PAE da Ilha do Baixio, novembro de 2012).

A chegada do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha do Baixio, trouxe mudanças significativas para o cotidiano dos camponeses da Ilha, especialmente na comunidade de Santa Luzia da Ilha do Baixio, primeiro com a possibilidade de acesso ao Termo de Concessão de Uso (TCU) e posteriormente acesso aos créditos, como os créditos provenientes do cadastramento dos moradores como beneficiários da reforma agrária.

Entende-se que o diálogo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a comunidade deve ser intensificado, pois há algumas lacunas que precisam ser entendidas e sanadas, como a dificuldade em relação a emissão das DAPs, o cadastramento de funcionários públicos como beneficiários da reforma agrária e a reformulação do modelo das casas do crédito habitação de forma que estas estejam adaptadas ao regime fluvial da várzea.

Além disso, há o fator relacionado à desterritorialização do espaço, em que os camponeses passam por uma reconfiguração de seu território no aspecto material e simbólico.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ARAÚJO, Flávia Camargo. **Reforma Agrária e Gestão Ambiental: encontros e desencontros**. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília (UNB) / Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS). Brasília.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENATTI, José Helder. **Síntese – Aspectos jurídicos e fundiários da utilização social, econômica e ambiental da várzea: análise para elaboração de modelos de gestão**. Manaus: Ministério do Meio Ambiente – ProVárzea, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **A origem da SPU - Breve relato da origem da Secretaria do Patrimônio da União**. Disponível em <<http://patrimoniodetodos.gov.br/a-spu/origem-e-historia-da-spu>>. Acessado em 06/02/2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Regularização de Áreas da União na Amazônia Legal: Contribuições ao Plano Amazônia Sustentável (PAS)**. Brasília: Secretaria do Patrimônio da União, 2008, 31 p.

BRIANEZI, Thais. **INCRA inicia projeto de regularização fundiária na várzea amazônica**. Agência Brasil, 2006.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra-capa Livraria, 1998.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CIAVATTA, Mariana Pantoja. **A várzea do Médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida**. Lima, Deborah (organizadora). Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, Provárzea, 2005 (pg.157 a 205).

COSTA, FA.; INHETVIN, T. **A agropecuária na economia de várzea da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Manaus: IBAMA/PROVARZEA, 2007.

CÚPULA DOS POVOS. **O que é Cúpula dos Povos**. Disponível em <<http://cupuladospovos.org.br/cupula-dos-povos/>> . Acesso em 13/01/2013.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, KHSC. **Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 59-77, jan.- abr. 2010.

FERNANDES, António Teixeira. **Conflitualidade e movimentos sociais**. Lisboa: Revista Análise Social, vol. XXVIII, 1993, p. 787-828.

FRAGOSO, António. **Investigando em rede no desenvolvimento local: Um estudo de caso**. Ata do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação (2004).

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2010.

GEERTZ, Clifford. **Uma Descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GUIMARÃES, Roberto. **Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas.**in: FONTOURA, Yuna. Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 3, artigo 3, Rio de Janeiro, Set. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva.** Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, 224 p.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental.** Tradução e Annahid Burnett. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro, Paz e terra, p. 1984, p. 9-23.

IMAZON/ISA. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios.** Belém: IMAZON / São Paulo: ISA. 2011.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Histórico da Questão Agrária.** Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acessado em: 20 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 627/87** de 30 de julho de 1987.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 47/99** de 04 de novembro de 1999.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 1141/03** de 04 de novembro de 2003.

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil.** Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.). Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, 12ª ed.

LEFF, Enrique. **A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos.** In:\_\_\_\_\_. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves Silva. Blumenau: FURB, 2000. p. 95-141.

LOPES, JSL. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LOPES, JSL. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 65**, de 10 de dezembro de 2007. Cria o PAE da Ilha do Baixio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de dez. 2007. P. 49.

\_\_\_\_\_. **Ratificação**, de 18 de dezembro de 2007. Altera o número de unidades agrícolas da PAE da Ilha do Baixio de 100 para 150. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de dez. 2007. P. 65.

\_\_\_\_\_. **Ratificação** de 02 de janeiro de 2008. Altera o número de unidades agrícolas da PAE da Ilha do Baixio de 150 para 250. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 de jan. 2008. P. 48.

\_\_\_\_\_. **Ratificação** de 22 de agosto de 2011. Altera a extensão do PAE da Ilha do Baixio de 914,0503 ha para 869,800 ha. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de ago. 2011. P. 84.

MOUMDJIAN, RG. **Tutela constitucional do meio ambiente.** In: ARAÚJO, GF. (org.) Direito Ambiental. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PIMENTA, ES. **O ambiente e a legislação brasileira.** In: ARAÚJO, GF. (org.) Direito Ambiental. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro: Estudos histórico, vol.5,n.10, 1992, p.200-212.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RADAR RIO. **Quais são os objetivos da Rio+20?**. Disponível em <[www.radarrio20.org.br](http://www.radarrio20.org.br)>. Acesso em 13/01/2013.

SANTOS, RP. et al. **Reforma Agrária em áreas de várzea: avanços e desafios no estado do Amazonas**. I Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários. P. 1-11, Mar. 2011.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Processos de territorialização em disputa: territórios ambientais e de reforma agrária na Amazônia**. Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2012.

\_\_\_\_\_. **As diferentes faces do estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá**. Tese (Doutorado e Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária e política ambiental na Amazônia: encontros e desencontros**. In: Reforma Agrária e Meio Ambiente. ESTERCI, N.; VALLE, RST. (org.). Reforma Agrária e Meio Ambiente. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

SHANIN, Teodor. **La Clase Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedade em desarrollo** (Rússia 1910-1925). Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organizador [da coletânea], Evaristo de Moraes Filho; São Paulo: Ática., 1983.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. Salvador/Bahia: Editora Jus Podivm, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANNPOC, Caxambu- MG, 1996.

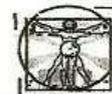
WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2º Edição. – São Paulo: Annablume, 2010.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas.** Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

## **APÊNDICES**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM**



## **PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0034.0.115.000-11, intitulado: **“MULHERES DA FLORESTA: MEMÓRIA, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS VÁRZEAS DO AMAZONAS”**, tendo como Pesquisadora Responsável Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 30 de março 2011.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro  
Coordenador CEP/UFAM



UFAM

Universidade Federal do Amazonas  
 Centro de Ciências do Ambiente  
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do  
 Ambiente e  
 Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPG/CASA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Senhor (a) para participar de forma voluntária do projeto de pesquisa *“Regularização fundiária na várzea amazônica e suas implicações socioambientais: estudo sobre a criação e implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Ilha do Baixo”*. A pesquisa será realizada pelo pesquisador Sr. Claudionei da Silva Guimarães, como parte do projeto *“Mulheres da floresta: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas”* coordenada pela Professora Dr<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt.

O Objetivo da pesquisa é entender e descrever o processo de criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) implantado na Ilha do Baixo a partir de análises teóricas e estudos em campo, buscando-se compreender as implicações socioambientais decorrentes do processo de regularização fundiária na várzea amazônica, seu impacto para o modo de vida das populações afetadas e também a possibilidade de intensificar a reflexão sobre sua reprodução.

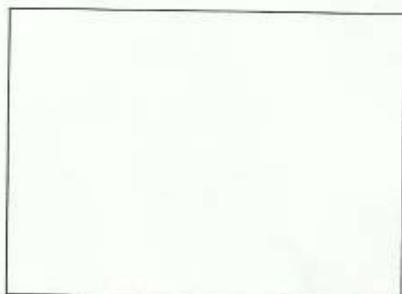
O pesquisador precisará lhe fazer algumas perguntas de acordo com o roteiro de entrevistas e/ou também precisará preencher o questionário de perguntas, também será necessário registrar seu pronunciamento através de registro áudio-visual, porém só acontecerá com seu consentimento.

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa por ser morador (a) da Ilha do Baixo, e terá a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem prejuízo decorrente de sua recusa como informante. O (a) Senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não será remunerado por participar da pesquisa. A sua participação é importante, porque permitirá melhorar o conhecimento sobre o processo de criação de Projetos de Assentamento nas regiões de várzea.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados. Qualquer outra informação o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelos telefones: (92) 8235-7930 e (92) 9371-6083.

Fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa de minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto de pesquisa, sabendo que não serei remunerado por prestar informações e que posso sair quando quiser. Estou recebendo cópia deste documento que irei assinar e guardar.

Participante da pesquisa



Impressão datiloscópica

Pesquisador

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## Apêndice C -Termo de Consentimento - Instituição



UFAM

Universidade Federal do Amazonas  
 Centro de Ciências do Ambiente  
 Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente  
 e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA



PPGCASA

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Senhor(a) para participar de forma voluntária do projeto de pesquisa *“Regularização fundiária na várzea amazônica e suas implicações socioambientais: estudo sobre a criação e implementação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da Ilha do Baixo”*. A pesquisa está sendo realizada pelo pesquisador Sr. Claudionei da Silva Guimarães, como parte do projeto *“Mulheres da floresta: memória, território e políticas públicas nas várzeas do Amazonas”* coordenada pela Professora Dr<sup>a</sup> Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt.

O Objetivo da pesquisa é entender e descrever o processo de criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) implantado na Ilha do Baixo a partir do método etnográfico. O pesquisador precisará lhe fazer algumas perguntas de acordo com o roteiro de entrevistas e também será necessário registrar seu pronunciamento através de registro audiovisual, porém só acontecerá com seu consentimento.

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa por possuir informações importantes acerca da implementação do projeto. Qualquer outra informação o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelos telefones: (92) 8235-7930 e (92) 9371-6083.

Fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e por que precisa de minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto de pesquisa, sabendo que não serei remunerado. Estou recebendo cópia deste documento

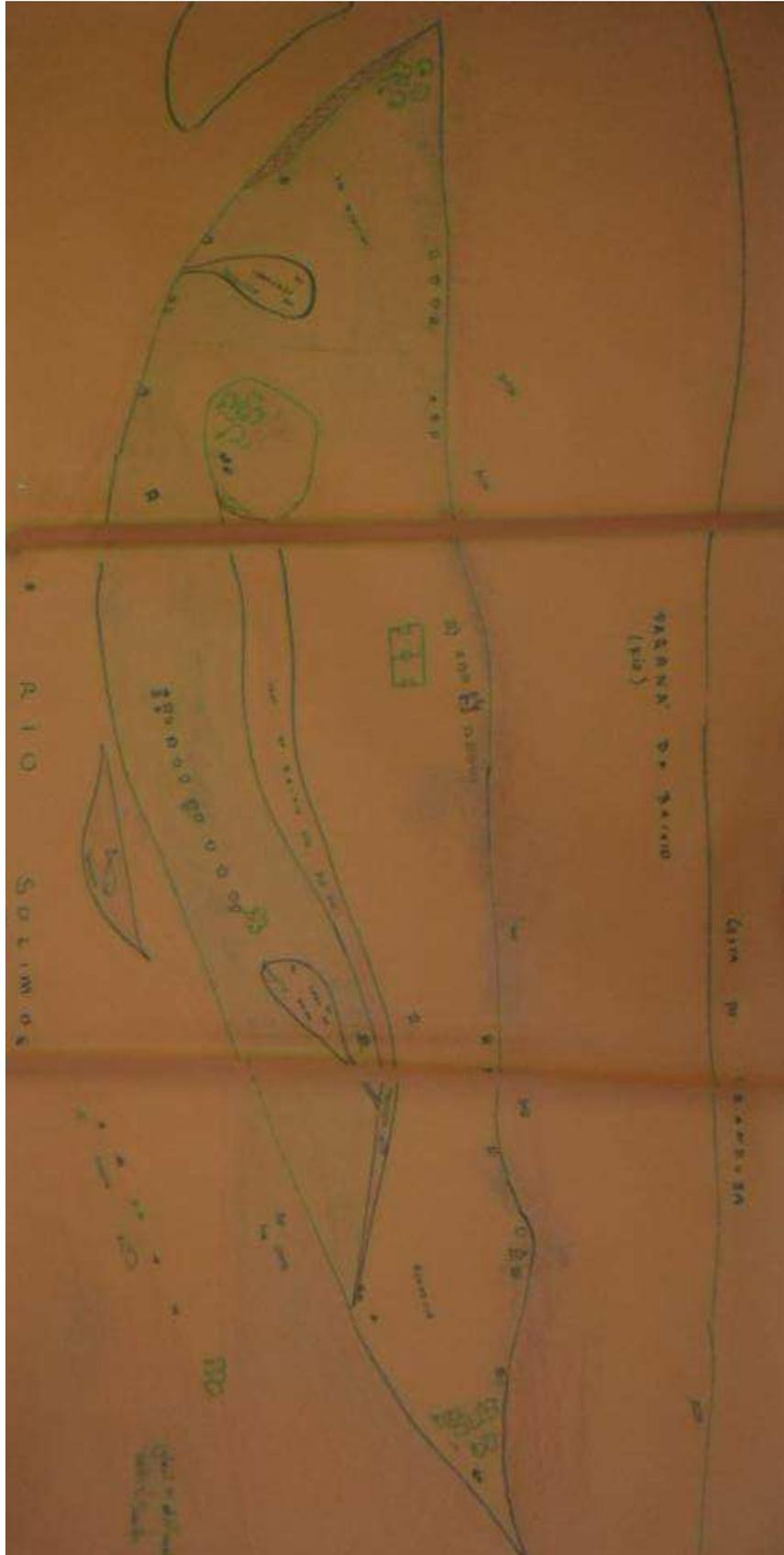
\_\_\_\_\_  
 Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Apêndice D – Mapa participativo da Ilha do Baixo



## **ANEXOS**

## Anexo A - Portaria que cria o PAE

PORTARIA INCRA/P/Nº 627

DE 30 DE JULHO DE 1987

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “b” do artigo 27 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Interministerial nº 27, de 22 de janeiro de 1985,

**CONSIDERANDO** que o Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA integra o homem às peculiaridades naturais e culturais de cada região, viabilizando o equilíbrio ambiental e a racionalização do uso dos recursos naturais;

**CONSIDERANDO** que a preservação do meio-ambiente e o respeito às populações rurais das diferentes regiões compõem, plenamente, a “função social da propriedade”, permitindo a perfeita integração do trinômio homem-propriedade-uso da terra, previsto no Estatuto da Terra;

**CONSIDERANDO** que a especificidade ecológica de determinadas regiões do país possibilita o desenvolvimento de atividades extrativistas, as quais propiciam às populações delas dependentes, base econômica auto-sustentável, não interferindo sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais neles predominantes;

**CONSIDERANDO** que a atividade extrativista afirma-se como alternativa para os projetos de assentamento executados pelo INCRA, de modo particular na Amazônia, resolve:

I – Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas;

II – Estabelecer que a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista;

III – Constituir o Grupo Executivo do Projeto de Assentamento Extrativista, composto por um representante das diretorias de Assentamentos, de Planejamento Operativo e de Recursos Fundiários, para, sob a coordenação do primeiro, conduzir as atividades operativas dos Projetos dessa modalidade,

ficando o Grupo autorizado a solicitar das demais instâncias administrativas da Autarquia, eventual colaboração na execução de suas atividades.

IV – Incumbir a Diretoria de Assentamentos de orçar, provisionar e controlar os recursos destinados ao atendimento dos Projetos de Assentamento Extrativista.

JOSÉ EDUARDO VIEIRA RADUAN

Presidente

PORTARIA INCRA/P/Nº 477

04 de Novembro de 1999

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º, § 2º, e 20, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 966, de 27 de outubro de 1993, combinado com o art. 24 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MAARA nº 812, de 16 de dezembro 1993, e de conformidade com a delegação de competência prevista na Portaria INCRA/P/nº 57, de 09 de março de 1999, publicada no Diário Oficial do dia 11 seguinte:

CONSIDERANDO as recomendações da Comissão Interinstitucional - Portaria Interministerial/P/nº 1/99, de 24 de setembro, D.O.U de 27 de setembro, entre os Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária - MEPP e o Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular;

CONSIDERANDO que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade.

CONSIDERANDO que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta;

CONSIDERANDO que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção, resolve:

Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;

Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista;

Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes.

Art. 4º - Estabelecer que a criação de projetos dessa modalidade somente ocorrerão em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA baixará, no prazo de sessenta dias, os atos normativos complementares, objetivando a execução da presente Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor sessenta dias após a data da sua publicação.



Nº 69, segunda-feira, 12 de abril de 2004

## Ministério do Desenvolvimento Agrário

### INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 125, DE 8 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que confere o art. 18, incisos II e VII, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.011, de 11 de março de 2004, e art. 22, incisos II e VIII, do Regimento Interno aprovado pela Portaria/MDA/Nº 164, de 14 de julho de 2000.

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria/INCRA/P/Nº 1.141, de 19 de dezembro de 2003, que cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal - PAF, destinada a áreas com aptidão para produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel rural denominado SFRINGAL PROVIDÊNCIA/CAPITAL, com a área de 32.000,0000 ha (trinta e dois mil hectares), localizado no município de Serra Mareireira, no Estado do Acre, desapropriado para fins de Reforma Agrária, através do Decreto nº 79048, de 29 de dezembro de 1976, cuja missão de posse se deu em 05 de maio de 1978; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre procederam à análise no Processo INCRA/SR.14/Nº 54260.001083/2001-10 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de trabalhadores florestais, do imóvel rural denominado SFRINGAL PROVIDÊNCIA/CAPITAL, com área de 32.000,0000 ha (trinta e dois mil hectares), localizado no município de Serra Mareireira, no Estado do Acre, que prevê a criação de 150 (cento e cinquenta) unidades de exploração florestal.

II - Criar o Projeto de Assentamento Florestal PAF PROVIDÊNCIA/CAPITAL, código SIPRA AC9999000 a ser implantado e desenvolvido pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário.

III - Autorizar a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre, através de sua Divisão Técnica a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto.

IV - Determinar a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre, através de sua Divisão Técnica, que encaminhe cópia deste ato à Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário para fins de registro, controle e distribuição, após sua publicação no Diário Oficial da União;

V - Determinar a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre, através de sua Divisão de Suporte Operacional, que registre todas as informações de criação e desenvolvimento do Projeto, bem como das famílias beneficiárias, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF HACKBART

2/05/2000

23:47

021613285679

INCRA-GAB. DA PRESID.

PAGE 03



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO E O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS INSULARES DA UNIÃO NA REGIÃO AMAZONICA E DOS TERRENOS DE MARINHA, ACRESCIDOS E ÁREAS DE VÁRZEAS QUE LHE SÃO CONFIANTES, VISANDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS SITUAÇÕES EXISTENTES SOBRE AS MESMAS E A CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS OU AGROEXTRATIVISTAS.

~~SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, com sede no Bloco "C" Esplanada dos~~ Ministérios, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada SPU, neste ato representado por sua Secretária, Dra. ALEXANDRA RESCHKE, brasileira, divorciada, arquiteta, identidade nº 15458443, expedida pela SSP/SF, CPF nº 066195378-55, nomeada pela portaria nº 1.604 da Casa Civil da Presidência da República, de 20 de novembro de 2003, e o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto legislativo nº 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU, de 31 de março de 1989, situado no setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar, Brasília - DF, CNPJ/MF nº 00375972/0001-60, doravante denominado simplesmente INCRA, neste ato representado pelo seu Presidente, ROLF RACKBART, nomeado pela portaria nº 1.418, de 02 de Setembro de 2003, publicada no DOU de 03/09/2003, brasileiro, casa solteiro, economista, residente e domiciliado em Brasília -DF, portador do RG. Nº 6.018.605.094 SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 266.471.760 - 04, matrícula SIAPE nº 1.424.374, RESOLVEM, celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, sujeitando-se, no que couber, as Leis 4.504/64, 8.666/93, 9.636/98, e IN/STN/Nº 01/97, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROTOCOLO** - Esse termo de Cooperação Técnica visa efetivar ações em atenção ao protocolo de instruções assinado, em Belém 21/12/2005, com a intenção de promover a gestão compartilhada das ações necessárias ao processo de regularização fundiária das áreas de várzea na região Amazônica.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Termo de Cooperação Técnica tem como objeto comum entre a GRPU e o INCRA: a discriminação de áreas insulares centrais do domínio do Estado, do Município ou de particular por justo título; b) a determinação da LPM 1831 em áreas contíguas àquelas discriminadas conforme acima; e, c) a identificação das situações possessórias existentes sobre as áreas arrecadadas, assim como naquelas caracterizadas como terrenos de marinha, seus acréscidos ou de várzeas, com vistas à implementação de ações

12/06/2000 23:47 021613265679

INCRA-GAB. DA PRESID.

FASE 04

de regularização fundiária, ou a criação de projetos de assentamento agroextrativistas ou outras modalidades adequadas ao ecossistema ribeirinho amazônico, destinados às comunidades tradicionais locais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS EXECUTORES** – Respeitado a legislação, compete: **I – A SPU e ao INCRA, concomitantemente:** a – Definir, em atendimento às demandas qualificadas pelos movimentos sociais atuantes na região amazônica e/ou pelos próprios órgãos signatários deste Termo, as áreas insulares e ribeirinhas em geral de presumida dominialidade da União, a serem objeto de identificação de domínio através de processos discriminatórios ou de determinação da LPM – 1831; b – Determinar, após os procedimentos identificatórios das áreas da União, dentre as várzeas, aquelas susceptíveis de utilização para a criação de projetos de assentamento agroextrativistas ou outras modalidades adequadas ao ecossistema ribeirinho amazônico, que garantam o efetivo respeito às especificidades das populações tradicionais locais, com o objetivo de serem realizadas na implantação, pelo INCRA em tais projetos; **II – À SPU/GRPU:** Autorizar o INCRA a criar projetos de assentamento sustentáveis depois de protocolado o pedido, sem prejuízo do trâmite do respectivo processo; solicitar ao INCRA sob aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos estabelecidos pelo art. 23 do Decreto-lei nº 9.760/1946, a efetivação de procedimento discriminatório de terras interiores em ilhas nacionais, com vistas a descrevê-las, medi-las e extremá-las das do domínio dos Estados, dos municípios ou de particular por justo título e a determinação da LPM – 1831, em áreas confiantes com aquelas, para efeito de delimitação dos terrenos de marinha e seus acréscidos; a – Recepcionar e analisar tecnicamente os processos formalizados pelo INCRA, para efeito de regularização fundiária dos ocupantes de áreas insulares ou ribeirinhas de domínio da União, a ser efetivada pela SPU na forma vigente; **III – AO INCRA:** a – Implementar, a pedido da SPU e sob a aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos estabelecidos pelo art. 23 do Decreto-Lei nº 9.760/1946, o processo discriminatório de terras interiores de ilhas nacionais, assim como, a determinação da LPM – 1831, em áreas confiantes com aquelas, para efeito de delimitação dos terrenos de marinha e seus acréscidos; b – Proceder, a instrução de processos de regularização fundiária em favor dos ocupantes de áreas insulares ou ribeirinhas de domínio da União; c – Elaborar em conjunto com as comunidades beneficiárias o Plano de Utilização do projeto, objeto do item (I, b), visando garantir a preservação da territorialidade e a implementação de programas com finalidade de promover o desenvolvimento local e a auto-sustentabilidade das comunidades residentes nas áreas a serem beneficiadas por este Termo;

**CLÁUSULA QUARTA – DA OPERACIONALIZAÇÃO** – Fica estabelecido para fins de coordenação, acompanhamento e avaliação do presente Termo um Conselho Coordenado, composto por dois servidores de cada um dos partícipes, a serem designados oficialmente, por cada signatário.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA** – O presente Termo vigorar até que se conclua os trabalhos objeto deste protocolo.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO** – as condições estabelecidas no presente termo de Cooperação poderão ser alteradas, no todo ou em partes, através da celebração de termos aditivos;

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RECISÃO** – Este TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA poderá ser denunciado a qualquer época e rescindido, a qualquer tempo, por manifestação de quaisquer um dos partícipes, mediante notificação por escrito, com

06/2000

23:47

021613265E79

INCRA-SAB. DA PRESID.

PAGE 05

antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que pretendam ser encerradas as obrigações assumidas por esta avença, restando aos partícipes tão somente as obrigações de apuração das vantagens auferidas no tempo em que participavam voluntariamente do mesmo;

**CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS** – Por este Termo de Cooperação Técnica fica o INCRA encarregado de fornecer técnicos habilitados a realização dos trabalhos, inclusive para atividades de supervisão e controle realizadas pela SPU, nas suas gerências da Amazônia e no órgão central e ainda, dar suporte material e operacional para a realização dos trabalhos.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO** – A SPU providenciará a publicação deste Termo, em extrato, no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer o prazo de vinte dias e contar desta data, conforme o parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO** – Em toda e qualquer ação promocional em função deste Termo, deverá ser obrigatoriamente destacada a participação do INCRA e da SPU, sendo vedada a utilização, pelos partícipes, de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO** – De comum acordo, os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal no Estado do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente instrumento, não resolvidas administrativamente. ~~Por assim estarem justos e avençados, os~~ partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, seguida da assinatura de duas testemunhas.

3  
ALEXANDRA RESCHKE  
Secretária do Patrimônio da União

Rolf Rackbart  
ROLF RACKBART  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Testemunhas:



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA INCRA/SR(15)AM/Nº 065/2007

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. nº 119 inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/nº 69, de 19 de outubro de 2006.

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação em parte do imóvel rural denominado PIC BELA VISTA, com área de 74.320,0000 ha (setenta e quatro mil, trezentos e vinte hectares), localizado no Município de Iranduba, no Estado do Amazonas, adquirido por Doação para fins de Reforma Agrária, através Lei nº 987, de 27 de novembro de 1970, do Governo do Estado do Amazonas, e:

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA SR(15)/AM Nº 54270.006445/2007-27, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, de parte do imóvel rural denominado Pic Bela Vista, com área de 914,0503 ha (novecentos e quatorze hectares, cinco ares e três centiares), localizado no Município de Iranduba, no Estado do Amazonas, que prevê a criação de 100 (cem) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE ILHA DO BAIXIO, código SIPRA AM0124000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT.



MARIA DO SOCORRO MARQUES FEITOSA  
Superintendente Regional do INCRA/Am

## Anexo F - Ofício de pedido de criação do PAE pela prefeitura de Iranduba



GOVERNO DO AMAZONAS  
PREFEITURA DE IRANDUBA

*Construindo um novo tempo.*

**INCRA - SR (15) AM**  
 Entrada em 27/09/07  
 As 15:00 horas.  
 Andamento Relatório  
 Responsável [Assinatura]

Ofício n.º 201/2007-GAB-PMI

Irlanduba, 24 de Setembro de 2007.

A Sua Senhoria  
 Maria do Socorro Marques Feitosa  
 Superintendente do INCRA/AM  
 Nesta.

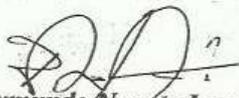
Senhora Superintendente,

Com o intuito de fortalecer as ações desta Prefeitura, no que concerne à geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população, venho solicitar seu inestimável apoio, através da criação de um Projeto Agro-Extrativista – PAE na Ilha do Baixio, neste município.

Confiante em seu empenho pessoal e pronto atendimento, disponibilizo a estrutura da Prefeitura de Irlanduba para as providências que se façam necessárias, notadamente as Secretarias de Administração e Planejamento, Produção e Abastecimento e de Meio Ambiente e Turismo.

No aguardo de um breve retorno, antecipo agradecimentos, com protestos renovados de elevado apreço.

Cordialmente,

  
**Raymundo Nonato Lopes**  
 Prefeito Municipal



